RICARDO CARBALLO CALERO

PROBLEMAS DA LÍNGUA GALEGA



SÁ DA COSTA EDITORA
LISBOA

LIVRARIA SÁ DA COSTA EDITORA
Augusto Sá da Costa, Lda.
Praça Luís de Camões, 22-4.º — 1294 Lisboa Codex

1.ª edição, 1981
© Sá da Costa Editora
Todos os direitos reservados de harmonia
com a lei em vigor

Capa de José Cândido

Impresso em Portugal

ÍNDICE

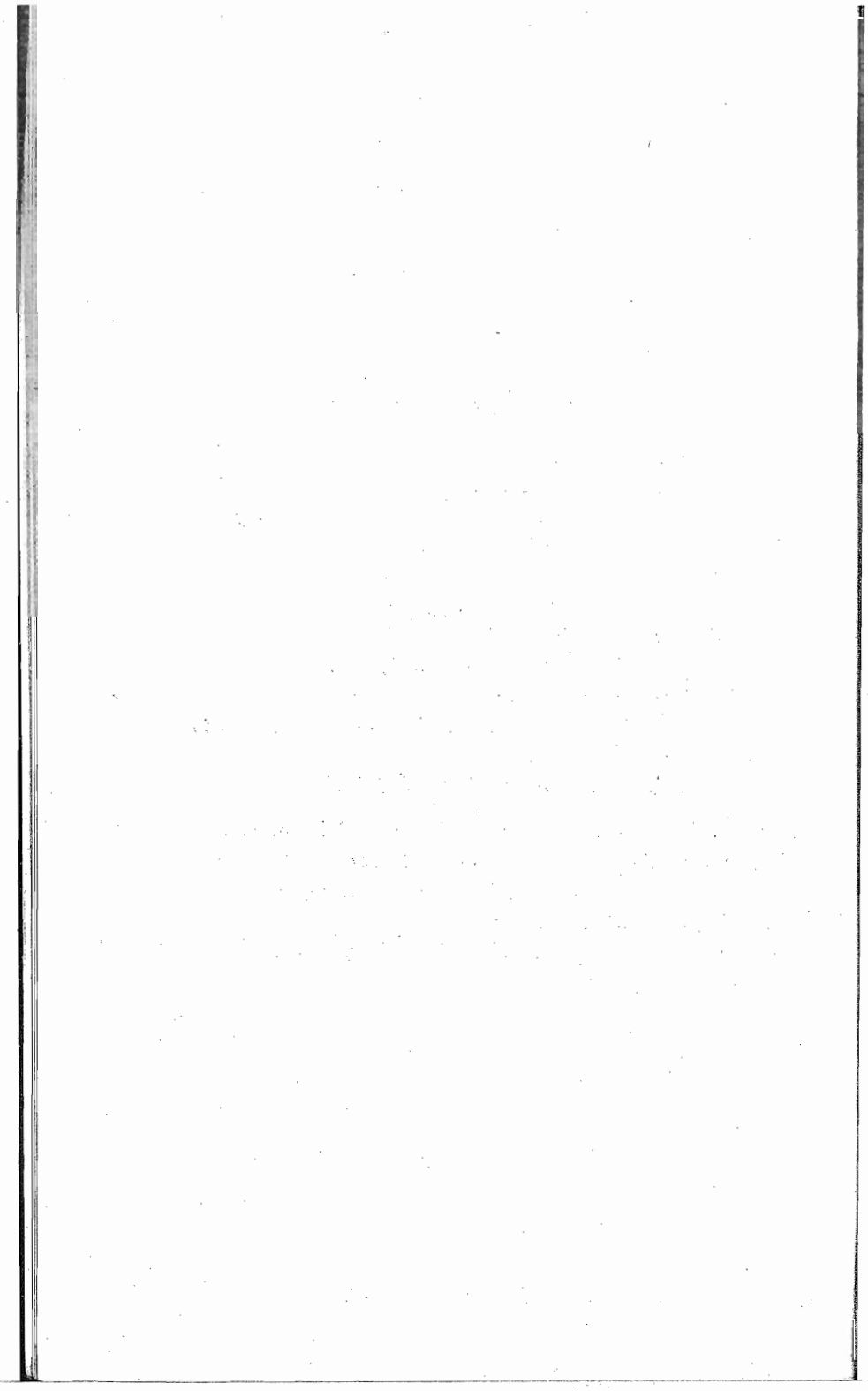
Prefácio, *p. 1*

I. HISTÓRIA E POLÍTICA LINGÜÍSTICA

1. Sobre a nossa língua, *p. 5*
2. Do passado ao futuro, *p. 25*
3. A constituiçom do galego como língua escrita, *p. 37*
4. A linha do galego literário, *p. 53*
5. O galego desenfreado, *p. 65*
6. Uso e abuso do galego, *p. 73*
7. Nom estamos sós, *p. 79*
8. Norma e sistema lingüístico, *p. 83*
9. Normas ortográficas e morfológicas, *p. 87*
10. Novas bases para umha normalizaçom lingüística, *p. 95*

II. ALGUMHAS NOTAS FILOLÓGICAS

1. O idioma no Seminário de Estudos Galegos, *p. 111*
2. Sobre dialectologia do galego, *p. 121*
3. Um exemplo de gerúndio flexional, *p. 129*
4. *Proviço* e *proviso*, *p. 135*
5. Testemunhos gráficos do galego *decer*, *p. 139*



PREFÁCIO

Reúno neste livro, obedecendo indicaçons mui autorizadas, distintos trabalhos que versam sobre problemas da língua galega.

Pareceu-me bem agrupá-los em duas partes. Os que integram a primeira som principalmente ensaios referidos a política lingüística, coas ilustraçons indispensáveis sobre a história ou a sistemática do idioma. Os que constituem a segunda parte som principalmente estudos de bibliografia, lexicografia ou outros ramos da lingüística ou da filologia galega. De jeito que na primeira parte hai um propósito fundamental de tipo normativo, mentres que na segunda a intençom é basicamente descritiva. Debate-se na primeira parte o tema da essência e a existência do galego, procurando no conhecimento do que é aquela, orientaçom para sugerir o que deve ser esta. Plantejam-se, e — na medida em que for possível — resolvem-se na segunda parte, questons concretas que atingem à fenoménica do idioma. Nem sempre os límites som nítidos, como vai sugerido; mais na vida nom existem límites, senom franjas de transiçom, entre umhas e outras realidades, que autorizam distintos cortes no conjunto.

Todo o contido do livro é apresentado como umha pequena contribuiçom à cultura tradicional do Noroeste peninsular, aportada por um filho do país que se sente imerso nessa cultura. O que pode haver de válido e de inválido em tal aportaçom, nom o poderia dizer. Se pudesse, o livro seria de volume mais reduzido, ou porventura inexistente.

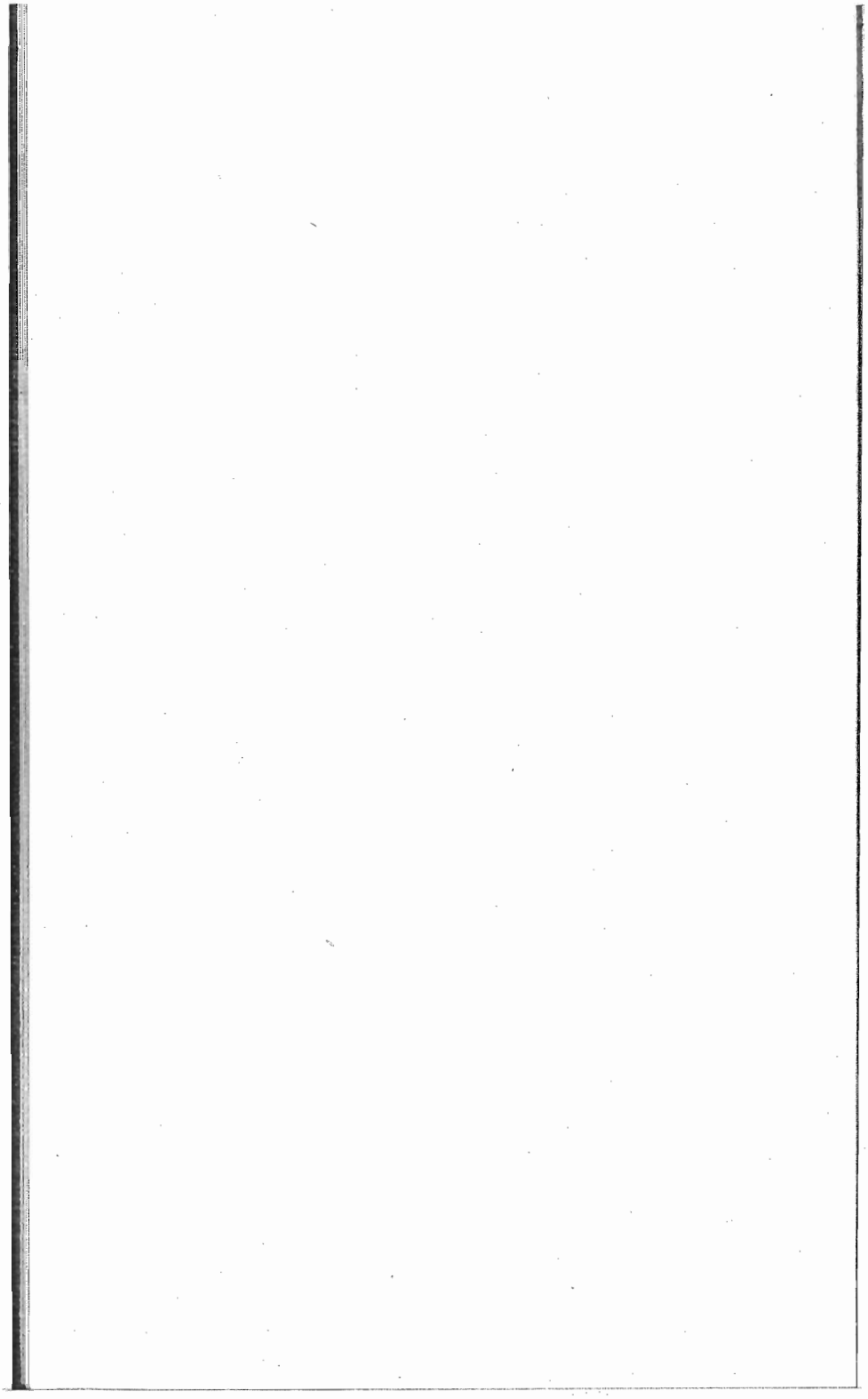
À excepçom do que vai em cabeça, todos os trabalhos forom publicados com anterioridade, umha ou mais vezes, em revistas, jornais ou colectáneas. Agora vam revisados, e — até onde coubo sem destruir a sua estrutura fundamental — actualizados. Indica-se a versom que precedeu à presente, a efeitos bibliográficos, a fim de cada texto.

O último está escrito na forma do galego-português normativa no

país em que o livro se edita, homenage dum galego à versom mais universal do sistema lingüístico comum. Os demais, num galego que nom aspira a ser exemplar, mais inteligível a umha e a outra banda do Minho, e veste um indumento gráfico inspirado no desejo de nom provocar dificuldades de imprensa e de leitura na terra em que sai do prelo.

I.

HISTÓRIA E POLÍTICA LINGÜÍSTICA



I.

SOBRE A NOSSA LÍNGUA

A LÍNGUA DE GALIZA

Quando se anuncia que alguém se propom falar em galego sobre a nossa língua, aqui e agora todos agardam que se fale da língua autóctona, e nom da língua do Estado, bem que esta tenha chegado a ser a língua própria dum número elevado de galegos. Mais o castelam é umha língua importada, e se hoje tem profundo arraigo no país, naceu longe dele, e a sua implantaçom na nossa terra é moderna, e resultado dum processo político de recepçom, e nom dumha evoluçom natural de formas lingüísticas nativas preexistentes. Mais nada hai de anómalo nesse feito, pois as línguas, como as naçons, nom som unidades naturais, senom culturais, sujeitas, polo tanto, aos ritmos e fluências da história, que transformam e ainda transubstanciam, quando nom trastrocam, as realidades que conduzem. Mesmo o galego, ainda que nado em Galiza, trai as suas origens de Roma, pois foi o latim importado o que lhe deu a forma substancial, e nom é outra cousa que latim falado em Galiza e transformado em Galiza no decorrer dos tempos até chegar a constituir-se como entidade autónoma. Assim, poderíamos afirmar que o galego é umha língua de colonizaçom em Galiza, nom menos que o castelam, pois nom podemos considerá-lo continuaçom de nengumha fala autóctona, ja que estas actuarom como meros substratos, senom continuaçom do latim introduzido por conquistadores e colonos. Se adjudicamos ao galego o rango de primeira língua falada em Galiza no plano cronológico, teremos de admitir que Galiza existe desde que o nome Galiza substituiu ao de Gallaecia, e que Galiza nace da loba romana e que se nutre dos seus úberes ubérrimos.

GALIZA E GALLAECIA

Mais o nome de Galiza, que é o geral para designar a nossa terra antes que a adaptaçom castelá Galícia comece a penetrar nos documentos, ainda que derivado de Gallaecia, designa um território muito mais restringido que o seu étimo. A província romana de Gallaecia estendia-se nom só polo Portugal actual até o Douro, senom por quase toda a meseta norte até a cordilheira ibérica. Lembremos que César identificava os nomes de *celtas* e *galos*. Os *galecos* eram os *celtas* de Hispánia para os Romanos, pois se comparamos um mapa das províncias hispánicas com outro das línguas primitivas da Península, vemos que a Gallaecia cai inteiramente dentro do território onde se falavam dialectos nom ibéricos, senom celtas, e outros indo-europeus próximos ao celta. Esta Gallaecia, com aqueles límites, foi a dos derradeiros tempos da Antigüidade, quando Hispánia, diócese dependente da prefeitura das Gálias, comprendia tamém a Tarraconense, a Cartaginense, a Bética e a Lusitánia. A Gallaecia foi um viveiro de romances. Houvo um latim galeco, ou galaico, que se manifestou em duas formas romances: o galeco ocidental, falado na Gallaecia «ulterior», ou seja a Galiza, e um galeco oriental, próprio da Gallaecia mesetenha. Assim surgirom o galego e o leonês. O contacto co vasco determinou que do leonês se desprendesse o castelam; e o contacto co romance moçarábico lusitano provocou a apariçom do português como variante do galego. Todos estes romances estam formados sobre um substrato indo-europeu, celta ou pré-celta, e fica à margem a Espanha lingüisticamente «ibérica», que comprende dialectos pirenaicos e mediterráneos que forom absorvidos co tempo polo seu vizinho o castelam, mais adiante invasor de grandes extensons da zona, ou subsistirom agrupados em torno ao catalam, que assimilou tamém os mais débeis dos seus afins e avançou coa Reconquista.

O ESPANHOL NOROCIDENTAL

O galego apresenta-se-nos, pois, nas suas origens, como o espanhol norocidental, tam próprio das terras que hoje chamamos Galiza como daquelas que constituíam o Condado de Portugal, e que estavam integradas na antiga Gallaecia. Rebassada a fronteira sul da província romana, ao avançar o galego pola Lusitánia, recobriu os dialectos moçárabes ali existentes, e como por entom Portugal era ja um estado independente, achamos dificuldade para seguir chamando galego à língua da franja oeste da Península, que agora denominamos galego-português, e que é umha língua literária comum, ainda que os falares galegos galaicos e os falares galegos lusitanos sem dúvida registavam divergências de origem substratística. Estas divergências nom se manifestarom na língua literária até fins da Idade Média, e só entom podemos falar de galego e português como normas distintas, integradas, porém, no mesmo sistema originário.

O GALEGO, ÚNICA LÍNGUA DE GALIZA

O galego nace, pois, como umha língua romance na Gallaecia finistérrica, e escreve-se em documentos jurídicos e em textos literários a partir dos confins dos séculos XII e XIII, ainda que, por suposto, em diplomas latinos anteriores, e desde o século IX, achamos testemunhos esporádicos da sua presença como língua coloquial. Entom, como espontánea manifestaçom idiomática do país, umha vez que, afastada do latim clássico, ou do que naquele tempo se escrevia, conquistou a escrita, foi o único veículo de expressom lingüística para o home galego. De jeito que era língua coloquial, língua tabeliónica, língua administrativa e língua poética. Em Galiza nom se escrevia nem se falava senom em galego, fosse quem fosse o home galego que escrevesse ou falasse.

LÍNGUA E DIALECTO

Hai umha questom reiteradamente posta, particularmente embrulhada se o lugar da discussom é qualquer ágora democrática, mais perfeitamente resolvida a pouco que se fixem tecnicamente os termos da discussom, que tem causado inúteis pesadumes e motivado acesas controvérsias entre aqueles que pedem às definiçons das humanidades o dogmatismo próprio das verdades reveladas ou o carácter exacto das ciências matemáticas, nom contentando-se co valor convencional, quer dizer, convido, da nomenclatura humanística. Hai quem está disposto sempre a guerrear pola atribuiçom das palabras *língua* e *dialecto* a um sistema de signos orais, como se tal oposiçom afectasse essencialmente aos significados, quando o uso científico desses termos fai relaçom ao feito histórico da sua utilizaçom social. Ja se sabe que se pode chamar dialecto a umha fala que se deriva de outra, e neste caso seriam dialectos todas as falas existentes. Podemos entender que os dialectos se convertem em línguas quando morre a língua mai. Mais resulta de maior rendimento assumir que é o cultivo literário, o uso oficial, a consideraçom social, enfim, o *status* cultural, o que distingue umha língua dum dialecto; o que significa que um dialecto pode atingir a categoria de língua, e umha língua pode cair na condiçom de dialecto. Esta interpretaçom funcional é a verdadeiramente de rendimento. E segundo ela, deveremos admitir que o galego viveu umha vida dialectal durante toda a Idade Moderna, enxotado das formas elevadas de vida pública, reduzido ao ámbito coloquial, e mui pronto confinado na ordem mais atrasada, mais imobilista da actividade económica e social, privado de literatura ou só esporadicamente beneficiário dela, sendo esta precariamente alimentada polo contraste coa literatura em língua castelá, de jeito que o efeito se obtém precisamente da troca excepcional, anormal, da língua canónica por umha língua que rompe a normalidade da escrita. Toda a luita do Ressurgimento vai orientar-se na direcçom de recuperar para o galego o *status* de língua

no sentido social, e superar a sua dialectalizaçom. Como se tem chegado a esta?

O FANTASMA DA PROSCRIÇOM LEGAL

Ainda hai afeiçoados à história — com mais leituras sociológicas que filológicas — que esculcam os arquivos coa esperança iluminada de se imortalizar, como Schliemann, descobrindo a Tróia dumha pragmática que proscrevera o uso — nom sei se oficial ou total — do galego, pragmática ditada nom sei se polos Reis Católicos — aos que se atribuem toda sorte de medidas antigalegas — ou por quaisquer outros castelans ou espanhóis. Temo-me que aquele empenho semelhe a procura da Fonte da Mocidade por Ponce de León, ou, se queremos escolher mitologias mais célticas, a navegaçom cara aos portos da ilha de Sam Brandam ou da ilha de Avalom, onde dorme o seu sono o Rei Artur. Os Reis Católicos, e os seus sucessores até Filipe V, por mais reis e mais católicos que todos foram, jamais proscreverom expressamente o uso de nengumha fala hispánica. Fixo-o Filipe V co catalam cos decretos de nova planta, umha vez dominada Catalunha, que se pronunciara polo Arquiduque Carlos na Guerra de Sucessom. Mais em Galiza o abandono do galego como língua escrita nom foi resultado dumha política lingüística do poder central — que mesmo constitucionalmente nom existia —, senom de alteraçons demográficas produzidas por factores políticos e económicos que na sua essência eram alheios a toda planificaçom idiomática.

A GUERRA FRATRICIDA

No século XIV repercutiu em Galiza a guerra dinástica entre Dom Pedro de Borgonha e Dom Henrique de Trastámara. Como a guerra inglesa entre as rosas de Lencastre e York, aquela guerra fratricida foi umha guerra na qual se

ventilavam interesses aristocráticos. Aos campesinos galegos pouco podia interessar-lhes o triunfo do filho legítimo ou do filho ilegítimo de Afonso XI. As cavalgadas dos senhores ameravam os campos de milho — que daquela era o milho miúdo — o mesmo se nas gualdrapas das cavalgaduras campavam as armas de Borgonha que se o faziam as armas de Trastámara. Mais os nobres galegos jogavam mormente a carta da legitimidade, e vencedora a ilegitimidade, as mercês henriquinas introduzirom no país linhages castelás que renovarom o estamento. Houvo agora senhores castelans que ostentavam o máximo poder social, e que derom a pauta lingüística às capas superiores da populaçom, porque a base sempre tende à cúspide. Assim, a nobreza galega, ainda a autóctona, mui castigada pola repressom henriquina, em parte empobrecida ou exiliada, começou a imitar no seu comportamento lingüístico os novos amos, que usavam o castelam porque eram castelans, e que vinheram rodeados de escribas, cregos e criados que nom conheciam a língua do país. Assim, começou a utilizar-se o castelam polos notários destas novas casas. Assim, o castelam foi a língua do prestígio social. A língua escrita da oligarquia dominante puxou por converter-se em língua oral distinguida para todo o país, e se no artesanado e no campesinado se mantivo o galego, nom foi sem forte deterioro, e graças ao relativo isolamento das classes humildes. Por suposto, o envio de funcionários reais e eclesiásticos de procedência forasteira, que é seqüela do absolutismo monárquico imperante na Idade Moderna, acentuou o desprestígio da fala do país, que, depois do primeiro terço do século XVI, desaparece totalmente dos documentos públicos. Ao formarem-se culturalmente longe de Galiza os administradores, a administraçom castelaniza-se totalmente, e o galego dialectaliza-se, quer dizer, passa a ser língua reservada ao ámbito familiar, excluída da vida oficial, dos momentos solenes. Mais esta exclusom nom foi nunca decretada, o castelam nom foi introduzido em Galiza como o francês em Occitánia por um decreto real como o de Francisco I de 1539 ou como o castelam em Catalunha por Filipe V em

1716. Nom era necessário. A evoluçom sócio-lingüística tinha ja degradado o galego no século XVI à condiçom dialectal.

AS CLASSES DIRIGENTES

Mais o processo nom se detivo aqui. Galiza, que, material ou espiritualmente, se convertera num povo sem nobreza, no sentido de que deixara de ser galega a sua nobreza, no tránsito da Idade Média à Idade Moderna, vai converter-se num povo sem burguesia, no mesmo sentido, no tránsito da Idade Moderna à Idade Contemporánea.

A REVOLUÇOM INDUSTRIAL

Existia, por suposto, umha burguesia galega durante a época medieval. A burguesia é precisamente um produto da Idade Média. A civilizaçom urbana, que agroma vitoriosamente na Baixa Idade Média, está ligada ao florecimento da burguesia. Na Universidade, tantas vezes outrora acusada com razom de viver de costas ao país, fam-se agora — ainda que muitos nom se inteirem, porque vivem de costas à Universidade — importantes trabalhos históricos que nos informam da vida gremial nas nossas cidades. A investigaçom documental familiariza-nos com notários, escrivans, ourives, prateiros, acibecheiros, caldeireiros, concheiros, peliteiros, çapateiros, carniceiros, ferreiros, ferradores, tundidores, barbeiros, forneiros, alfaiates, adegueiros, taberneiros, mercadores, carpinteiros, pedreiros, físicos, cirurgians. Sabemos dos seus recursos económicos e da sua intervençom na vida municipal. Esta burguesia, decaída na sua importáncia social co absolutismo e o centralismo modernos, nom soubo ou nom pudo fazer frente ao repto que para a economia pública supuxo a nova época industrial, baseada na mecanizaçom dos instrumentos de produçom, na divisom de capital e trabalho e na apariçom da fábrica acolhedora de maquinaria

como substituto do obradoiro fornecido de ferramenta. Em geral, produz-se um fenómeno de proletarizaçom dessa burguesia, e o capital, indispensável para a produçom moderna, vem de fora. Os catalans, armadores e conserveiros; os maragatos, tendeiros, e outras castas de castelans, riojanos, cameranos, cream a moderna indústria, o moderno comércio, a moderna banca no país. Constituem umha nova classe, que dispom de numerário e poder económico e que, em estreito contacto coa Administraçom, fala a língua desta, que é maioritariamente a sua.

O BILINGÜÍSMO GALEGO

Se no tránsito da Idade Média à Moderna se castelanizou lingüisticamente a nobreza, no tránsito da Idade Moderna à Contemporánea castelanizou-se a burguesia. A partir de entom tivemos bilingüísmo em Galiza. As classes superiores falarom castelam e as classes inferiores falarom galego. As duas línguas, claro está, nom permanecerom mutuamente isoladas. O galego castelanizou-se e o castelam galeguizou-se. Muita gente entendia os dous idiomas, e nom poucos os falavam segundo as circunstáncias. Mais a língua natal, a aprendida na casa e sentida como própria, era umha ou outra; e normalmente o castelam era a língua dos ricos e o galego a língua dos pobres. Coa particularidade de que, substituídas as classes superiores galegas por gentes de origem forasteira que conservavam a sua língua ou adoptaram a língua da Administraçom, os ricos eram geralmente de origem nom galega. Podemos falar, pois, de dous povos galegos, de duas etnias em Galiza, algo assim como os patrícios e os plebeus em Roma. Mais mentres que em Roma os patrícios eram os enxebres romanos e os plebeus eram gentes novas, aluvions de procedência estrangeira, em Galiza os plebeus eram os autóctonos e os patrícios, os descendentes dos colonizadores, que possuíam a hegemonia social.

A DESGALEGUIZAÇOM

A nossa burguesia falava, pois, castelam, pura e simplesmente porque nom era galega. Esta é, claro está, a situaçom teórica inicial. Logo vem a desgaleguizaçom dos galegos como conseqüência do desejo de incorporaçom ao grupo dirigente. Falar galego era renunciar ao poder. Um número crecente de galegos de origem foi adoptando como língua doméstica o castelam por razons de prestígio, conforme obtinha ou pretendia o honor de se incorporar ao grupo dirigente.

O GALEGO, LÍNGUA ORAL

Podemos considerar, pois, que a decadência do galego se enceta no século XIV, co desarraigo da alta nobreza indígena, e culmina no século XIX, coa implantaçom dumha nova burguesia de procedência forasteira. A Idade Moderna, os séculos XVI, XVII e XVIII som os de máxima prostraçom cultural do nosso idioma. Nestes séculos, o galego deixa de ser língua escrita. Em galego nom se escrevia nada. O galego era umha fala. Chamar-lhe dialecto nom é inajeitado, sempre que nom pretendamos com isso que é umha forma divergente do castelam oficial. Mais de jeito crecente vai enfeudando-se a este. Como nom se reflexava no espelho da escrita, nom tinha consciência da sua própria fisionomia, e assim se abriu passo entre os mesmos galegos a ideia de que o galego era umha forma degradada do castelam. Socialmente, pois, nom era tam disparatado considerar o galego um dialecto do castelam. Ao achegar-se a este, cada vez ia sendo menos um romance independente, e o seu destino era transformar-se num dialecto galego do castelam, quer dizer, num castelam falado em Galiza no que operasse um substrato do antigo romance autóctono.

O GALEGO ESCRITO, TRANSGRESSOM DA NORMA

Discutindo com Valera, Murguia negava que o galego deixara de cultivar-se nos séculos XVI a XIX. Nós negamos-lhe o carácter de língua escrita. Devemos explicar-nos. Ao falarmos de língua escrita, referimo-nos à que o é de forma essencial. Umha língua escrita possui umha forma fixada, é umha instáncia supradialectal. O galego daqueles séculos, o galego médio, à diferença do galego antigo, nom se escreve normalmente, e cada vez que, acidentalmente, se escreve, escreve-se sem preocupaçom normativa. Temos documentos galegos da Idade Média nos quais se registam muitas variantes léxicas, mais dentro dessa liberdade, é evidente a consciência de que hai formas canónicas para a escrita. Tal consciência desaparece co galego médio, porque está esquecida a tradiçom literária e tabeliónica, e o que escreve, escreve como se fosse o primeiro que o fai. Entom, o galego escrito dos séculos XVI e XVII, do século XVIII e da primeira metade do XIX, nom é umha verdadeira língua escrita, senom que é umha acidental gravaçom da língua falada. Os que escrevem na época do galego médio perseguem o efeito estilístico que resulta de escrever numha língua que nom se escreve. Porque a língua escrita dos galegos era o castelam, e escrever em galego era romper a norma. Escrever em galego, polo tanto, havia de ser excepcional, já que no caso de que se convertesse em habitual, cessava o efeito de ruptura da norma que estava na base intencional estética do emprego do idioma. Temos que esperar um texto em castelam para que nos sorprenda um texto em galego. Este idioma opera em contraste co castelam. É, na escrita, umha manifestaçom de licença. Quando eu era moço, resultava de grande efeito que um cavaleiro beijasse publicamente umha senhora que nom fosse a sua, que fosse senhora doutro, por exemplo. Era umha conduta licenciosa de grande impacto no beijador, na beijada, nos familiares dambos e no público em geral. Hoje, em que o beijo entre um cavaleiro e umha senhora é a forma habitual de saúdo entre amigos, a institucionalizaçom, a legalizaçom, a des-

penalizaçom, a trivializaçom do que antes era descomunal, resta toda importáncia ao acto, que a ninguém impressiona. O que antes era umha violaçom da norma, apresenta-se agora como resultado dumha troca de normas, singelamente.

O GALEGO ESCRITO, REALIZAÇOM DA NORMA

Nom podemos dizer que vivemos no Ressurgimento mentres escrever em galego tem para nós o sentido da infracçom dumha norma. O cámbio que se consolida arredor de 1850 consiste em admitir como norma o que antes estimávamos infracçom. Quer dizer, que para Pintos, à diferença do que ocorria ao Cura de Fruíme, o galego escrito nom *contrasta* co castelám, senom que se *opóm* a ele. Ou seja, o galego nom é umha *interrupçom* do castelam, senom um *competidor*. O galego nom se *insere* num contexto castelam, senom que o *substitui*. Nom é *interpolável,* senom *comutável* co castelam. Certamente, o nosso Ressurgimento nom esgotou na prática as possibilidades desta comutaçom. Pouco a pouco, mesmo aduro, foi o galego ampliando o seu campo de competência co castelam. Mais em princípio, o século XIX supom um cámbio de enfoque a respeito da literatura em galego que vai fazer teoricamente possível a normalizaçom do idioma, mantido como língua escrita no ámbito da excepcionalidade nos tempos do galego médio.

RESSURGIMENTO LITERÁRIO E RECESSOM COLOQUIAL

Até aqui, temo-nos movido substancialmente no campo da história. Ela mostrou-nos como o galego se forma, a partir da colonizaçom romana, para atingir expressom literária na Baixa Idade Média. Vimos como durante os tempos modernos, o galego se deforma. O processo de recessom continua nos tempos contemporáneos, que começam para Galiza coa revoluçom de 1836. As novas estradas, a desamortizaçom,

a exclaustraçom, os comerciantes castelans, a explotaçom da pesca polos catalans, o ferrocarril, a divisom provincial, a centralizaçom administrativa, feitos em parte anteriores a aquela data, pero sempre mui próximos à mesma, som factores que favorecem o avanço do castelam e o retrocesso do galego. A fins da primeira metade do século XIX podemos registar um ressurgimento da língua literária galega, ressurgimento que se levanta sobre a base da língua popular e nom sobre a língua literária antiga, que permanece ignorada. Entom hai dous movimentos que se realizam em linhas paralelas, mais em direcçons opostas. A língua falada retrocede. Co progresso nas comunicaçons, co avanço político e social em sentido democrático e a difusom do ensino segundo os padrons centralistas, vam acedendo ao uso do castelam novos falantes, e os que persistem no uso exclusivo do galego sofrem umha crecente influência da língua oficial. O galego oral retrocede. Em troca, a minoria intelectual que propugna a restauraçom literária do galego, medra ao avançar o século, e arrequenta-se a literatura galega. O progresso do galego literário corresponde-se co retrocesso do galego coloquial. Os intelectuais começam a falar galego; os campesinos começam a deixar de falá-lo.

O USO DO GALEGO NO DEBATE POLÍTICO

Esta era a situaçom derivada do monopólio polo castelam de todos os ressortes do poder. Somente a conquista desses ressortes poderia permitir ao galego luitar pola sua sobrevivência. Que resistisse durante séculos à pressom da língua oficial, ainda que fazendo-lhe contínuas concessons, nom garantiza que a resistência pudesse continuar. Os meios modernos de comunicaçom penetram no campo, onde antes nom chegava a influência directa da língua oficial. Mais o galego foi adoptado como língua de protesto político pola oposiçom ao regime instaurado em Espanha em 1936, e, fenecido aquele regime, os partidos que entom saírom da clandes-

tinidade, convertidos ao galeguismo lingüístico por motivos tácticos ou convicçom ideológica, derom ao idioma vernáculo umha freqüência de uso público até daquela desconhecida. No entanto, nom sendo essa proliferaçom do galego na imprensa e na tribuna produto dumha maduraçom natural da consciência colectiva, senom resultado mais bem dumha reacçom política ante umha situaçom caducada, comporta graves problemas que se centram na autenticidade do idioma utilizado, nom conhecido verdadeiramente na medida necessária por muitos dos seus novos usuários.

A NORMALIZAÇOM DO GALEGO

Haverá, pois, que normalizar esse instrumento de comunicaçom, chegado a nós em condiçons precárias e manejado indisciplinada e arbitrariamente por umha boa parte dos que dele se servem.

O FANTASMA DO DECRETO DE UNIFICAÇOM

E chegados a este momento da nossa exposiçom, convém advertir que a policia lingüística de que estamos necessitados nom é de nengum jeito umha alternativa à destruiçom do idioma, no sentido de que este se ache a ponto de morte e somente o milagre policial poda salvá-lo. Hai quem crê que se manhá à manhá nom é fulminado um decreto de normalizaçom ou de normativizaçom, por umha autoridade política ou lingüística, o galego se afundirá rapidamente, iminentemente. Mais o galego nom está tam mal, nem um decreto de unificaçom estaria tam bem. Certo que o galego está ameaçado, pero nom pode devolver-lhe a saúde um mero acto de jurisdiçom. Os decretos de unificaçom para a formaçom do partido único som próprios de regimes totalitários, e a sua eficácia só está formalmente assegurada pola capacidade de coerçom. Num sistema de convivência social civilizada nom se pode processar

a ninguém porque dissinta da norma lingüística estabelecida polo poder político ou cultural vigente. Aqui, de por parte, todos nos consideramos lingüístas, e capazes, polo tanto, de reformar o idioma, ou de ordená-lo. Haveria tantas normas como galegos se todos os galegos estivessem interessados pola norma. Cada quem quereria imprimir o seu selo no decreto de unificaçom. O linotipista que crê melhorar os meus artigos pondo acentos que nom cumprem; o aluno que ideia um novo sistema ortográfico tam persoal e entranhável que o fai incapaz de aprender o vulgar sistema que modestamente utiliza o professor; a senhora da sua casa que numha carta ao director do jornal rejeita peremptoriamente a explicaçom dum feito lingüístico formulada por um sábio romanista de soada internacional..., todos aspirariam a ser ditadores se aceitássemos o princípio da ditadura. Conduzir a tantos condutores seria empresa irrealizável. A prevalência das formas literárias do idioma tem que ser resultado dum processo de mentalizaçom, educaçom e contraste de opçons que requer um tempo de maduraçom. Este processo está consideravelmente avançado. Na medida em que é possível, temos logrado muitos progressos na normativizaçom. A imposiçom dumha soluçom pola força ou pola milagrosa inspiraçom da colectividade num consenso universal, é umha fata utopia. No entanto, precisamente porque a inflaçom de retórica pseudodemocrática tende a igualar as opinions dos ignorantes coas dos doutos, e a reivindicar o valor do número nas decisons que se fundamentam na competência, convém insistir naqueles pontos que contenhem as bases de toda opçom lingüística no nosso caso, para que a demagogia nom se imponha cos seus berros perante o silêncio dos que nom aprenderom a berrar.

O ISOLACIONISMO

Muitos séculos de castelanizaçom tenhem influído na mentalidade dos galegos de tal jeito que mesmo os galeguistas mais radicais revelam às vezes o seu castelanismo no seu

radicalismo. O nacionalismo lingüístico que propugna o isolamento do galego, parece inconsciente manifestaçom de vassalage ao ponto de vista centralista castelam. O isolacionismo frente ao português, que é historicamente umha dependência do galego, nom pode conduzir senom ao bloqueio das possibilidades de expansom do nosso idioma, o qual, reduzido a um número pequeno de falantes e escreventes, nom poderia resistir com éxito à pressom do espanhol oficial. O romance hispánico ocidental, coa sua projecçom ultramarina, é umha língua com porvir. Se o galego se desintegra do seu sistema natural, nom tem ante si mais perspectivas de futuro que a integraçom no sistema castelam, ou seja a sua desapariçom como tal galego. Umha microlíngua é antieconómica no mundo actual, em que som ininteligíveis e inviáveis as unidades microscópicas. Umha língua tam ameaçada como o galego nom pode sobreviver senom apoiando-se nas demais formas do sistema, quer dizer, reintegrando-se no complexo luso-galaico do qual geneticamente forma parte. Planificar a morfologia e o funcionamento dumha parte do ibero-románico ocidental sem ter em conta a existência dumha forma desse romance que atingiu historicamente um alto grau de estabilidade e de normalizaçom, é umha actitude tam antieconómica que parece ditada por um inconsciente pulo suicida ou sugerida diabolicamente por um astuto destrutor. Nom é sensato ignorar o português quando se trata de ordenar o galego. Muitos dos problemas que causam a perplexidade dalguns escritores galegos, forom resolvidos polo português em forma perfeitamente aceitável para nós. Andar ensaiando soluçons que hai tempo forom contrastadas e seleccionadas polos nossos vizinhos, é jogo pueril ou cerril, ditado por umha indiferença ou umha xenreira perante o português, que parece resultado da inoculaçom dum vírus preparado por inimigos da pervivência do nosso idioma. Se o português está fixado, ¿como podemos admitir que o galego nom se aproveite para se fixar da experiência do português?

OCIDENTALISMO OU CENTRALISMO

O galego ou é galego-português ou é galego-castelam. Ou somos umha forma do sistema ocidental ou somos umha forma do sistema central. Nom hai outra alternativa. Um galego em oposiçom à vez ao português e ao castelam é impossível. Um anam nom pode luitar com dous gigantes que cruzam os seus fogos.

MINIFUNDISMO OU COOPERATIVISMO

Na cultura moderna nom é de rendimento o minifúndio. Necessitamos mais público para os nossos escritores. O isolamento remataria coa morte ou, o que é o mesmo, coa conversom do galego num dialecto castelam. O razoável é substituir o minifundismo polo cooperativismo. Umha concórdia ortográfica, quando menos, e umha inteligência na opçom das formas lingüísticas que integrariam, sem prejuízo das peculiaridades do galego, o veículo geral de comunicaçom, seram indispensáveis.

A UNIDADE DO SISTEMA

Deste jeito, seríamos o que somos, voltaríamos a ser o que fomos: o romance mais ocidental, nom esnaquizado em dous anacos isolados, senom reintegrado numha unidade sistemática que nom exclui a autonomia normativa.

VULGARISMO OU REINTEGRACIONISMO

Este ponto de vista está triunfando por todas as partes. Demostrado que o *espléndido isolamento* do galego é um suicídio ou um assassinato por asfíxia, o sonho anacrónico e utópico dum galego arquidiocesano, cismático, provincial,

ou, se calhar, parroquial e agreste, está sendo abandonado polos galegos que se decatam do tempo e do lugar em que vivemos. Da dependência oficial em que nos movíamos lingüisticamente, temos de avançar cara formas mais autóctonas, reintegrando-nos no nosso mundo próprio. Mais como temos vivido numha alienaçom multissecular, nom podemos realizar sem prudência a obra restauradora. Ela ha de ter em conta a receptibilidade social em cada momento, e mover-se progressivamente no tempo e no espaço. Nom podemos aceitar o galego na situaçom de deformaçom patológica na qual chegou até nós. A língua popular nom pode ser considerada como canónica, porque está corrompida polo contacto coa língua oficial. Se nom dizemos *Deus,* senom *Dios; lua,* senom *luna; cea* ou *ceia* senom *cena; só,* senom *solo,* porque estas segundas formas som as usadas polo povo, estamos consagrando o castelanismo. Ao povo hai que lhe devolver o que foi seu quando nom estava alienado lingüisticamente. Agora o está em tam alto grau, que considera próprias as formas alheias, e estranha como alheias as próprias quando se lhe proponhem. Alguns demagogos querem manter este estado de alienaçom, e rejeitam como artificiosas as formas restauradas. Comovedora homenage de ignoráncia ou fanatismo ao mito do galego popular, se nom se trata dumha maquiavélica manobra encaminhada a fazer impossível a supervivência do galego. Nom insistamos neste ponto mais que para chamar a atençom sobre a urgente necessidade de introduzir o ensino do galego a todos os níveis e com carácter geral, único jeito de devolver ao povo a sua consciência idiomática.

O ENSINO DO GALEGO

Mais esta urgência, por descontado, nom deixará de crear sérios problemas, que teram que ser resolvidos polos políticos — de momento invisíveis — capazes de conjugar a vigorosa decisom de manter e potenciar a nossa língua com aquela

outra virtude que é a virtude essencial do governante: a virtude de afrontar a impopularidade, a virtude de servir ao povo sem cair na trapela de crer que é em serviço do povo todo o que em nome do povo se pede. Estamos ameaçados de crear situaçons provisórias que a pusilanimidade das autoridades pode converter em definitivas, e que suporiam umha forte hipoteca de degradaçom inicial na nossa recuperaçom lingüística. Fala-se de cátedras, agregaçons e adjuntias de galego, por exemplo, nas Escolas Universitárias — que só contam actualmente cumha cátedra dotada em Santiago — e nos Institutos de Bacharelato. Nalguns destes centros hai ja persoas que dam aulas de Galego. As novas dotaçons atrairiam nuves de pretendentes autoqualificados como aptos para essas funçons. Se os postos se cobrissem provisoriamente, como em parte ja se fixo, polas autoridades correspondentes — urgidas polo temor de serem alcunhadas de antigaleguistas —, sem nengumha garantia de oposiçom, concurso ou qualquer forma correcta de competiçom pública, conforme ao arbítrio unipersoal, ou segundo os ditados do nepotismo, ou as mesquinhas componendas de grupo, ou funestos critérios de oligarquias políticas que subordinassem à fidelidade a competência, teríamos um professorado provisório que faria todo o necessário para converter-se em definitivo, empregando todos os sofismas dialécticos e todas as formas de pressom para intimidar as autoridades e arrincar-lhes algumha sorte de sistema de escolma restringida que perpetuaria de feito e mesmo consagraria legalmente os nomeamentos realizados à ligeira ou caciquilmente. Isto desacreditaria o ensino do galego. Hai persoas sem titulaçom ajeitada que hoje desempenham postos para os quais forom nomeadas sem assessoramento das instáncias competentes. Se os anos de serviços lhes outorgassem uns direitos preferentes, que nom considerassem a forma de designaçom, bloqueariam a provisom dos postos polos especialistas que tiverom a corage de passar anos cursando umha carreira que nom lhes oferecia agarimo seguro, mais que elegerom por amor à cultura do seu país. Daquela, a recuperaçom lingüística abortaria lamentavelmente.

PODER ADMINISTRATIVO E COMPETÊNCIA CIENTÍFICA

Hai, pois, que tomar mui em sério os nomeamentos de professores de Galego, ou de técnicos encarregados de qualquer funçom de assessoramento lingüístico, e sublinhar que a eventual ostentaçom dumha autoridade administrativa ou política nom confere nengumha competência para detectar preparaçom na matéria. Ja se vê que nom é possível agardar para cobrir todos os postos, a que se podam organizar os concursos ou oposiçons devidamente garantizados que outorgaram o emprego em propriedade. Haverá que cobrir provisoriamente um certo número de praças, mentres nom se disponha de dotaçons para converter aquelas em postos servidos por funcionários de número, que acedam a eles segundo a lei e nom segundo indigitaçom arbitrária. Mais mesmo estes nomeamentos de persoal contratado e temporal ham-se fazer pola instáncia cientificamente competente, ou co assessoramento técnico ajeitado. No entanto, hai autoridades administrativas que neste país, rico em humoristas, se consideram tam competentes como as autoridades científicas para decidir quem sabe e pode ensinar ou escrever galego. Nom devem pretender essas autoridades executivas que estas autoridades técnicas impartam a sua bençom a testas tam irregularmente consagradas.

POLÍTICA REALISTA

Vemos, logo, que na organizaçom do ensino do galego, como na restauraçom mesma da língua, temos de seguir umha política realista, que proceda passo a passo, conforme as possibilidades efectivas que ofereça o país. Os professores, cada quem no grau em que professar, devem ter adquirido a competência necessária e possuir a titulaçom oficial correspondente. É preferível deixar vacantes alguns postos até que novas promoçons facilitem a sua provisom, que cobri-los «interinamente» com temporeiros improvisados, se calhar

poetas meritórios, ou profetas inspirados, mais carentes da preparaçom científica necessária para que o ensino e implantaçom da nossa língua nom se converta numha farsa grotesca ou num sainete triste.

O GALEGO E GALIZA

Som mui delicados, pois, os problemas que planteja o galego hoje. Deve ser, claro está, a língua normal da entidade autónoma galega, sem prejuízo dos direitos que a Constituiçom confere à língua do Estado. Mais, ¿como administraram esse tesouro os cidadans, se calhar conversos ou neófitos, que assumiram a direcçom política do país? Nom propugno umha política lingüística de tipo tecnocrático. Mais quem tenha a responsabilidade do governo de Galiza nom deve cair na tentaçom extravagante de dogmatizar sobre a língua. Quando havia necessidade de manter a flote a cabeça do galego, todo esforço em favor do mesmo era meritório e havia que julgá-lo com indulgência. Hoje é mais bem a exigência o nosso dever. Todos temos muito galego que aprender. Mais hai-nos que, modestamente, procuram aperfeiçoar os seus conhecimentos, e hai-nos que usam do galego sem amor nem delicadeza, como se abusa do que se considera um meio e nom um fim. E o galego é um fim, porque o galego é Galiza. Indubitavelmente, podemos imaginar-nos umha Galiza que nom fale em galego, mais essa Galiza seria algo mui distinto da Galiza real, e, sobretodo, da Galiza ideal em que os melhores galegos pensam quando pronunciam o nome de Galiza.

[Conferência no Clube Lingüístico da Corunha, o 7 de Fevereiro de 1979.]

2.

DO PASSADO AO FUTURO

O GALEGO ANTIGO

A história do idioma galego é a história mesma de Galiza. A história do seu nacimento, do seu crecimento, da sua madurez e da sua prostraçom, da sua reposiçom e do seu esforço para persistir. Diríamos que Galiza nace à história quando o galego nace, que se mergulha na imobilidade a-histórica quando a língua se reprega à escuridade da iliteralidade, e que renace à história quando o galego renace à literatura. Tracemos o esquema destes acontecimentos.

A pré-história do galego, como indocumentada por princípio, quase nom é conhecida senom através das pegadas, muitas vezes imprecisas, do substrato indígena na realidade romance. Alguns fenómenos dialectais característicos, como a pronúncia aspirada ou enxordecida do fonema /g/, própria principalmente das falas ocidentais, tenhem sido explicados hipoteticamente como conseqüência dum hábito lingüístico pré-romano, se calhar pré-indo-europeu. A chamada leniçom céltica, tendência à sonorizaçom das consoantes xordas, fricativizaçom das oclusivas e aspiraçom das fricativas, teria operado no romance galego como em todas as línguas europeias atlânticas, mais quiçá com menos marcada influência que nalgumhas delas. Elementos pré-celtas, celtas e outros de escura filiaçom pré-romana persistem desde logo no vocabulário, sobre o qual actuarom tamém forças de superstrato e adstrato diversas, entre as quais hai que mencionar as de origem germánica — sueva e gótica —; árabe, em medida maior do que podia supor-se; e ultrapirenaicas. Como em toda a Ibero-Románia, os séculos IX e X forom decisivos para a formaçom do romance em Galiza. Os documentos latinos

começam a dar por esta época testemunho da transformaçom da língua mai, que continua sendo a única escrita, numha fala vulgar que nom ha de atingir até fins do século XIII o reflexo da grafia. Hai, pois, um protogalego oral, que se considera umha forma vulgar do latim, nom só enquanto derivada deste, o que é historicamente exacto, senom enquanto registo relaxado ou rústico daquele, versom coloquial e familiar do mesmo, o que supom um divórcio entre a língua escrita e a língua falada; divórcio que, ao acentuar-se co decorrer do tempo, impuxo a realista admissom dumha dualidade lingüística, desde o momento em que a forma oral foi consagrada pola escrita e, ficando o latim excluído da conversa, fora do uso escolástico e diplomático, houvo em Galiza umha só língua oral — tamém agora escrita — que começou a chamar-se romance galego. A época gelmiriana, tam importante para a história geral, é sem dúvida assim mesmo trascendental para a pujança do galego, que, desterrado ainda daquela do pergaminho, atinge no fim do século, ja desaparecido o primeiro arcebispo de Compostela, e precisamente quando a hegemonia política de Galiza no complexo cristam centro-ocidental tinha sido definitivamente quebrantada, a consagraçom da escrita.

Mais o idioma, que agora se manifesta tam pujante no plano literário; que coloniza lonjanas cortes peninsulares e se apresenta como a língua da lírica cortesá de toda a cristandade hispánica, salvo o extremo norte-oriental; o galego dos trovadores, dos que se conservam cantigas nos Cancioneiros primitivos, é galego o mesmo que é português, pois fala-se em Portugal como em Galiza. Temos de chegar ao fim do século XIV para que os destinos políticos, definitivamente afastados, de Galiza e Portugal, e a fragmentaçom cultural que tal divergência vai produzir a longo prazo, determinem preferências lingüísticas que nos permitam falar de galego e de português. Mais o complexo galego-português conserva até hoje o selo que desde as origens lhe imprimiu a sua apariçom às duas beiras do Minho, e só a erosom do castelam sobre a póla setentrional, ao integrar-se Galiza no

reino de Castela, e a influência das falas moçárabes sobre a póla meridional, ao avançarem os Portugueses cara o Algarve na sua gesta reconquistadora, bifurcarom como umha oliveira o tronco comum galego-português, polo que, dum ponto estritamente lingüístico, galego e português devem ser considerados como duas formas dum mesmo material idiomático.

Esta realidade histórica nom é só um dado essencial no passado do idioma, senom um feito que deve pesar na consciência do home galego de hoje. Parece condenar como antinatural a resistência, determinada por umha deformaçom alienante, produto dumha educaçom estatal uniformista, a achar no português orientaçom para resolver os problemas que se apresentam hoje ao galego, obrigado a rechear peremptoriamente os valeiros que vários séculos de vida iletrada produzirom no seu vocabulário e no nível culto da sua expressom geral.

O GALEGO MÉDIO

Se nos séculos XIII e XIV a língua galega nom só vivia em plenitude literária no território em que era falada, senom que era a única língua ibero-románica que se utilizava para a lírica culta, esta situaçom vai cambiar radicalmente a fins da Idade Média. Ainda na segunda metade do século XV, poetas nom galegos, como Alfonso Álvarez de Villasandino, Íñigo López de Mendoza ou Gómez Manrique, componhem versos no romance hispánico ocidental. A musa popular canta ainda em galego a história triste do Mariscal Pero Pardo de Cela. Mesmo até o terceiro decénio do século XVI chega o uso do galego nos documentos notariais. Mais a guerra dinástica entre Borgonhas e Trastámaras aniquilou ou exilou o mais brilhante da nobreza galega. As terras confiscadas aos vencidos forom mercês outorgadas a linhages foráneas que traem o seu castelam às suas pequenas cortes. As guerras sociais do século XV, coas suas destruçons de castelos, con-

somem nas labaredas do incêndio amostras preciosas da tradiçom literária. Funcionários reais, leigos e eclesiásticos, esforçam-se, e afinal o conseguem, por impor a paz. Mais esta paz é proclamada em língua distinta da nativa. O poder fala em castelam; a palavra escrita modela-se na língua do poder, e o galego, sem mensage política nem literária, afunda-se na escuridade do dialecto e vive a vida ventureira dum horto sem cultivo. Nom é que faltem totalmente textos literários galegos entre os séculos XVI e XIX. Mais os que existem, e som poucos, tenhem o carácter de curiosidade lingüística. A tradiçom cultural interrompera-se. A poesia trovadoresca profana era desconhecida. Ao escrever em galego nom se tinha consciência de escrever numha língua literária, senom que se procurava o efeito estilístico de empregar por escrito umha língua oral. Como Afonso X escreveu algumha vez em castelam poesia trovadoresca, rompendo excepcionalmente a tradiçom que impunha o galego, agora, na época do galego médio, fai-se algumha vez poesia em galego, rompendo a tradiçom que impunha o castelam. Mais nom hai ánimo de restauraçom, porque se ignorava a tradiçom, nem propósito de creá-la, porque isso suporia umha consciência do significado espiritual da língua que nom se avinha coa situaçom cultural do país.

A Ilustraçom supom um começo de mudança de actitude, ainda que mui minoritária. O Padre Sarmiento, precursor da Lingüística moderna, tem um elevado sentido da dignidade do galego, do qual propugna o ensino e ao qual confere carácter de veículo da instruçom geral em Galiza. O mesmo que o seu companheiro de hábito, o Padre Sobreira, Sarmiento consagra umha parte substancial da sua actividade científica à investigaçom léxica e etimológica do galego, que tamém mereceu a atençom do Padre Feijó, de quem os irmans Plácido e Anselmo fixerom versos na nossa língua.

Esta corrente ilustrada, ainda que ortodoxa, prossegue com Cornide e outros humanistas do século XVIII e começos do XIX, momento em que a invasom francesa e a instauraçom dum regime constitucional provocam a apariçom dumha

literatura panfletária em galego que planteja sobre novas bases o problema da língua.

De primeiras, a necessidade de provocar a insurreiçom do campesinado contra os Franceses, e logo a de influir no eleitorado surgido do estabelecimento do novo regime, inspiram muitos escritos patrióticos e polémicos que se redactam, por mor da eficácia, na língua falada por aqueles cujo ánimo se trata de mobilizar. Liberal na sua orientaçom, geralmente, desta literatura, poucos restos persistirom incólumes depois da reacçom absolutista de 1814 e a de 1823. Consolidado formalmente o sistema constitucional, nom só literatura periodística, senom paralitúrgica e modestos gromos líricos cobrem a etapa que atinge os anos quarenta, nos quais se manifesta ja um ressurgimento geral do galego literário.

O GALEGO MODERNO

Polos anos quarenta do século passado dá-se por primeira vez um esforço consciente para potenciar o idioma galego até convertê-lo num instrumento total de cultura. Mais esse esforço, de momento, só — e ja é muito — colheita triunfos no campo literário. Polo que se refere ao uso coloquial do galego, a situaçom é mui distinta.

Desde fins do século XVIII e começos do XIX, Galiza tem que fazer frente ao repto da nova economia mercantil e industrial. A antiga sociedade rural, estratificada mediante a superposiçom de três elementos sociais — os fidalgos, os monges, os lavradores —, sofre umha profunda transformaçom. Nengumha destas classes sociais soubo ou pudo fazer cara às novas circunstâncias. A circulaçom de numerário, a difusom dos instrumentos creditícios, o princípio do maquinismo e os novos meios de comunicaçom, a comercializaçom e industrializaçom da vida permanecerom fora da competência das classes rurais do país, incapazes de se reestruturar eficazmente. O clero secular e o artesanado das vilas, que quase nom eram senom centros de mercado agrícola — e noutras par-

tes, polo liberalismo do primeiro estamento e o capitalismo larvado do segundo, forom os agentes da revoluçom industrial —, tampouco se liberarom em Galiza do peso dum passado fossilizado em formas a-históricas. Galiza foi colonizada comercial e industrialmente por maragatos, cameranos, riojanos e catalans que, na sua activa e dinámica promoçom da riqueza do país acharom escassa colaboraçom indígena a nível directivo, que tiverom como interlocutores principais para a ordenaçom das suas empresas às autoridades do Estado e que praticarom em muitos casos umha endogamia natural. Como a fins da Idade Média, a língua do poder e do progresso era o castelam. Se desde o século XIV temos em Galiza umha nobreza que nom fala em geral o idioma do país, agora imos ter umha burguesia que tampouco o fala. Por suposto, o pequeno fidalgo rural e o pequeno comerciante rural, qualquer que fosse a sua origem, soía ser absorvido idiomaticamente nas suas relaçons cos paisanos, relaçons que de outro jeito seriam quase que impossíveis. Mais os centros de poder urbano, os funcionários, os burócratas, os ricos, ainda que quiçá conhecessem e usassem o galego para certos níveis coloquiais, produziam-se na língua do Estado nom só em todos os aspectos, orais ou escritos, da vida oficial, senom também, na ordem privada, em todas aquelas actividades elocutivas que estivessem marcadas polo selo da solenidade ou da nobreza. O idioma oficial nom era só o dos documentos públicos, senom o do ensino e a catequese. Nestas circunstáncias, o galego conservava-se na prática como língua oral só, no campo unicamente; mais se o lavrador nom era analfabeto, ao escrever umha carta fazia-o em castelam até onde chegassem os seus conhecimentos, porque para ele nom havia outra língua escrita. Os escritores galegos luitavam, pois, cum prejuízo secular, segundo o qual o idioma vernáculo nom era senom umha forma vulgar e iletrada da língua oficial, que constituía o modelo daquela, ao que tendia a acaroar-se à medida que os falantes progressavam na sua alfabetizaçom. Arrastar o campesino ao campo galeguista era empresa nom impossível, pero que nom poderia planear-se sobre as mesmas

bases patrióticas e histórico-culturais sobre as que se levantarom os modelos dialécticos destinados à intelectualidade liberal. O campesino nom conservava o seu idioma por amor ao seu idioma, senom porque nom havia cregos nem mestres de escola dabondo que se convertessem em ubíquos Mefistófeles desgaleguizadores. O meninho ao sair da escola, o labrego ao sair da missa, reintegravam-se ao seu mundo idiomático, que, cada vez mais escanastrado, persistia, no entanto, no seu relativo isolamento, refractário a umha total desnaturaçom.

O grande problema do campesino naqueles tempos nom era o da sua identidade idiomática. Era um problema económico: o dos foros, o do atraso técnico, o da arbitrariedade caciquil, o dos gravames fiscais, o do minifúndio, o da pobreza, o da fame. Um demagogo que tinha sentido da eficácia, grande voz do movimento agrário, Basílio Álvarez, apesar da sua origem humilde, empregou sistematicamente o castelam nas suas campanhas de agitaçom. Cria, sem dúvida, que assim, se nom melhor entendido, seria melhor escuitado.

O GALEGO FUTURO

O problema do galego planteja-se hoje sobre novas bases. O volume da literatura galega e a qualidade dumha parte da mesma constituem testemunhos esmagadores em prol da língua. O Estado, numha ou outra forma, reconhece a sua existência. Podem realizar-se e realizam-se estudos de galego em todos os níveis educativos. Ninguém se pode licenciar agora em Filologia Hispánica pola Universidade de Santiago sem cursar alguns anos de Galeguística. Hai mesmo umha modalidade de Filologia Galega. As investigaçons lingüísticas tenhem atingido satisfactório rango. Hoje, a nível intelectual, tanto interesse suscita o galego que os que durante muito tempo safranharom à Académia a falta de normalizaçom da língua, agora que existe essa normalizaçom, sequer enquanto normativa ortográfica e morfológica, nom se con-

formam com ela, e aspiram a avançar mais alá, o que é mui natural e positivo. O uso do idioma do país, assinalado onte de reaccionário polos que professavam ideais sociais avançados, é adoptado como signo de progresso polos mais progressistas. Hai, evidentemente, à direita e à esquerda, algum oportunismo nestas actitudes. Nom obstante, isso mesmo prova o triunfo do velho ideal. Nestas circunstáncias, o prejuízo antigo é insustentável. Ja ninguém medianamente instruído crê na inferioridade do galego. Empregado na litúrgia e no ensino, na rádio e na televisom, ainda que em medida insuficiente, ninguém o julga padrom de ignomínia ou calco de ignoráncia. Os professores de Educaçom Geral Básica, formados em escolas normais nas quais ensinam professores à sua vez formados nos estudos de lingüística e literatura galega que se impartem na Universidade, podem, se querem, dotar aos meninhos que seram os seus alunos no campo, dumha mentalidade nova, que tamém vai afluindo por outros vieiros.

Porque é no campo, onde se conservou a língua que as altas classes urbanas esqueciam, ou fingiam esquecer, onde hoje se acha o galego em situaçom mais precária. Desde o século XVI aos nossos dias, o galego retrocedia lentamente nas cidades, pero mantinha-se nas aldeias. Hoje o galego avança nas cidades e retrocede no campo. Avança nas cidades porque nas cidades avança a cultura, e com ela a consciência da dignidade do próprio idioma. Polo que se refere ao campo, ainda que neste tamém avança a cultura, esta cultura é a cultura massificada, e, portanto, uniformada, que espalham os jeitos modernos de comunicaçom. E nom se pode pedir ao campesino, mentres nom tenha resolvidos os seus problemas económicos, umha consciência da sua personalidade idiomática como a que tem o intelectual. A cidade, que recebeu do campo o seu galego, tem que actuar agora para devolvê-lo ao seu antigo custódio depurado da escória que amontoaram sobre ele tantos anos de combustom. O campo galego, para desespero dos poetas bucólicos, está-se a urbanizar. A cidade achega-se ao campo através do coche, do teléfono, da televisom. A cultura rural está sendo penetrada pola cultura

urbana. Temos de renunciar tamém ao galego folclórico. O galego urbanizará-se; quer dizer, conformará-se como umha língua moderna, deixará de ser o arcaico romance quase visigótico que prazia a Valle-Inclán, para ser instrumento de expressom das vivências do nosso tempo.

¿Estou prejulgando, pois, o éxito nesta luita pola supervivência dumha língua indubitavelmente ameaçada polo carácter utilitário e quantitativo da civilizaçom contemporánea? Simplesmente, estou esboçando os vieiros que terá de percorrer um idioma defendido da desapariçom polo entusiasmo dos que o tenham como um selo sobre o seu coraçom. Nom incorramos na mística materialista de crer que nada pode o espírito. *¿Tantos millones de hombres hablaremos inglês?* Assim perguntava o poeta hispano-americano. A resposta da história foi negativa. Bom é saber inglês, mais sem esquecer que é língua aprendida. Tamém os galegos devemos sabê-lo, e, por suposto, o espanhol; mais a conservaçom do que agromou naturalmente entre nós é algo desejável e moralmente obrigatório. Fraternalmente, o galego deseja conviver coas demais línguas hispánicas. Nom creio que ninguém lhe feche no futuro as portas que ha de passar para lograr essa convivência.

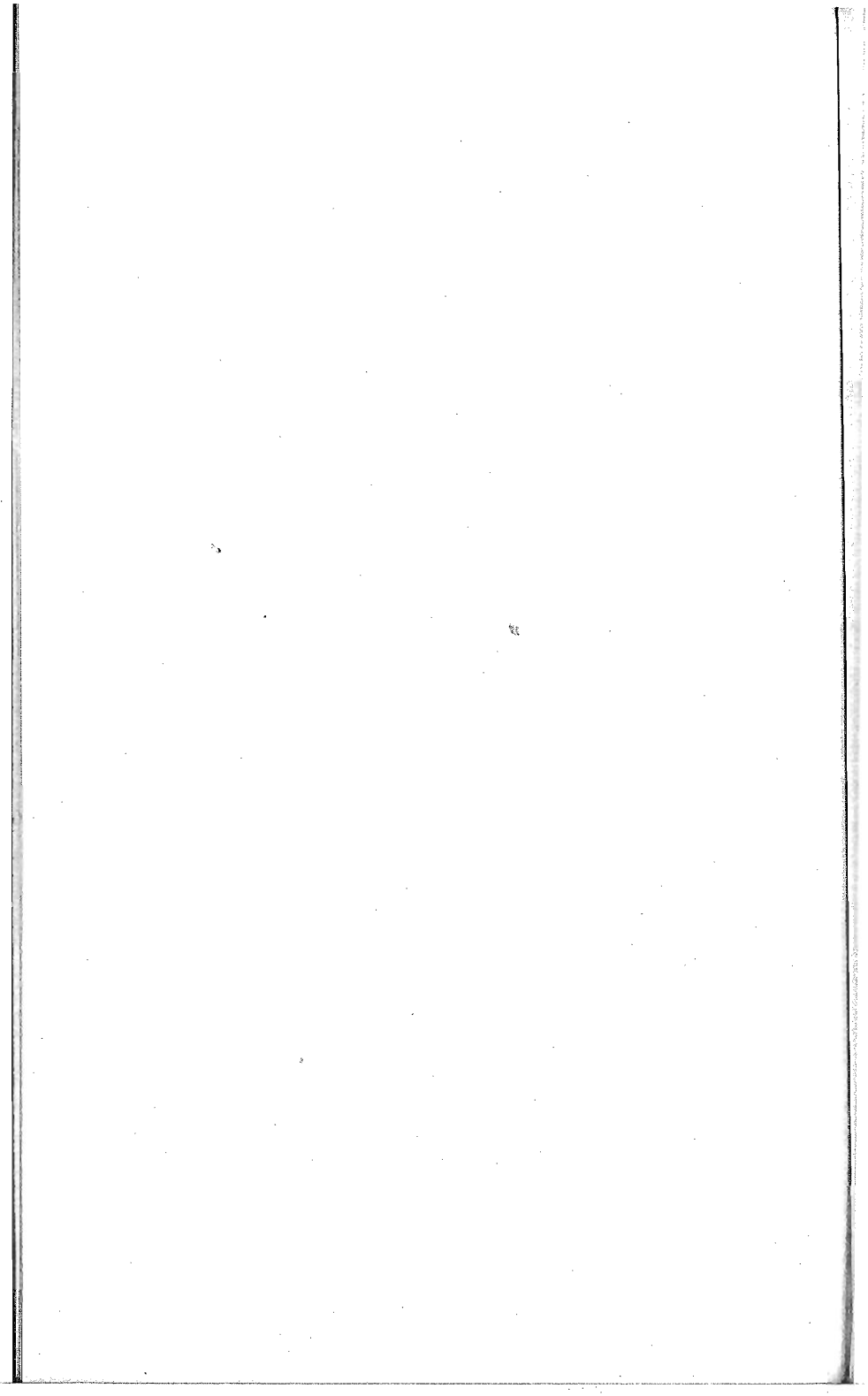
Nom diferindo para a realizaçom dessa esperança o trabalho que cada dia a vida nos impom, muitos galegos cooperam hoje, no meio dumha sociedade cada vez mais interessada nestes problemas, na posta em marcha dos planos necessários para a definitiva constituiçom do galego em língua de cultura e instrumento vital. Cada vez conhecemos melhor a nossa língua, cada vez a achegamos mais ao ideal que reside imanente na realidade. Temos ainda muito caminho que andar, pero nom andamos ja a cegas. Os escritores e os filólogos escuitam-se uns a outros, e se hai alguns entre os primeiros que aparentam ignorar aos segundos, e se hai alguns entre os segundos que se assanham ante a insumissom dos primeiros, isso é por ambas as partes um sarampelo infantil que nom tardaremos em curar, pois estamos ja no sarego da madureza da língua restaurada.

Desta maneira, está virtualmente ganhada a batalha da língua como instrumento cultural. Temos a ferramenta. A língua rústica tem-se convertido em língua culta. Até que ponto ha conservar o calco do castelam, até que ponto ha de acolher a influência do português, em que medida ha preservar a sua identidade face às suas irmás, som questons apaixonantes que sempre teram vigência, pois a vida é problema, e quando deixa de sê-lo é que deixou de ser vida. Com todos os seus problemas, a língua está em forma para realizar a sua missom.

Mais, naturalmente, esta missom nom pode confinar-se ao ámbito do puramente literário. Neste aspecto, a língua está suficientemente prestigiada. Ainda prescindindo da etapa medieval, que nos apresenta umha floraçom lírica pola sua qualidade e a sua quantidade, estimada, desde que se conhece, como um dos tesouros da poesia románica, temos realizaçons literárias nos tempos contemporáneos que som objecto da atençom universal nos meios competentes. No entanto, devemos superar a distáncia que separa a língua escrita da língua falada, ou, melhor, a língua culta da língua rústica. Em todos os povos que possuem umha língua escrita, esta nunca coincide exactamente coa língua coloquial. Aquela tem caracteres de pureza, tradiçom, regularidade e equilíbrio que som inerentes à sua essência. Esta, como veículo de comunicaçom prática, é um instrumento económico, menos coerente, mais cambiante, mais versátil e menos abstracto que a língua artística. As opinions segundo as quais a forma literária da língua se alongou demasiado da forma oral, carecem de exactitude. O que ocorre é que a restauraçom literária do idioma foi mais depressa que a educaçom lingüística do povo. Mentres este, polas razons expostas, sentia a sua língua como inferior, e a lei lhe choía o caminho do ensino oficial, só cumpria fazer o que se fixo, e luitar contra aquele sentimento e aquela normativa. Agora, eliminados os obstáculos tradicionais, esforçamo-nos em tender pontes que devolvam ao povo, luído, o tesouro que ele conservou e que ja estava a ponto de perder. O galego que o ensino primário e médio

ham de divulgar, como ja o está fazendo o ensino superior — e em pequena escala, os mesmos ensinos primário e médio —, tem que ser um galego restaurado; mais isso nom significa que nom seja um galego popular. Só que o popular nom pode confundir-se com qualquer situaçom de feito na que forças alheias à deriva do idioma tenhem torcido o curso natural da sua evoluçom. O povo galego nom pode refugar as formas depuradas do idioma, pois o contrário seria aceitar a sua própria despersonalizaçom. A nossa sociedade é dinámica. O campo ja nom está isolado da cidade. Quando o campesino domine os instrumentos da cultura actual, e entre eles a língua do Estado, e ao mesmo tempo melhore a sua situaçom económica, ja nom haverá nengumha razom para que sinta como inferior a sua própria língua e se resista a melhorá-la. O meninho que nom perceba o galego como um dialecto humilde, e cujas condiçons sociais nom o aferrolhem a umha magoada vida familiar, estará bem disposto para a aprendizage do galego restaurado, que nom será senom a perfeiçom do seu próprio galego.

[*La Voz de Galicia,* A Corunha, 26 de Agosto, 15 de Setembro, 18 de Setembro e 22 de Setembro de 1977.]



3.
A CONSTITUIÇOM DO GALEGO COMO LÍNGUA ESCRITA

O GALEGO-PORTUGUÊS

O conhecimento filológico, como todo conhecimento científico, é um conhecimento formal. É umha ordenaçom de dados empíricos sujeita a um critério convencional. As circunstáncias culturais da sociedade em que o conhecimento se verifica, justificam este, outorgando-lhe umha credencial de validez funcional. Um esquema útil para apreender a realidade, que nom nos é dado assimilar intencionalmente em bruto, nom pode aspirar a umha exclusividade em abstracto. É umha perspectiva, que depende do ponto de vista. Umha língua nom é umha cousa real, senom umha concepçom intelectual elaborada mediante umha leiçom e umha selecçom de umha matéria objectiva, mais informe. Ao informar essa matéria, os perfis da figura lingüística podem desprazar-se de acordo com as necessidades práticas. No mundo dos feitos, a língua galega nom está delimitada no tempo nem no espaço. Essa delimitaçom é conceptual, e pode variar de acordo coas categorias elegidas. Assim, bem podemos considerar que o galego surge quando surge o galego-português; mais igualmente é razoável considerar que surge quando o galego-português desaparece. Trata-se de hipóteses de trabalho. Manejando a primeira, quer dizer, identificando o galego-português co galego antigo, ou mais antigo, enquanto língua escrita, podemos dizer que o nosso idioma tem umha primeira projecçom literária que se estende desde fins do século XII até fins do século XV, ou desde um pouco depois até um pouco antes. A mais antiga manifestaçom literária do galego que tem chegado até nós, é a poesia trovadoresca, cujo último

eco está historicamente representado polo diálogo entre dom Álvaro González de Alcántara e dom Gómez Manrique[1], redactado nom ja em forma de tençom, com estrofes alternadas de cada um dos contendentes, de acordo coa poética primitiva, senom em forma de «pergunta» e «resposta» independentes, do um e do outro respectivamente, ainda que, como na tençom provençal, atendo-se rigorosamente a resposta, no metro, as rimas e a estrutura estrófica, ao esquema da pergunta. Este canto de cisne da lírica trovadoresca galega pode datar-se arredor de 1465.

A prosa tabeliónica, cujos testemunhos mais antigos som contemporáneos das primeiras amostras de poesia cortesá, mantenhem-se algo mais. Entre os documentos galegos publicados por Ferro, o mais moderno[2] é de 1532.

1

Traballos con desfavor
do señor Rei Don Enrique
a vós, xentil trovador,
me farán que non reprique
inda ben como querréi;
mais, macar eu me desgabe,
nunca vos eu negaréi
eso que meu saber sabe,
posto se me faça grave.

Graças vos quero render
por me tanto conloar,
mais o non me coñocer
vos engana, sen dultar;
e temo, se ven a proba,
que mía vertude se negue,
ca muito mellor por nova
me terréis, que cando achegue
e míos vicios desplegue.

Desexando complaceiros
— ca deséxoo sen falla —
digo destes escudeiros
que vosa questón entalla,
que o que orden cabaleira
recebe, desque vencente,
honora máis sa bandeira,
pois primeiro merecente
se fezo que recebente.

Canto dicedes se cree,
ca vosas trovas veendo
faz que o que non se vee
se recoñoza leendo.
Non miredes a eloqüenza
baixa de meu responder,
que con a gran diferenza
de las falas, meu poder
non pode ben compoer.

[*Escolma de Poesía Galega,* II, Vigo, 1959, pp. 83-84.]

2 Eno lugar de San Cloyo, a bynte e dous dias do mes de setenbro del año del Señor de mill e quiñentos e trynta e dous anos, el señor merino dió licençia a Gil Fernandes, vecino de Byeyte, su pena de bynta mill mrs., que él non se salga en sus pies nen en agenos sen lyçençia del dito merino de su casa del dicho merino fasta la yglesia e fasta a casa de Catalyna da Beyga, so la dicha pena, e más le dió su palabra e preyta menaxe, estando presentes por testigos Fernando d'Agra e Sueyro de Penedo.

[*A Vida e a Fala dos Devanceiros,* I, I, Vigo, 1967, 129, p. 228.]

Por essas datas extingue-se a tradiçom escrita do galego, como língua literária assim como língua notarial. O texto de Gómez Manrique apresenta-nos ja mui deteriorada polo contacto co castelam, a língua poética. Na composiçom aparece um *complaceiros* rimando com *escudeiros,* que nom pode ser interpretado senom como um hiperenxebrismo análogo à *soma* (sombra) de García Lorca, um e mais outro explicados polo deficiente conhecimento do galego que tinham ambos os autores. Manrique reconhece-o, e desculpa-se:

> Non miredes a elocuenza
> baixa de meu responder,
> que, con a gran diferenza
> de las falas, meu poder
> non pode ben compoer.

Quanto à prosa notarial, em data tam avançada, bem se comprende que apareça muito mais contaminada de castelam. O texto de Ferro é realmente galego-castelam, como em menor medida o é tamém a resposta de Manrique. Este escreve num galego para castelans, cos mesmos barbarismos e ultracorrecçons da cançom galega que hoje se destina à exportaçom. Quanto ao escriba de 1532, diríamos que escreve num castelam para galegos, ou bem que tenta escrever em castelam sem liberar-se do galego: umha espécie de *castrapo.* Assim, desfigurada na pena de castelans que nom a conhecem bem, e tentando disfarçar-se de castelam na de galegos que nom dominam a língua geral, esfarela-se em cinzas a nossa como língua escrita.

O GALEGO, LÍNGUA ORAL

Durante toda a Idade Moderna, o galego vive em estado de indefensom cultural. Umha língua é em si mesma, certamente, um fenómeno de cultura. Mais se a língua nom se escreve, inscreve-se no marco da cultura folclórica. Pertence à lingüística etnográfica, nom à filologia. Coa monarquia

absoluta, o castelam transforma-se em espanhol, e este espanhol vai ser a língua literária das Espanhas. A tradiçom literária do galego interrompe-se, e nom se conserva a lembrança da poesia trovadoresca. Os Cancioneiros permanecem enterrados no esquecimento até o século XIX. Em castelam escrevem os galegos do Cancioneiro de Hernando del Castillo: um dom Pedro Álvarez Osório, conde de Lemos; um dom Rodrigo de Moscoso e Osório, conde de Altamira; um dom Luís de Viveiro. E mais adiante, um Frei Jerónimo Bermúdez e um dom Francisco de Trilho e Figueiroa. E, naturalmente, outros mais, mais suficientemente poucos e insuficientemente distinguidos para desmentir, desde a sua perspectiva, as palavras do Fénix: *Galicia nunca fértil en poetas*. Um «nunca» que é um «nom agora».

O galego deste tempo — o galego médio — é, pois, língua oral. Quer dizer, língua dialectal, língua nom escrita. O registo culto do galego é o castelam. Por isso, quando por bizarria se escreve em galego, por muito que se eleve o tom — e apenas se eleva mais que para entoar as exéquias da rainha Margarida —, nom hai consciência de língua literária, senom plasmaçom gráfica da língua oral. A infrequência desta plasmaçom é condiçom necessária do efeito procurado. Como nas carjas de Valle-Inclán, o sainete está em empregar anormalmente como língua escrita umha língua normalmente só oral, em outorgar um trato de língua culta a umha língua popular. Sobre o fundo da literatura regular em castelam, esta literatura excepcional numha língua nom literária, tem a graça licenciosa da carja no marco da muaxá.

Esta situaçom fai nom existente o problema da língua literária. É impossível o plantejamento desse problema porque esse plantejamento supom umha distinçom entre língua literária e língua oral que nom se dá na consciência dos eventuais cultivadores do galego. Polo de agora — digamo-lo coa necessária exageraçom — nom se trata de *escrever em galego,* senom de *falar em galego por escrito*.

O GALEGO, LÍNGUA ESCRITA

E esta situaçom persiste até o Ressurgimento, que propriamente é umha insurreiçom, e nom umha ressurreiçom, porque, como fica dito, tinha-se esquecido, ou permanecia oculta ou inacessível para os nossos escritores, a maior parte da produçom literária medieval.

O que caracteriza precisamente esse Ressurgimento é o propósito de constituir umha língua literária, de elevar o galego da sua condiçom de língua falada à condiçom de língua escrita. Embora de momento o seu galego escrito nom difira praticamente do galego oral plasmado graficamente polo cura de Fruíme, a actitude perante o material lingüístico é distinta. Ja nom se trata de escrever em galego a carja da muaxá. Trata-se de escrever em galego a muaxá mesma.

A distinçom entre galego escrito e galego falado nace propriamente agora. Com isto abandona-se a interpretaçom do galego como língua puramente folclórica, como *patois,* como *babble,* que privava desde o século XVI. Apesar de a prática real estar ainda mui longe da teoria ideal, esta funda-se na normalizaçom do galego como língua escrita. O galego situa-se intencionalmente ao nível do castelam. Trata-se de oposiçom, nom ja de contraste.

A velha concepçom do galego escrito como galego oral que excepcionalmente se disfarça co atavio gráfico para procurar no contraste um efeito especial, como a mulher que se disfarça de home ou a meninha que se disfarça de mulher, deixa de estar vigente arredor de 1850, data em que a nossa língua aspira ja ao rango pleno de língua literária.

De língua literária, que é primeiro umha língua lírica: a das poesias de Anhom, Camino, Valhadares. Mais que aginha se dobra de umha versom em prosa, como em *A Gaita Gallega,* de Pintos. A pretensom de umha Pardo Bazán de limitá-la à expressom do mundo rural, como um panocho ou um baturro qualquer, está condenada ao fracasso. Na consciência dos escritores, o galego tem-se desdialectalizado.

Mais esta língua, que à volta de 1850 conquista a litera-

lidade, mantém-na penosamente durante muitos anos no campo da literatura. Só no campo da literatura. Nom é umha língua escrita na plenitude deste conceito. Por suposto, nom é língua oficial, nom se escrevem nela os documentos públicos. Mais tampouco os privados. Os Precursores, o mesmo Rosalia que Curros, escrevem as suas cartas em castelam. É arredor de 1916, coa fundaçom das *Irmandades da Fala,* quando se produz o transbordamento das velhas posiçons. Agora o galego é língua epistolar, é língua escrita — para os galeguistas, naturalmente —, sem mais limitaçons que as dimanantes do ordenamento jurídico. O próprio Pondal é precursor desta corrente, e enfim escreve umha carta em galego aos seus amigos da *Cova céltica* com data de 18 de Junho de 1899. Rosalia e Curros morrerom sem utilizar nunca o galego como língua epistolar.

A DESGALEGUIZAÇOM DO GALEGO

A expansom moderna do galego escrito plantejava mui sérios problemas, pois a nova concepçom da língua nom permitia o conformismo coa situaçom da forma falada de que partiram os escassos escritores que se registam entre os séculos XVI e XIX.

A desgaleguizaçom do galego é consequência inevitável da obturaçom do registo gráfico da língua que se produz a fins da Idade Média. Umha língua nom escrita dialectaliza-se sempre em favor da língua escrita que opera no mesmo domínio geográfico. Umha língua puramente oral enfrentada com umha língua escrita, e mais se esta é a língua da Administraçom pública, nom pode soster-se mais que pagando à mesma um oneroso tributo. O galego foi-se castelanizando porque ao nom ver-se reflexado no espelho da escrita, perdeu consciência de si mesmo, e chegou a sentir-se como umha versom rústica, familiar ou vulgar da língua oficial. Caminhava, pois, entre o século XV e o século XIX, para a sua auto-imolaçom como romance autónomo e a sua dialectalizaçom polo cas-

telam. Muitas formas populares que alguns escritores empregam, segundo dim, por fidelidade ao génio lingüístico dos estratos demóticos do país, nom som senom incrustaçons alienantes que tenhem desbotado as formas genuínas. Aquela fidelidade reclamaria mais bem umha restauraçom das formas históricas, que som as verdadeiramente populares. O restabelecimento, por exemplo, do *l* intervocálico, nom pode considerar-se como fidelidade ao galego, senom ao castelam, e neste sentido é umha forma aristocrática, pois o castelam é para aqueles estratos o registo nobre do galego.

Este pressuposto, baseado na realidade histórica de que o galego deixou durante quase quatro séculos de ser língua escrita, e cedeu à oficial este papel, funciona ainda — e é assombroso constatá-lo —, em formas mais ou menos inconscientes, no espírito de alguns dos mesmos propugnadores do Renacimento literário do século XIX. Dom Marcial Valhadares, excelente lexicógrafo, revela-se na sua *Gramática* inimigo da sintaxe genuinamente galega, o que prova a sua aceitaçom do modelo castelam. Igualmente rejeita outros rasgos fonéticos e morfológicos característicos do galego. Vejamos alguns exemplos.

A gheada é para ele própria de gente tosca e declara-a inadmissível, como maneira incivil de falar.

O *i* epentético em fonética sintáctica é para ele umha *conjunçom* supérflua, pois nom coordina copulativamente elementos análogos da frase.

O infinitivo flexional, rasgo tam particular do galego, que permite construir oraçons de infinitivo nom concertadas com umha elegáncia e claridade impossíveis nos demais romances hispánicos, nom deve aconselhar-se.

Valhadares anatematiza a supressom da preposiçom *a* em frases do tipo *vou ver*.

A construçom com valor de gerúndio da preposiçom *a* mais um verbo em infinitivo é igualmente proscrita.

Exige-se a preposiçom *de* entre o auxiliar *haver* e o infinitivo na perífrase de obrigaçom.

Censura-se o uso de *em* com acusativos de direcçom regidos por um verbo de movimento.

Como se vê, para Valhadares o paradigma da sintaxe galega nom é outro que o castelam. Quanto à fonética, ocorre o mesmo, ainda que neste aspecto a sua postura coincide coa tradiçom geral da língua culta moderna.

Assim, o autor de *Majina* reduz praticamente o galego a umha inflexom morfológica e léxica do castelam.

Com um passo mais, a aceitaçom dos paradigmas da conjugaçom castelá, o galego ficaria reduzido à condiçom do *calom,* um vocabulário manejado conforme às estruturas da língua geral.

Vemos que situaçons paradóxicas, que inesperadas incongruências marcam a história da constituiçom do galego moderno como língua escrita.

DIALECTALISMO. INTERDIALECTALISMO

Verdadeiramente, nom podemos estranhar que em pouco mais dum século, e nas desfavoráveis circunstáncias em que se desenvolveu, a língua escrita tenha tropeçado com tantas dificuldades para se fixar. Desde as *Glosas Emilianenses* a *La Celestina* transcorrem seis séculos, e é entom quando começa a fixar-se o espanhol geral. Mais o essencial quando se considera a história da constituiçom do galego como língua escrita é o feito de os iniciadores do Ressurgimento, à diferença do que ocorre cos da Renaixença catalá, partirem de zero, porque ignoram a tradiçom literária medieval. Som, pois, «primitivos», que nom podem apoiar-se mais que na empobrecida língua falada, tam erosionada pola língua oficial, e, como usura de castelanismo, na língua oficial mesma, que era a que se lhes ensinara a escrever.

Assim, os primeiros ensaios caracterizam-se polo seu dialectalismo. Só o espírito com que os precursores manejam o galego os afasta dos renacentistas e barrocos que — esporadicamente — o usarom tamém. A execuçom é análoga.

O modelo proporcionam-lho as falas respectivas. Só a intençom é distinta.

Ainda que, como ocorre sempre na vida, as etapas lógicas nom coincidem exactamente coas etapas cronológicas, encontramo-nos ao princípio com escritores que pomhem por escrito o galego da sua localidade. Mais ja em Pintos — e antes em Fernández Neira e em Boado Sánchez — lateja um sentido da unidade do galego que, por razons teóricas ou práticas, quer desembocar na fixaçom dumha língua comum. Certo é, porém, que, ao começo, domina de feito o dialectalismo. E, com ele, o castelanismo, pois a fala está castelanizada, e o ruralismo, pois o galego oral é umha língua rústica.

Tal mesterosidade da língua escrita é incompatível co novo sentido da sua dignidade. Os nossos escritores, orgulhosamente entusiastas, nom podiam resignar-se a essa situaçom, que confinaria a literatura galega no ámbito da temática aldeá. *Follas Novas* foi neste sentido um libro revolucionário, e bem o comprendia, ao incomprendê-lo, dona Emilia Pardo Bazán. Ainda que mais cheio de castelanismos que *Cantares Gallegos* — como que a sua temática é menos local —, a sua morfologia é menos dialectal, pois Rosalia, em maior medida que na obra de 1863, achega-se a um galego geral, mais polo estranho caminho do interdialectalismo, pola mistura sincrética — bem que desordenada — das distintas soluçons do galego aos problemas da estrutura morfológica. Assim, encontramos em *Follas Novas,* indiscriminadamente, as soluçons *-bre* e *-ble,* entre outras, para o sufixo latino -BILE; os plurais desnasalizados ou nom para os nomes rematados em nasal no singular; todas as formas possíveis para os plurais dos nomes em *-l:* a cruamente castelá *(mortales),* a relaxada *(mortals),* a primitivamente galega *(azues),* a ditongada *(mortais),* a assimilada *(mortas).* O galego escrito no século XIX, como o castelam do XII, está ensaiando formas, provando fonemas e morfemas.

DESCOBRIMENTO DA TRADIÇOM MEDIEVAL

Foi essencial para a evoluçom do galego literário a divulgaçom dos textos medievais. Os Cancioneiros primitivos nom som conhecidos em geral até que dom António de la Iglésia inclui na sua antologia *El Idioma Gallego,* de 1886, cantigas tomadas da ediçom do *Cancioneiro da Vaticana* publicada por Teófilo Braga. A Escola Diplomática que começa a funcionar em Madrid tem entre os seus primeiros graduados a dom António López Ferreiro e a dom Andrês Martínez Salazar. Estes dous homes, ao ler com exactitude e publicar com rigor científico documentos antigos, exercem umha poderosa influência no galego literário. A ediçom do texto mais importante de prosa galega medieval entre os conservados, a *Crónica Troiana,* causa um forte impacto na «escola corunhesa». Pondal saúda a impressom da *Crónica* como «cousa soberana»[3]. Os contertúlios da «Cova céltica» vam aprender muito galego nela. Dom César Vaamonde, redactor do *Diccionario* académico, autoriza frequentemente coa mesma os artigos daquele. Formas arcaicas reaparecem na língua dos escritores. Apoiando-se na morfologia medieval, rejeitam-se como vulgarismos

3

Esa Crónica Troiana
que agora de fresco temos
por persoa castellana,
señores — ¡véigana os demos! —,
é unha cousa soberana.

En eses acentos bravos
de fortes — e non de escravos —,
con alentos soberanos
parez que diga: — Abrazávos,
gallegos e lusitanos.

Abrazádevos contentos
deses vosos nobres soes,
sonoros e roburentos;
que son os vosos acentos,
os acentos de Camoes.

[*Versos Iñorados ou Esquecidos de Eduardo Pondal,* Pontevedra, 1961, pp. 193-194.]

resultados populares que antes se reputavam castiços. Por fim, a língua escrita descobre as suas raiganhas.

SUPRADIALECTALISMO

As *Irmandades da Fala* (1916), a revista *Nós* (1920) e o *Seminário de Estudos Galegos* (1923) marcam etapas dum novo período na constituiçom do galego escrito. O que caracteriza este tempo é a superaçom do dialectalismo e do interdialectalismo. Estamos no momento inicial do supradialectalismo, que, desde logo, é um intento para a unificaçom. Ja nom hai prejuízos localistas, ja se tem superado totalmente o ruralismo. A tarefa principal própria daqueles anos é a purificaçom do galego. Trata-se de defender o idioma eliminando os castelanismos. A reacçom contra os mesmos, que ameaçavam reduzir o galego à condiçom dum *babble* ou dum *baturro,* como ocorreu no caso dos romances leonês e aragonês, conduziu ao diferencialismo e ao «portuguesismo».

DIFERENCIALISMO

Chamo diferencialismo à preferência sistemática polas formas idiomáticas diferentes do castelam, coa virtual eliminaçom das comuns a ambas línguas. O galego cede ao castelam todo o património comum, o que equivale a reconhecê-lo como morgado e a autodefinir-se como em funçom deste. O que pretende ser umha afirmaçom é, pois, umha mutilaçom. O diferencialista, forçando a realidade se é necessário, dirá sempre *agro* e nunca *campo, esquecer* e nom *olvidar, agarimo* e nom *carinho, aperta* e nom *abraço*. A analogia operará de modo aberrante, por exemplo monotongando ditongos que tenhem justificaçom etimológica, ou ao contrário: é a época dos *ambentes* e dos *centíficos,* a dos *hourizontes* e dos *sinceiros*. Assim mesmo extraviará-se a analogia na sua aplicaçom aos fonemas consonantes; e teremos de ensombrecer os

nossos escritos com *somas,* e *cortelhar* às musas saltando os *muralôs* do Parnaso. Como se vê, em política idiomática, os escritores sem o assessoramento dos lingüístas podem cometer tantos erros como os lingüístas sem o assessoramento dos escritores.

PORTUGUESISMO

Outro recurso defensivo que achamos no galego escrito desta época é a recorrência ao português. Muitas vezes os portuguesismos som simples restauraçons de vozes galego-portuguesas que a fala popular perdera. Quando nom é assim, trata-se de formas mais modernas que encaixam perfeitamente dentro da estrutura da língua. O neologismo em galego apenas tem outra opçom que o empréstimo das duas línguas de cultura que o limitam: o castelam e o português. As estreitas relaçons entre os escritores do grupo *Nós* e os intelectuais portugueses — um Teixeira de Pascoaes, um Leonardo Coimbra — ham de ser tidas em conta como *realia* que influem na língua literária. A osmose entre co-dialectos é um feito natural. Ao cabo, na classificaçom dos romances feita por Menéndez Pidal, a língua do extremo ocidente denomina-se galego-português. O que nom obsta para que noutro nível semántico distingamos duas línguas nesse complexo, ou, se queremos ser mais exactos, duas realizaçons do mesmo sistema.

MOVIMENTOS REACCIONÁRIOS

A última etapa da história da língua escrita a que devo referir-me é a posterior à guerra.

Está dominada por dous feitos, duas actitudes reaccionárias. A reacçom contra a insolvência científica como tal e a reacçom contra o culteranismo.

Em 1965 os alunos da primeira promoçom de Filologia Románica da Universidade de Santiago tenhem que matri-

cular-se na cadeira de Língua e Literatura Galega. O galeguismo fica emarcado no romanismo.

A partir deste momento, dam-se as condiçons necessárias para um melhor conhecimento teórico da língua. Começam a ser frequentes os trabalhos de dialectologia. Tamém se estuda a língua medieval e a dos escritores modernos. Os lingüístas podem proporcionar útil informaçom aos escritores, e o intercámbio de pontos de vista entre uns e outros fai-se usual. Todo isto nom pode menos de ser beneficioso, à condiçom de que cada um se mantenha no seu próprio campo. Os escritores que nom sejam lingüístas nom devem escrever umha nova *Gramática Galega*. Os lingüístas que nom sejam escritores nom devem escrever umha nova *Virge do Cristal*.

O melhor conhecimento das falas locais e a preparaçom romanística geral som garantia contra as deturpaçons. Mais um galego de tecnócratas estaria falto de substáncia cultural se desconhecesse a tradiçom trabalhosamente fundada e mantida polos cultivadores da língua literária. Fenómenos fonéticos como a gheada e o sesseo, por mui característicos que podam ser de certas zonas de Galiza, acham-se fora do galego escrito tal como se tem constituído a partir dos Precursores, e os dialectólogos ham de llimitar-se a registá-los, sem pretender incorporá-los à língua culta por amor à cor local.

Outros reaccionarom contra o pretendido culteranismo dos tempos do Seminário por dogmatismo popularista. O galego do povo — o galego castelanizado — oporia-se assim ao galego dos selectos — o galego aportuguesado. Mais resulta que o tal galego popular é umha versom popular do castelam, ou acabaria por sê-lo. Só um galego restaurado é viável. Escrever no galego castrapizado por vários séculos de analfabetismo seria renunciar ao galego. Um castelam dialectal em que operaria um substrato galego seria o porvir inexorável. Melhor seria a total castelanizaçom.

Como nom pode admitir-se que o popular seja o castelanismo, nom pode admitir-se que o «portuguesismo» seja antipopular. Se se quer escrever em galego, nom podemos

nem olvidar que o português está geneticamente emparentado com o galego nem que o castelam o está politicamente. Tam absurdo é o diferencialismo frente ao castelam como o diferencialismo frente ao português. Tais actitudes isolacionistas nom se podem justificar por razons autenticamente filológicas.

ORIENTAÇOM ACTUAL

Actualmente hai umha zona fundamental de coincidência com respeito ao problema da língua escrita. É evidente que para o home de agora escrever em galego nom é escrever em galego-português, nem em português, nem em castelam. Mais muitas formas galegas coincidem coas galego-portuguesas, as portuguesas e as castelás. A dosificaçom dos elementos que devem combinar-se é questom de tacto. Hai que dar por caducadas certas leis que noutro tempo forom fecundas. Poucos som os que se empenham em considerá-las ainda operantes. Mais poucos som tamém os que renunciam a formar abstractos e concretos em *-de,* por mais que o vulgo tenha tomado emprestadas as formas populares castelás. Nom converteremos, pois, *vontade* em *vontá,* nem *parede* em *parê,* nem *vide* em *vi,* nem *virtude* em *virtu.*

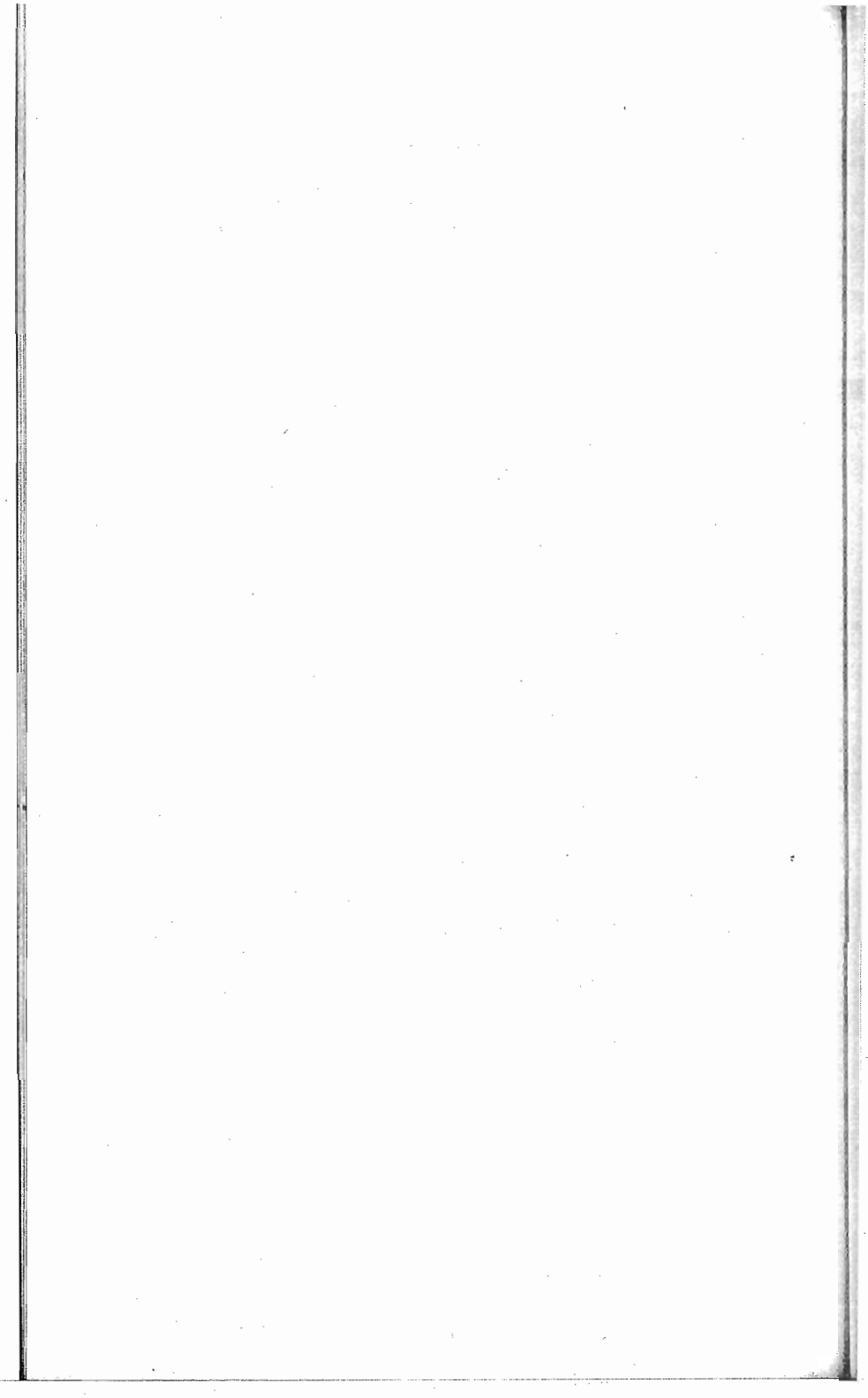
O galego escrito de hoje, superada, ainda que imperfeitamente, a fase dialectal, e a interdialectal, alcançou a fase supradialectal. Isto nom foi possível pola aceitaçom pura e simples como língua literária dumha das variantes do galego. Mais tem havido um compromisso entre as distintas zonas, e, ainda que, mesmo na ortografia, nom deixam de subsistir originalidades extravagantes, em linhas gerais tem-se aceitado a morfologia do galego iriense e a fonologia do galego lucense. É a consumaçom da linha que, ziguezagueante e amiúde borrosa, tenhem formado as pegadas de Rosalia, Pondal, Cabanilhas e Castelao, para citar só figuras eminentes das nossas letras. Como a língua nom é umha religiom, desconhece pontífices, e, polo mesmo, hereges. As infracçons da norma

nom estam sujeitas ao direito penal. Todos os que temos intervindo na ordenaçom da língua, temo-nos limitado a encanar umha corrente que flui obedecendo a leis culturais. Ja veremos até que ponto resulta eficaz o nosso labor de canalizaçom. Os planos de desenrolo sempre som modificados pola realidade imprevisível.[4]

4 La part de l'opinion la plus lente à s'éveiller et à prendre conscience de la dignité et de la valeur de la langue d'Oc a été, comme il est naturel, et malgré les apparences entretenues par le Félibrige, l'opinion paysanne. Il n'est aucunement paradoxal de constater que ce fut le paysan occitan qui demeura le plus longtemps insensible à la valeur du «patois», sa nourriture quotidienne. Tout en l'aimant d'instinct, comme tout ce qui est «soi», il ne pouvait désirer le mieux connaître, tant que son insuffisance dans la maîtrise de la langue française faisait pour lui, du «patois», le signe d'une infériorité sociale. Mais, du jour où ce sentiment d'infériorité commença à disparaître par suite du développement de l'instruction et de la connaissance du français, et aussi par suite du relèvement des conditions économiques de la paysannerie, l'opinion paysanne a suivi le mouvement. Actuellement la cause de la langue d'Oc est à peu près gagnée auprès d'elle.

[Charles Camproux, *Histoire de la littérature occitane,* Paris, 1971, pp. 221 e segs.]

[*Verba, Anuario Gallego de Filología,* vol. 1, Universidad de Santiago de Compostela, 1974, pp. 31-40.]



4.
A LINHA DO GALEGO LITERÁRIO

LÍNGUA OFICIAL E LÍNGUA DIALECTAL

Umha língua que nom possui umha forma canonizada administrativamente, vive sempre num estado de fluidez mais ou menos dialectal. É o direito, quer dizer, a norma jurídica, dotada de coercibilidade, a que em definitiva calha o feitio da fala numha versom oficial. É o poder político o que em definitiva fixa a norma lingüística. Pouco importa que a modalidade triunfante tenha obtido prestígio por razons culturais, como é o caso do toscano. Se o toscano é hoje o italiano, deve-se nom só à soada atingida polo dialecto em que escreverom os grandes florentinos do Trescentos, senom também à aceitaçom daquele dialecto como expressom oficial da administraçom pública. Este reconhecimento oficial confere a umha forma lingüística a condiçom de nom dialectal, mentres que qualquer outro tipo de fixaçom, ainda fundado numha autoridade social, como é o caso do catalam moderno, está exposto a toda a classe de contestaçons e pruídos heterodoxos. O domínio do social é por natureza incerto, porque a norma social nom é exigível coactivamente: a norma jurídica é precisamente umha norma social que tem alcançado a protecçom do poder político, que se caracteriza pola sua capacidade de garantizar o cumprimento da mesma norma.

Naturalmente, este quadro é esquemático. Pode ocorrer que o poder político pratique a respeito da língua umha política liberal, quer dizer, que nom intervenha na vida do idioma. Servirá-se, entom, da fala utilizando-a no estado dialectal em que se atope, mesmo sem nengumha vontade de coerência. Pero tal postura é inestável. O poder político é um elemento ordenador, e pola sua natureza tenderá a pôr ordem

na língua em que se expresse. Surge assim umha língua chancelaresca, que, sem ser de primeiras obrigatória mais que para a administraçom pública, acaba por se converter em língua padrom de toda a sociedade, porque é a língua empregada nas esferas que representam a soberania política. Nos Estados modernos, cada vez mais intervencionistas, é inconcebível umha neutralidade idiomática. A massa dos cidadans, que nom pode permitir-se o luxo de possuir ideias lingüísticas próprias, aceita como língua padrom a língua oficial, geralmente custodiada por um organismo académico creado polo Estado, e considera dialectal toda manifestaçom lingüística divergente, que nom está protegida pola autoridade do governo.

GALEGO ESCRITO E GALEGO FALADO

O galego, até o século XVI, foi em Galiza a língua da administraçom pública, num momento em que o Estado mais bem tomava a língua da sociedade do que tratava de fornecer à sociedade umha língua. Os derradeiros documentos notariais em galego som da época de Carlos I. Desde aquela, o galego deixa de ser nom só língua oficial, senom mesmo língua escrita. Excepto casos pouco significativos, ainda que mui interessantes para o filólogo, nom podemos falar de língua escrita até o século XIX. Na realidade, umha literatura estável nom calha em Galiza antes de meados desse século, e mesmo a língua escrita é entom somente umha língua literária. Como língua coloquial, o galego nom se escreve. Hoje mesmo, o lavrador, que ordinariamente fala em galego, escreve as suas cartas em castelam, porque em castelam foi alfabetizado.

De todos os jeitos, actualmente existem em galego os dous registos normais de toda língua moderna: o coloquial e o literário. A distáncia entre esses dous registos é, naturalmente, variável, à consequência das vicissitudes da tradiçom cultural em cada país. Hai umha distáncia máxima, que pode com-

prometer a inteligibilidade polos falantes vulgares dum texto na língua literária. É o caso de muitas línguas orientais, como o japonês, e mesmo o árabe. E hai umha distáncia mínima, que se dá nos começos literários, quando a língua literária nom pode ser outra cousa que a plasmaçom gráfica da língua falada.

Vejamos qual tem sido a situaçom do galego polo que a este particular se refere.

O GALEGO ANTIGO

Na época medieval o galego aparece para nós exclusivamente como umha língua escrita, primeiramente sob a forma de galego-português; mais adiante, como umha forma arcaica do galego actual, bem que, na realidade, as diferenças que Leite de Vasconcelos e outros autores tenhem registado entre essa língua e o português sejam de validez duvidosa, pois como di Huber, e antes dele Diez, as palavras que nos documentos de Lugo incluídos na *España Sagrada* puderam ser registadas como algo especial (*el* por *ele, puge* por *pus, fezo* por *fez*) observam-se tamém em documentos e leis puramente portugueses, e vice-versa. Somente a diversidade de destino político pudo co tempo formalizar umhas diferenças que foram antes formas preferenciais simplesmente.

Ainda que nom conheçamos o galego falado senom através dos textos escritos, podemos afirmar que havia umha grande proximidade entre a língua coloquial e a literária na Idade Média, especialmente se consideramos a língua da prosa galega serôdia. No idioma trovadoresco existiam provençalismos e galicismos léxicos e sintácticos que nunca penetrarom na fala popular, e que nom se perpetuarom na literatura, umha vez extinta a tradiçom occitanizante: assim *sem* (senso), *drudo* (amante), *fiz* (seguro), *folia* (loucura) (pero temos *foliada,* diversom animada); e distintos giros e construçons.

Polo que se refere à língua dos poetas da escola galego-castelá, nom hai dúvida que diferia muito da fala coloquial dos

galegos da época, pois é, em certo modo, umha língua crioula, quer dizer, umha língua de colonizaçom, bem que literária, que se desenvolve fora da base geográfica onde se formou, e se destina a gentes nom galegas. O público desta poesia era o cortesam dos Trastámaras, e a maior parte dos poetas nom eram galegos. Os castelans trovavam em galego como noutrora trovaram em provençal[1]. Era a moda. Pero este galego literário era, na realidade, um galego-castelam, que se aprendia nos escritos e nom de viva voz. Era, pois, umha língua escrita e nom falada no círculo do seu cultivo. Ja se tem insistido no carácter híbrido e convencional dessa língua[2]. Deve considerar-se superada a postura de Lang, que se empenhou em corregir castelanismos que cria erros de cópia. Este galego da lírica tardia é um galego para castelans, como o francês dos jograis épicos do Norte de Itália é um francês para italianos. Nom só o léxico é misto, senom que a estrutura fonética do galego está modificada. Até onde podemos julgar polas palavras rimantes, o sistema vocálico nom é o do galego, senom o do castelam. Mesmo poetas galegos, como Macias, aceitam interferências do idioma de Castela na sua própria língua. De um ponto de vista galego, a língua de Villasandino é umha fala marginal, provinciana, misturada coa língua que falam os que escrevem nesse galego.

1 A mais antiga poesia lírica cortesá escrita por um castelam de que tenhamos notícia é a daquele Gonzalo Ruiz mencionado por Peire d'Alvernha nel *vers* «Chantarai d'aquestz trovadors». Gonzalo Ruiz, o mesmo que o aragonês de Monzón e o lombardo Cassidente, trovava sem dúvida em provençal, como o resto dos trovadores cujos nomes figuram no citado texto. Umha escola trovadoresca em castelam nom se perfila senom tardiamente, como umha prolongaçom da decadente escola galego-castelá. Nesta época primitiva, os textos líricos em castelam que se podem escolmar, ou som de duvidosa autenticidade, ou apresentam carácter paródico, ou oferecem-se-nos isoladamente; em todo caso nom acreditam umha tradiçom. Assim, constituída a escola galego-portuguesa, leoneses, castelans e aragoneses aceitarom a língua e a técnica da mesma para a própria expressom lírica. O galego, mais semelhante aos seus dialectos nativos que o provençal, e mui próximo às falas moçárabes, foi o espanhol literário centro-ocidental no que à lírica culta se refere.

2 R. Lapesa tem estudado com claro critério os problemas da língua da poesia lírica centro-ocidental desde Macias a Villasandino.

O GALEGO MODERNO: PRIMEIRA FASE

Passemos ao galego moderno. Hai umha etapa, entre Renacimento e Ressurgimento, desde o século XV ao século XIX, na qual o galego sofre umha grande transformaçom. Afasta-se decididamente o galego do português. O galego perde quase totalmente a nasalidade vocálica fonológica. Perde tamém as consoantes sonoras -ʒ- e ʤ; interdentaliza em parte do domínio a africada alveolar, que se converte numha fricativa xorda. Conserva em troca a africada palatal xorda ʧ, e mantém sem palatalizaçom o *s* implosivo. As vogais átonas nom acusam a extrema relaxaçom que se observa no português pós-quinhentista. Enfim, a fonética galega aproxima-se à castelá, língua esta derradeira que pressiona cada vez mais no léxico, tamém, na morfologia e na sintaxe sobre o galego. Polo que ao léxico se refere, ao cessar praticamente o galego de ser língua escrita, tanto literária como tabeliónica, perde todo o sector relativo ao campo do direito público, que é ocupado pola língua oficial. Persiste o vocabulário galego que fai referência à vida mais elemental, mais encostada à natureza; pero as realidades novas nom promovem novas expressons galegas. Os neologismos do galego som castelanismos. O galego é umha língua atuada que conserva no fundamental a sua estrutura, mais cujo léxico se empobrece ou se encora. Nom germola já em gromos de primavera. A renovaçom inevitável manifesta-se em enxertos contínuos do castelam.

Mal podemos falar de distáncia maior ou menor, nesta época, entre língua coloquial e língua literária. Esta nom existe realmente. A língua escrita dos galegos é agora o castelam. Quando esporadicamente se escreve o galego, escreve-se como se fala. A consciência de umha língua literária galega como algo distinto da língua coloquial tem-se perdido totalmente, e nom vai ser recuperada até os tempos de Pondal.

O GALEGO MODERNO: SEGUNDA FASE

A esta primeira fase do galego moderno — séculos XVI, XVII e XVIII —, caracterizada pola desapariçom da língua literária, segue umha segunda que se caracteriza pola restauraçom da mesma. Hai agora de novo umha literatura galega. Hai umha consciência de que o galego pode ser umha língua literária. A posiçom dos escritores do século XIX frente ao idioma é mui distinta da que adoptaram os escritores do século XVII. Para estes, escrever em galego era umha curiosidade. Tanto na poesia humorística — a mais abundante — como na séria, o celme, o engado, estava no excepcional do emprego do galego. Os escritores do Renacimento ou Ressurgimento propugnam um cultivo normal do galego; e esta normalidade teria destruído o efeito pintoresco procurado nos séculos anteriores.

A CONFIGURAÇOM DA LÍNGUA LITERÁRIA

Mais os restauradores da língua literária no século XIX tenhem plantejado o problema da configuraçom da língua literária, problema que interessa muito quanto às relaçons entre língua falada e língua escrita nas quais nos vimos ocupando.

Ainda que os distintos indivíduos tenhem resolvido ou orientado o problema da própria língua literária segundo particulares critérios, de jeito que hai opinions progressivas e opinions regressivas, prescindindo de posturas — sempre excepcionais — antecipatórias ou reaccionárias, podemos distinguir dous momentos na restauraçom da língua literária em Galiza, empresa encetada, como dixemos, no Renacimento romántico.

No primeiro momento, os escritores limitam-se a pôr por escrito a fala da sua localidade. Carecem de modelos literários. Som primitivos. Tenhem que começar por escrever o galego que se fala. E como o galego que se fala, quer dizer,

o galego dialectal, é, por definiçom, variável, decidem ater-se à norma que lhes é mais conhecida, ou seja, a norma da própria fala local. Esta prática chegou a ser formulada teoricamente na forma em que acabamos de a expor — quanto aos conceitos, se nom quanto às palavras — por Jesus Rodríguez López, o popular escritor luguês, autor de *O Chufom, A Cruz de Salgueiro* e *O Bico*. A postura, pois, dos escritores deste momento nom difere da dos cultivadores do galego dos séculos anteriores, a partir do XVI, a respeito da língua empregada. A diferença está na mentalidade com que essa língua se emprega. Pedro Vázquez de Neira, ou Martim Torrado, ou o mesmo Diego Cernadas de Castro, tinham a gala e bizarria escrever de quando em quando em galego, pero nom se pode dizer que tivessem consciência dumha nivelaçom literária do galego co castelam. Em troca, os autores que figuram no *Álbum de la Caridad,* por mais que escrevessem numha língua tam dialectal como a dos poetas das *Exequias de la Reina Margarita* e as *Fiestas Minervales,* estavam animados por um propósito de reivindicaçom do idioma. Tinham, pois, umha política cultural, umha política idiomática, e esta política consistia mesmamente na desdialectalizaçom do galego, ainda que de momento utilizassem um galego dialectalizado.

Os poetas das *Exequias* e das *Minervales,* e o mesmo cura de Fruíme, nom sonhavam com devolver ao galego o rango literário que possuíra noutros tempos. Aqueles escritores mesmo ignoravam que o galego tivera atingido tal rango jamais. Pero os escritores do século XIX professavam o regionalismo idiomático, tinham umha ideia, mais ou menos confusa, dum passado glorioso do galego, muitas vezes mitificado. Utilizarom ao princípio a fala dialectal porque nom dispunham dumha tradiçom literária positiva; pero ja em Pintos se manifesta expressamente, nom só a consciência da unidade do galego, senom a da necessidade dumha política lingüística de unificaçom. Com Pondal pode-se considerar encetado o segundo momento da fase de restauraçom da língua literária: o momento em que se pretende escrever nom numha língua dialectal, senom numha língua comum;

nom numha língua espontánea, senom numha língua dirigida. Agora começa a agrandar-se a distáncia entre galego coloquial e galego literário, que antes era nula pola utilizaçom como galego literário do galego coloquial. Pero desde que umha língua se escreve, inicia-se a separaçom da língua escrita da língua coloquial. Estava na deriva do fenómeno a superaçom do carácter dialectal da língua escrita. Esta tende à fixaçom, à uniformidade, frente à liberdade da fala. Nom amparada na coerçom ou no prestígio da condiçom de língua administrativa, o processo de formaçom e unificaçom do galego literário moderno nom pode precipitar-se. Tampouco houvo durante muito tempo um desequilíbrio no cultivo das modalidades geográficas que inclinasse decididamente a balança a favor dumha delas. Mais todo está cambiando rapidamente na actualidade. Hoje manifesta-se claramente a constituiçom dumha *koiné* literária que se nos apresenta como um compromisso entre as duas formas mais estendidas do idioma: o galego «lucense» e o galego «iriense»[3]. A aportaçom do primeiro é mais bem fonética; a do segundo, mais bem mor-

3 Empregamos estas denominaçons para designar dumha maneira que aponte, ainda que sem precisom, à geografia lingüística, duas formas de galego, que contrastam principalmente porque a primeira é «ciceante», quer dizer, possui os fonemas /s'/ e /θ/, e a segunda é «sisseante», ou seja, possui um só fonema /s/ em troca dos dous citados anteriormente. A. Moralejo vincula a divisom do galego em oriental e ocidental coa divisom eclesiástica de Galiza. O galego oriental estaria determinado polas dióceses de Lugo, Mondonhedo e Ourense, e o galego ocidental polas de Íria Flávia (Santiago) e Tui. Tomamos os nomes das duas dióceses mais importantes para designar as respectivas modalidades dialectais, mais referindo-nos sobretodo, como diximos, às isoglosas que reflectem as soluçons fonéticas indicadas; de jeito que os nossos galegos «lucense» e «iriense» nom coincidem mais que parcialmente cos galegos «oriental» e «ocidental».

4 Cuidamos que se deve entender por sesseo a situaçom fonológica resultante da desafricaçom dos fonemas /ŝ/ e /ẑ/ sucessores de *k* palatalizado latino ou de *ci, ti,* e subseguinte confusom cos mesmos dos resultados do *s* latino. Em Galiza nom se sostivo, por insuficiência da margem de seguridade, um *s'* apical acarom dum *s* pré-dorsal. O *s* pré-dorsal impuxo-se, e temos a Galiza «sisseante» da zona sudocidental. Mais na maior parte de Galiza, a soluçom foi outra. Mantiverom-se distintos o antigo *s* pré-dorsal e o antigo *s'* apical, nom conservando os seus respectivos pontos de articulaçom, como no Norte de Portugal, senom interdentalizando-se o primeiro, convertendo-se em «ciceante». É a

fológica. Proscrevem-se o sesseo[4] e a gheada[5]; aceitam-se a soluçom *-am* do sufixo nominal latino -ANU e o grupo *-ns*

soluçom do galego central e oriental, idêntica à do castelam, mais nom necessariamente derivada deste, senom talvez resultado dumha evoluçom interior paralela. Da zona ocidental temos que segregar a parte norte, que desconhece o *s* pré-dorsal sudocidental e emprega tamém o *s* alveolar, porque assim mesmo interdentalizou a antiga africada. No galego norocidental nom hai sesseo, pois, se bem o *s̟* e o θ se neutralizam em posiçom implosiva, sendo o arquifonema idêntico à alveolar, o fonema θ aparece noutras posiçons. Esta tendência à neutralizaçom daqueles dous sons, em benefício do *s̟*, está dabondo generalizada na Galiza «ciceante».

[5] A gheada é um dos fenómenos fonéticos galegos que marcam mais nitidamente zonas dialectais. Para nós consiste numha fricativizaçom do fonema */g/* que chega à aspiraçom. É umha conseqüência da relaxaçom da articulaçom, que fai que o som que se percebe seja o produzido polo ar que passa através da glote. Que umha grande parte de Galiza desconheça a gheada, pode explicar-se por razons de substrato mais satisfactoriamente que por razons de superstrato. Um substrato pré-celta ou celta e um substrato astur ou pré-astur poderiam determinar a distinçom dialectal, mentres que um superstrato ou adstrato castelam uniforme mais bem determinaria, à igualdade de variantes, umha uniformidade na interpretaçom do empréstimo, o que está em desacordo cos feitos. Por outra parte, fora dalguns ilhotes no galego oriental, a gheada manifesta-se na zona mais afastada de Castela. Teria que entrar a influência por via marítima. Frente à gheada como fenómeno de substrato e à gheada como fenómeno de adstrato, temos a interpretaçom da gheada como fenómeno de estrato; quer dizer, produzido pola mecánica interna da fonética do galego. A gheada seria simplesmente umha consoante aspirada que em certas zonas de Galiza fosse a realizaçom normal do fonema que noutras se realiza sem aspiraçom. Na Románia hai muitas consoantes deste tipo. Mais, desde logo, nom hai que sair de Espanha para ouvi-las. Nós temos ouvido pronunciar o *g* com aspiraçom, às vezes combinada com nasalizaçom, a falantes espanhóis nom galegos, por exemplo, asturianos e maiorquinos. Se falassem galego, esses sujeitos seriam considerados falantes do galego de gheada.

Se refugamos a teoria do adstrato, podemos admitir que a gheada é antiga em Galiza. A mençom expressa mais antiga das conhecidas do fenómeno, como um dialectalismo contrário à norma, é a de dom Mariano Cubi, que em 1847 registou o feito. Os que pedem testemunhos da sua existência nos documentos medievais, esquecem que opondo-se */gh/* a */g/* exclusivamente, um só signo podia representar as duas realizaçons do fonema nas distintas zonas. Cremos ter datado em 1697 o primeiro caso seguro de gheada, registado cum *j* castelam, que ja soava velar daquela. Nom pode supor-se mui anterior a incoaçom do fenómeno polos que o consideram castelanismo, ja que, segundo eles, é esse novo som castelam o que, mal imitado, produz a gheada. Mais nengumha palavra que tenha *j* em castelam passou a galego com *gh*. Os castelanismos do galego apresentam *x̌* por *j*: *conexo, partixa, manoxo*.

A língua literária rejeita em geral a gheada, que considera vulgarismo e castelanismo. Mais um galego escrito de gheada insinuou-se em Mirás. A escola de Murguia esmagou essa tendência popularista. A literatura galega, neste aspecto, optou decididamente polo galego «oriental».

no plural[6]. As razons que historicamente justificam estas soluçons som dumha parte a tradiçom, se calhar moderna, segundo a qual o sesseo, e sobretodo a gheada, eram fenómenos fonéticos fortemente vulgares e rurais, especialmente o segundo, que ademais se considera desnaturalizaçom ocasionada polo adstrato ou superstrato castelam; de outra parte o feito de que, ja nos nossos tempos, a morfologia do galego «iriense» adquiriu superior prestígio literário porque é a utilizada, em termos gerais, por umha soma tam importante de escritores como a representada por Rosalia de Castro, Marcial Valhadares, António López Ferreiro, Eduardo Pondal, Ramom Cabanilhas, Afonso Rodríguez Castelao, Luís Amado Carbalho, Manuel António Pérez Sánchez e muitos outros. As *Normas* da Académia Galega aceitarom esta morfologia. De jeito que semelha consolidada como canónica, dentro das previsons razoáveis. Menos seguro é o porvir de outras soluçons que tendem a impor-se no galego literário,

6 Consideremos brevemente do ponto de vista dialectal estes dous importantes rasgos de carácter morfológico (ou morfo-fonético).

O mais interessante é o resultado do sufixo etimológico -ANU.

A soluçom mais arcaica, o ditongo *-ão,* como em português, ainda que mantendo-se mais aberto que neste idioma o timbre da vogal a-silábica, acha-se no extremo oriental do domínio, no galego de Ancares.

A rente da fronteira co leonês achamos *-ano,* que, como a conservaçom do *l* intervocálico, é forma lingüística emprestada.

Fora destas singularidades, todo o galego oriental e central apresenta *-ao,* devendo ser considerado *-au* como umha mera variante fonética sem independência fonológica.

A soluçom ocidental ou atlântica é *-am,* desnasalizada em *-a* no norte da zona.

O feminino -ANA está representado por *-a* no galego oriental, central e norocidental, e por *-am* no sudocidental. De jeito que, em geral hai distinçom *-ao/-a* no Centro e Oriente de Galiza; mais nom no Ocidente, que carece de diformismo sexual. No entanto, hai lugares onde se dam as inflexons *-am/-a, -ao/-am,* encravados em zonas de transiçom.

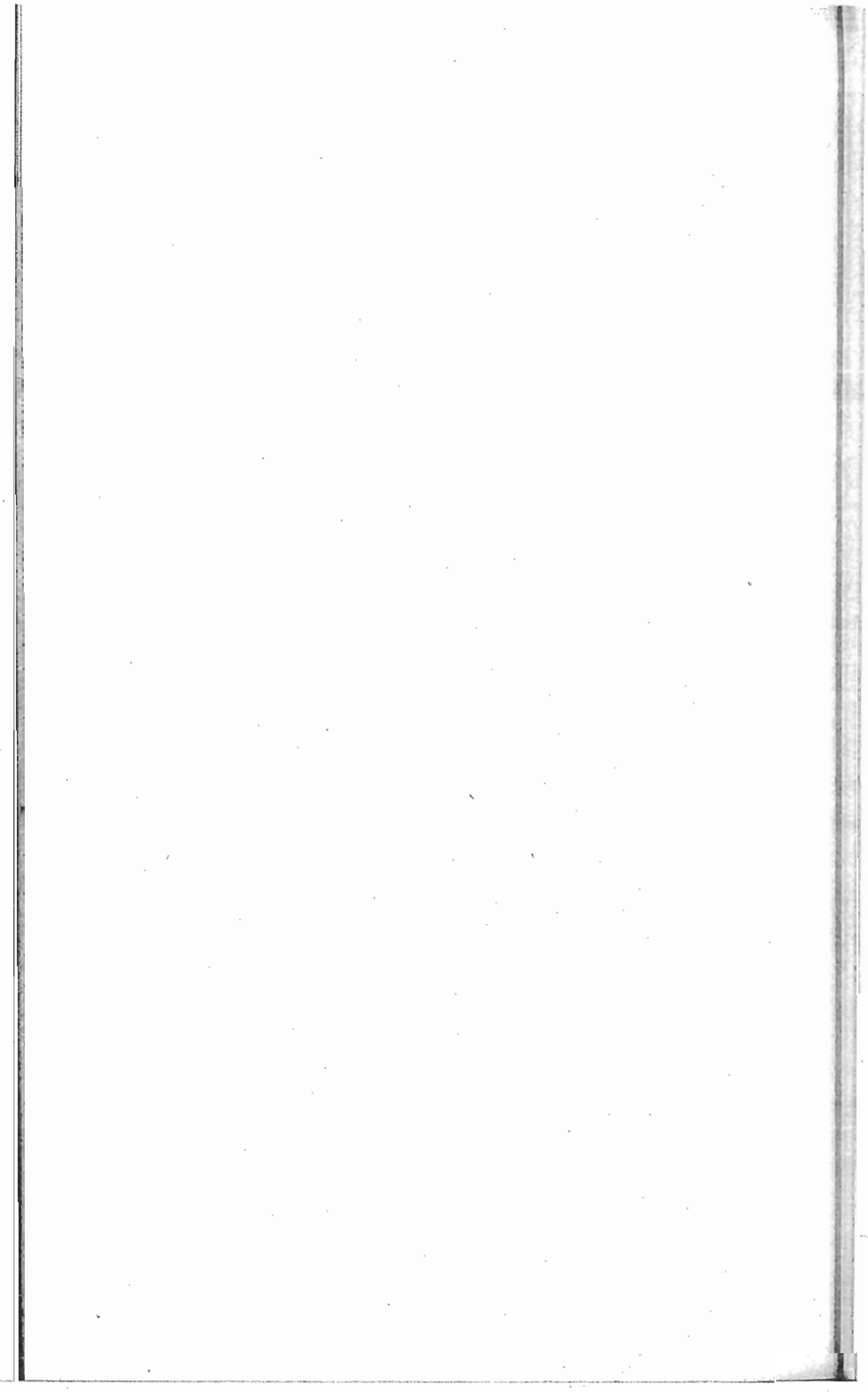
Outro rasgo morfológico dialectal interessante é a conservaçom ou desapariçom do *-n* final (= *m*) na formaçom dos plurais.

Ainda que a Académia Galega, o Instituto da Língua e o galego literário mais moderno tenham adoptado a soluçom que mantém este *-n,* esta soluçom, que o ensino do galego propaga, é dialectalmente minoritária, exclusiva do galego sudocidental, que tamém conserva o *-n* no sufixo -ANU. Ainda que se tenha por mais vulgar actualmente, a maior parte dos falares galegos elidem o *-n* no plural.

como a restituiçom do *l* ante o morfema de plural *-es*[7]. Em todo caso, e ainda que muitos aspectos da evoluçom da língua literária som imprevisíveis, é indubitável que hoje, por primeira vez, se perfilam com suficiente claridade as linhas mestras dum galego comum.

[*Grial, Revista Galega de Cultura,* n.º 36, Vigo, 1972, pp. 129-137.]

7 Quanto à formaçom do plural das palavras rematadas em *l,* as formas dialectais enxebres som duas. A mais arcaica, coincidente co português, na franja oriental: *corrais;* e a mais evolucionada, no resto: *corrás.* Mais hoje estas soluçons tradicionais estam mui perturbadas pola influência do castelam. Na zona centro-ocidental persistem na forma genuína certas palavras herdadas de uso ininterrompido; mais as formas castelás som as que hoje tenhem verdadeira vitalidade. Quer dizer que o sufixo produtivo é hoje *-les.* Na zona oriental, a flexom tradicional mostra-se mais resistente. As formaçons de tipo *frols,* que alguns tratadistas consignam, e que se topam em Rosalia, nom som formas autênticas, senom simplesmente as castelás pronunciadas com relaxaçom do *-e* do morfema. Fonologicamente nom existem. Som simples realizaçons idiolectais dos plurais de tipo castelam.



5.
O GALEGO DESENFREADO

Jamais existiu umha disposiçom legal que declarasse o galego decaído do seu carácter de língua utilizável aos efeitos oficiais. No registo de pragmáticas de Isabel I, rainha de Galiza, nom figurou nunca notícia dum texto restritivo do uso público do nosso idioma. Notários galegos estendiam os instrumentos públicos na língua do país mesmo sob o reinado do César Carlos V. Nunca foi o galego declarado língua oficial em Galiza e nunca foi despossuído legalmente mediante declaraçom expressa desse carácter oficial. Forom os acontecimentos históricos os que sem formulaçom positiva de carácter jurídico, sem proclamaçom legal concreta, elevarom e abaixarom a condiçom social do idioma, e, coa condiçom social, a condiçom administrativa. O galego foi língua tabeliónica e chancelerescа mentres foi língua comum dos galegos e língua literária. Chegado o romance à sua madurez nos lindeiros dos séculos XII e XIII, escreverom-se naturalmente nele os poemas trovadorescos e as cartas forais, as crónicas históricas e os diplomas redactados na cúria do Arcebispo. Nengum rei, nengumha autoridade outorgou ao galego carácter de língua oficial; nengumha autoridade nem rei algum imaginou opor-se ao feito natural do uso geral do galego. Mais a partir do advento da dinastia de Trastámara — um condado galego vido a mans castelás — ao trono de Galiza — unido persoalmente ao trono de Castela —, umha forte penetraçom de nobreza forasteira vai cambiar a estrutura demográfica do país. Exiliados ou desaparecidos os mais dos nossos nobres que militaram no bando legitimista, o conde de Trastámara feito rei entregou muitas terras vacantes a parciais seus, segundons de casas distinguidas nom galegas, e estas mercês continuarom-se concedendo polos seus imediatos sucesso-

res. Esta aristocrácia nom galega, constituída por personages afectas à linhage vencedora, predominou política e socialmente sobre a nobreza indígena. Lingüisticamente nom foi assimilada, e deu o padrom do falar superior, que pouco a pouco se impuxo mesmo aos restos da nobreza autóctona. Assim, sem nengumha pressom legislativa, o castelam desprazou progressivamente o galego como língua escrita e oficial, mais que pola deserçom, pola destruiçom da nobreza galega.

Reduzido a dialecto oral e rústico, a revoluçom industrial e o advento ao poder social da burguesia capitalista nom revitalizarom o galego, porque nom houvo galegos que respondessem ao repto dos tempos novos. A nova burguesia nom surgiu das capas da povoaçom agrícola, demasiado pobre e ignorante para assumir as novas formas de vida. O poder económico ocuparam-no gentes vidas de fora. Os catalans introduzirom novas técnicas piscatórias e festoarom o nosso litoral de fábricas de salga. Se a fins da Idade Média os Stúñiga, os Enríquez, os Sarmiento, os Pimentel, todas linhages foráneas, constituírom a nova aristocrácia, agora os Massó, os Rovira, os Romani, os Carreró constituem a nova burguesia. Se a nova nobreza e os seus criados tinham como língua escrita o castelam, a nova burguesia e os seus satélites tiverom-na tamém. Teria podido formar-se entre nós umha minoria lingüística catalá se o poder económico dos catalans nom fora compartilhado polos maragatos, que se dedicarom ao comércio de ultramarinos e de tecidos, polos cameranos, polos riojanos, polos castelans de diversas procedências que montarom todas as instituiçons de carácter mercantil, industrial e financeiro que marcam a transiçom do sistema de economia tradicional, de economia natural e de cámbio, ao sistema de circulaçom comercial dos produtos, de economia monetária e de lucro. Assim, o castelam foi a língua franca desta mesocrácia capitalista, que na língua oficial se entendia coas autoridades do Estado e coa aristocrácia de sangue. As classes dirigentes tiverom como língua escrita, como língua jurídica, como língua oficial, o castelam, porque nom eram galegas nas suas origens e porque a sua superioridade económica e cultural sobre o

campesinado e o artesanado autóctonos impediu a sua assimilaçom idiomática por estes estamentos. Ocorreu, ao contrário, que a fala dos mesmos se dialectalizou cara o castelam; e os artesans das vilas fixerom-se bilíngües, mentres que os camponeses, retidos no seu monolingüísmo oral polo seu atraso cultural e económico, se castelanizarom na sua consciência lingüística, e o galego passou a ser sociologicamente umha forma rústica do castelam em Galiza.

A reivindicaçom do galego como língua escrita nom podia surgir senom no seio mesmo da aristocrácia e da burguesia, que sendo por via de regra de sangue alheio ou misturado, dispunham porém da folgura económica e do património cultural conseguinte, indispensáveis para conceber umha reforma da situaçom lingüística. Os dirigentes da vida social e económica eram os únicos capazes de dirigir a vida literária do país. Ao retroceder o racionalismo uniformista, alguns membros das classes superiores de Galiza interessarom-se polo próprio da terra, e mui pronto um impulso romántico os empurrou à restauraçom da fala ultrajada. Pola via da cultura, nobres e comerciantes galegos, cujos apelidos declaram muitas vezes as suas origens forasteiras, assumirom a defensa dos valores do país, e entre eles a língua.

Assim, através de instituiçons como a Académia Galega e o Seminário de Estudos Galegos, as Irmandades da Fala e as agrupaçons culturais e políticas de signo galeguista, promoveu-se um ressurgimento do idioma. Este movimento registava-se precisamente no interior das classes sociais que nom eram falantes espontáneas do galego, mentres que as que o eram, avassaladas pola dureza da sua vida, permaneciam alheias ao romántico empenho, e mais bem evolucionavam, ao ir-se alfabetizando ou melhorando economicamente, cara o uso do castelam, que as equiparava aos donos do poder social e as limpava do lixo do uso dumha língua servil. Por isso até onte mesmo as forças políticas que queriam representar a estas capas inferiores da sociedade, empregarom sistematicamente o castelam na sua propaganda pública, e nom só os grupos de obediência centralista, como partidos de

orientaçom internacionalista ou centrais sindicais obreiras, senom mesmo movimentos como o das sociedades agrárias, de evidente autoctonia.

A situaçom experimentou um importante cámbio quando nos dias presentes, erguidas as trabas mais abafantes da censura governamental, se comprendeu por aquelas forças, ou as que as sucederom, ou as que aspiravam a sucedê-las, em que medida o uso do galego, nom olhado com simpatia polo poder, podia constituir um aríete para bater nos muros do poder mesmo. Escrever em galego deixou entom de ser monopólio dos galeguistas, e converteu-se em prática geral da oposiçom à ordem estabelecida. Nom hai, pois, umha conversom ao galeguismo de forças tradicionalmente hostis ou alheias ao mesmo, senom a assunçom dum instrumento de luita que se considera eficaz agora para a consecuçom dos objectivos de sempre.

Com umha rapidez de vértigo, o galego, que acabava de ser declarado em estado agónico, irrompeu em palestras onde jamais tinha comparecido. Umha literatura ideológica de suscriçom colectiva enche as folhas jornalísticas do país, dando testemunho dum cultivo quase unánime do galego para o protesto escrito. Nom cabe dúvida que neste momento um protesto escrito em castelam parece fraco e sospeitoso de debilidade. Em Galiza, hoje por hoje, protestar em castelam nom é propriamente protestar. Do mesmo jeito, o sócio-lingüísta ha de recolher outro fenómeno paralelo. Estamos a ponto de chegar a umha situaçom em que se invertam os dados que registávamos a respeito da situaçom em que se moviam as forças políticas de oposiçom no terreno da propaganda oral com anterioridade à guerra civil. Vemos como nom só os grupos políticos que se intitulam galeguistas, senom mesmo os que estes qualificam de «sucursalistas», estam utilizando o galego. Aginha — como nom se modifique o plantejamento da situaçom pola incorporaçom de novos dados — o uso do castelam será inconcebível para a propaganda política de grupos que se autodefinam como democráticos ou de esquerdas.

Hai algum tempo, nestas mesmas colunas, expressei a opiniom de que hoje a literatura galega relevante é a literatura didáctica, utilitária, jornalística, cívica, social ou como cada quem queira chamá-la. A outra está entre parênteses, à espera de dias mais propícios para um desenvolvimento autónomo. Hoje, naqueles sectores em que nom desapareceu completamente, vive parasitando no corpo da literatura de tendência conjuntural, o que demostra a consciência do escritor galego de que só o tema social pode propiciar-lhe leitores.

Mais a proliferaçom de escritos em galego nom pode interpretar-se sem mais como um triunfo da língua galega em si mesma, porque nom sempre vai acompanhada do necessário interesse pola autenticidade idiomática. Hai em ocasions um profundo desprezo polo instrumento de que nos servimos. Dadas as circunstáncias em que se desenvolveu a luita pola língua literária, a creaçom e consolidaçom da mesma está eriçada de dificuldades. Castelanismos primeiro, hiperenxebrismos depois, amerarom desde os Precursores a qualidade do idioma escrito. Mal se conheciam modelos; mal existiam dicionários e gramáticas. Que nestas condiçons um Castelao, um Cuevilhas, um Cabanilhas escreveram como escreverom, significa um logro só explicável, à parte da capacidade artística dos nomeados, polo seu afervorado desejo de ilustrar a língua, de conhecê-la amorosamente para fecundá-la com respeito infinito. Tal delicada actitude nom é hoje geral. Hai muita gente que quer poder dizer que escreve em galego, mais que nom tem nengum interesse em fazê-lo o melhor possível. Hoje, à diferença do que ocorria hai anos, dispomos dumha bibliografia lingüística que permite orientar-se a qualquer. ¿Como interpretar, pois, a actitude mental dos que escrevem em galego colocando na frase os pronomes átonos sempre antepostos ao verbo, como é normal em castelam, ou sempre pospostos, como nom sempre é normal em galego? ¿Como interpretar a actitude mental dos que empregam o infinitivo flexionado contra toda lei morfológica ou sintáctica? Questons som estas nas quais doadamente pode-

riam impor-se com folhear umhas páginas dos manuais existentes, ou singelamente com observar a construçom na fala espontánea dos nossos campesinos. Deixemos de banda os erros semánticos e morfológicos, as pedantarias léxicas e os pseudo-enxebrismos chafalheiros que empedram alguns escritos. ¿Que menos se pode pedir que umha decente sintaxe? Se os que tripam tam desconsideradamente a nossa língua nom a falarom até agora, ¿como crem que a podem escrever sem procurar algumha informaçom sobre ela? ¿Chega até extremos tam inconcebíveis a sua falta de respeito ao instrumento lingüístico que parecem obrigados a cultivar?

Nom se pode converter lingüisticamente um home da noite à manhá. Todos temos que estudar o nosso idioma, como qualquer idioma que escrevamos. Cuidar que qualquer idiolecto improvisado e incoerente é bom para falar ao povo, é ter umha consciência mui pobre do que o povo é. O povo creou o seu idioma; a história foi-no deteriorando. Se queremos restaurá-lo nom podemos usá-lo sem freio, ao nosso arbítrio de ignorantes que nom desejam sair do seu ignorar.

Os que persigam co uso do galego qualquer fim de potenciaçom dos valores galegos, ham de pôr algum esmero nesse uso para nom ultrajar o valor do idioma. Bem se vê que nom sempre se logra escrever bem, mais, ¿nom devemos fazer algo para achegar-nos a esse propósito? Nom abonda com dizer que escrevemos em galego. É preciso escrever em galego. E o galego é umha realidade objectiva que hai que conhecer. Pois, ¿ia ser o galego umha excepçom entre as línguas? ¿Poderia-se escrever em galego sem saber galego? Houvo umha forma histórica de ultrajar a língua, que consistia em nom escrevê-la. O futuro registará outra, consistente em escrevê-la sem possuí-la. Sem querer possuí-la.

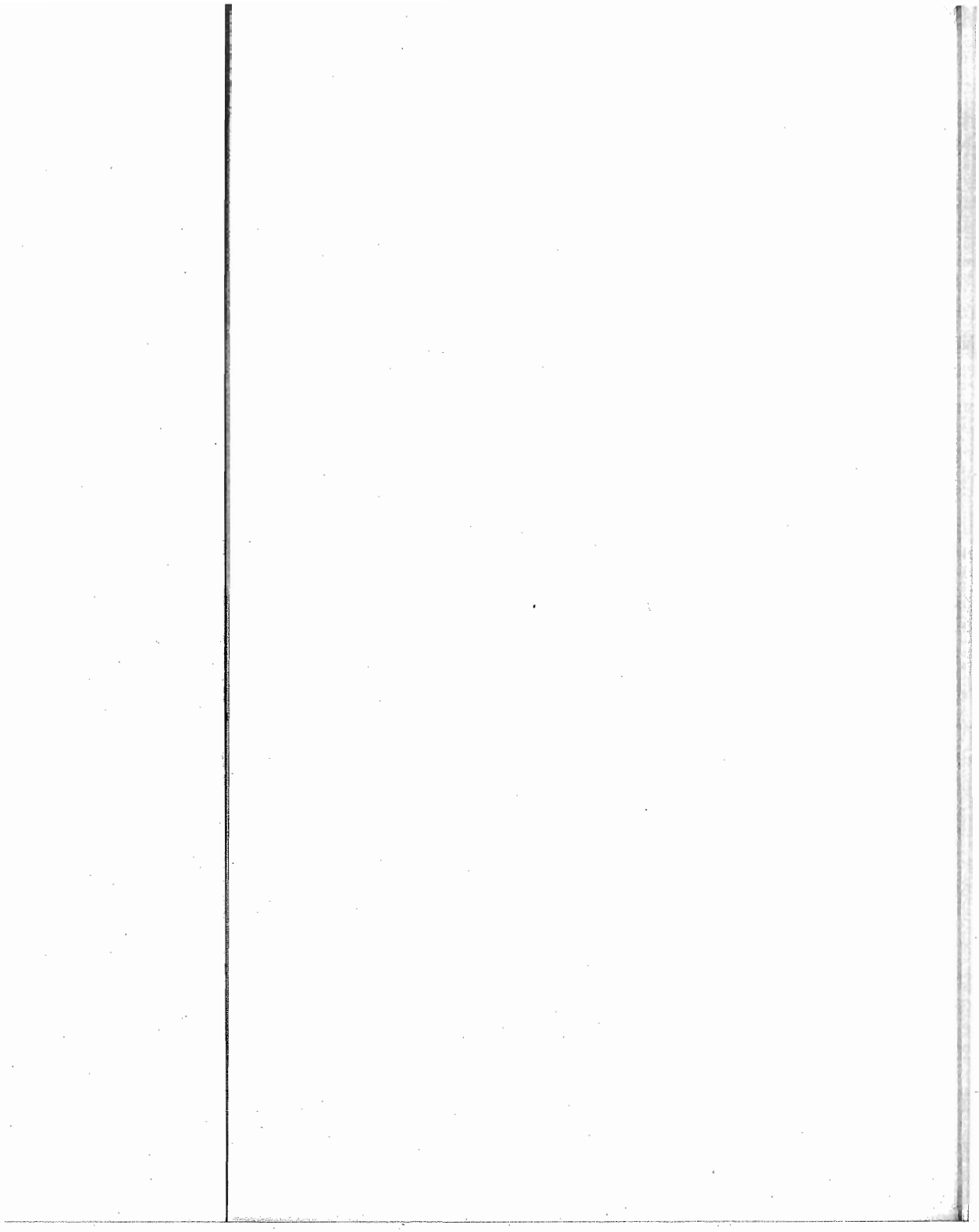
Esse galego de mogolhom, esse galego desenfreado atraiçoa o desprezo polo mesmo que se pretende empoleirar. As cousas sérias ham de ser tratadas seriamente.

Umha nova situaçom se lhe apresenta ao galego. Umha nova possibilidade. Um novo perigo. Se o galego desenfreado continuasse a agalhopar polos campos da nossa cul-

tura, muitas colheitas cuidadosamente agardadas ficariam perdidas, esmagadas pola cavalgada sem jeito. Afinal, a própria quatropeia teria de esmendrelhar-se.

O porvir do galego depende hoje em grande parte de que se pense como um foguete que se queima ou como um lume que se cuida. Como umha pedra que se guinda ou como um tesouro que se lui. O soldado que nom tem bem limpo o seu fusil expom-se a que um dia lhe saia o tiro pola culata.

[*La Voz de Galicia,* A Corunha, 22 de Agosto de 1976.]



6.
USO E ABUSO DO GALEGO

Como estamos num período constituinte, explicamo-nos a hipertensom política em que vivemos. Porém, toda hipertensom é patológica, e, polo tanto, perigosa para o organismo que a padece. Umha institucionalizaçom da hipertensom conduziria-nos inexoravelmente ao derrame cerebral. Se nom perecíamos, ficaríamos retrotraídos à invalidez infantil e teríamos de ser submetidos a tutela. Polo tanto, imaginaremos que esta hipertensom é produto dum passageiro estado emocional. Mentres dura, aqueles membros da comunidade que por umhas ou outras razons nos consideramos hipotensos, devemos, na medida em que nos seja possível, reduzir-nos modestamente ao nosso trabalho profissional, renunciando a engadir umha migalha de alporizamento ao alporizamento geral, e defendendo elasticamente o terreno cultural que trabalhamos para que nom seja invadido e rebado pola greia, transitoriamente moscada, que logo necessariamente ha de nutrir-se dos frutos do nosso labor. Por crê-lo assim, hai quem sai rara vez do seu tobo — ja borrifado, se nom alagado, polas ondas do bruante mar — para oferecer a sua humilde leiçom a quem a solicita, ainda que este pareça mais bem querer dá-la. Acontece-lhe entom a esse lavrador que traspom os límites da sua leira, que com algumha frequência é interrogado sobre os seus métodos de cultivo; mais, paradoxalmente, as suas respostas som reelaboradas polos que as requerem, de modo que a leiçom que chega ao público nom é a que o lavrador dita, senom a que aquele que a recolhe dá ao próprio lavrador quando submete a censura e emenda o ensino que reclama, erigindo-se de notário em outorgante, de cronista em protagonista, de mensageiro em autor da mensage.

Um exemplo pode ser fornecido pola própria experiência dum profissional do estudo do idioma. Co ensejo de algumha das raras ocasions em que — cedendo a pressons amistosas ou ao feito de que o ámbito em que a leiçom se dita pode ser considerado como umha extensom da sua actividade quotidiana — se desloca para falar da língua, é interrogado sobre problemas do galego, e muitas vezes as suas palavras som recolhidas em cinta magnetofónica. Ainda assim, quando estas palavras se convertem em letra impressa, aparecem estranhamente desfiguradas. Mais nom se trata de que a voz do sujeito se obscurecesse ao passar polo meio mecánico de recepçom. As variantes som de outro tipo. Onde ele dixo *científico,* aparece *centífico;* onde ele dixo *sobre isto,* fai-se-lhe dizer *sobor desto;* se falou de *orientaçons,* estas convertem-se em *ourentacions;* se menciona um libro *que se está fazendo,* transforma-se num libro *que está-se a fazer;* as suas *combinaçons de temas* vam ser *combinhacions de teimas;* e, por suposto, todos os *organismos* que cita ficam feitos *orgaísmos,* e todos os *durantes, perantes.*

¿Que tem ocorrido? Pura e simplesmente, o interlocutor do profissional da língua, compadecido do deficiente galego deste último, decidiu caritativamente corrigir aquelas deficiências, e, delicado até o extremo de nom anunciar-lhe o seu propósito por nom esmagá-lo coa sua superioridade, sorprende-o coa sua colaboraçom, digo «colaboura», desinteressada.

¿Como falar disto sem um pouco de humor? Nom hai outra alternativa que a tristeza.

¡Oh tempos! ¡Oh costumes! ¿Onde estamos? ¿Em que país vivemos? ¿Como explicar o feito de que se pergunte a um técnico oficial do idioma sobre pontos litigiosos do mesmo, como explicar o feito de que se solicite dum experto do idioma um ditame sobre o uso do mesmo, e ao transcrever as palavras daquele a quem se recorre como juiz, sejam estas palavras cuidadosamente corrigidas polo recorrente?

E, porém, isto ocorre.

Tal experiência é síntoma dumha consciência patológica do país com respeito ao seu idioma. ¿Como o moço que inter-

roga a um lingüísta pode conceber que o galego deste seja tam inferior ao daquele? ¿Como pode imaginar-se em estado de rectificá-lo constantemente? ¿Quiçá polo feito de que a credencial do experto foi ganhada por um meio que envolve um grave pecado original, o concurso-oposiçom?

Essa insolvência infantil é umha realidade. Mais nom seria possível se nom se desse umha boa dose de insinceridade na preocupaçom polo idioma. Certo, vai-se desenhando umha tendência a proporcionar informaçom sobre o mesmo na imprensa diária, que nos redime um pouco da irresponsabilidade de muitos. Estes, como todos nós, topam dificuldades no uso culto dumha língua que viveu muitos séculos em estado ventureiro. Todos os homes da minha geraçom, membros ou contemporáneos do saudoso Seminário de Estudos Galegos, temos cometido inevitáveis erros no manejo da nossa língua. Nom se aprende a nadar polo método Joegersen sobre umha mesa, em seco, como os europeus que se preparavam a colonizar Abrantes, segundo nos ensina Risco. Hai que botar-se à água para nadar. Mais os homes do Seminário esforçávamo-nos por aprender, e algo aprendemos. Ja nom dizemos *soma* por *sombra, esgrévio* por *egrégio,* ou *arume* por *aroma.* Alguns mesmo temos tirado do prelo livros, folhetos ou folhas que podem ajudar os moços a madurar no emprego do idioma. Gramáticas descritivas, manuais práticos, dicionários, vocabulários hai hoje ao dispor do que queira aprender. Mais o que corrige os autores desses libros, ¿que pensa? ¿Que o autor nom conhece a sua própria obra?

A realidade é que para muitos, em diversos graus, o galego é só um instrumento de propaganda colectiva ou individual, umha plataforma de actuaçom social que nom hai que tratar com esmero. É o galego de consumo. Nom o galego de consumo das nossas gentes trabalhadoras, que, inservível em bloco para a expressom literária, é, apesar disto, a base desta. Agora se trata dum galego de consumo que nom se queima, como o galego vulgar, na funçom económica do seu uso. Um galego de consumo para umha funçom artificiosa, a

funçom de fingir que os seus usuários escrevem em galego: de modo que esse galego é um pseudogalego, que, polo tanto, supom, nom ja ignoráncia, senom desprezo do galego verdadeiro, o galego que nom se quer aprender.

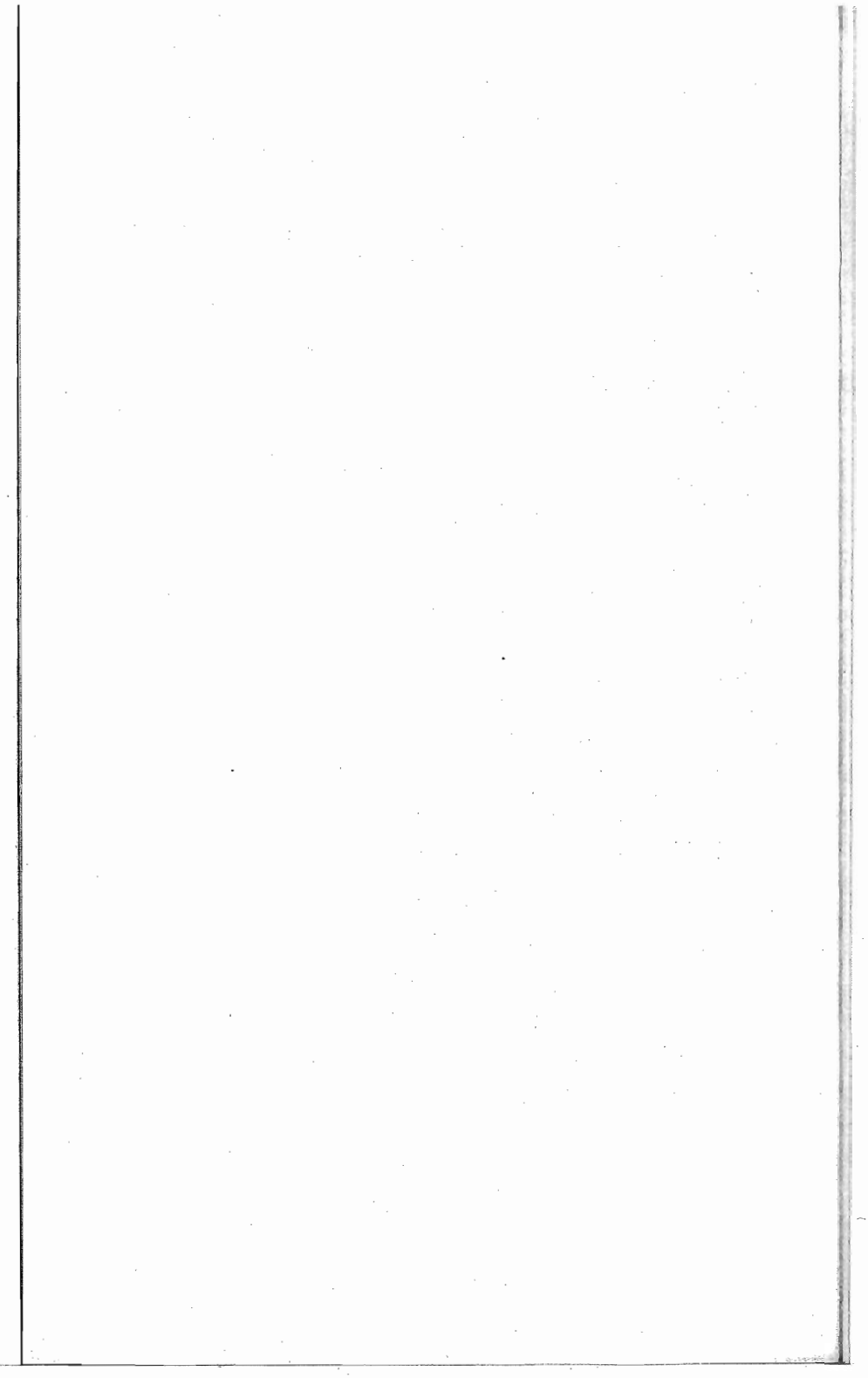
Na carreira polo uso do galego estam-se dando amostras de indiferença perante o que se di venerar. Seria melhor que nom se sacralizasse tanto, e se estudasse mais, o idioma. Hoje considera-se sacro todo o que se refere ao povo. Mais a conduta dos que escrevem em galego sem se tomar a moléstia de estudar galego, nom é popularista, senom demagógica, porque está conduzindo o povo ao desconcerto e à confusom. Os comunicados que, desde as meninhas de Bacharelato que pedem a expulsom do director do Instituto por incompetente, aos jubilados que solicitam a destituiçom do ministro da Fazenda por inepto, firmam tantos grupos políticos e culturais, leigos e eclesiásticos, infantis e senis, masculinos, femininos e neutros, nom perderiam eficácia se os seus autores se molestassem em seguir cursos de galego, ou em consultar os textos didácticos pertinentes, ou, quando menos, em escuitar os labregos da sua aldeia ou em ler as obras dos bons escritores.

Muito poderíamos falar deste tema. Se nom queremos cair *in irrisionem infidelium,* devemos seguir o único caminho razoável para corrigir os nossos erros: o caminho do estudo. A maior interquinência está em que, por umha perversom típica de momentos como o que vivemos, se confunde a competência técnica com a participaçom cívica. Hai muita gente dabondo singela para crer que umha conclusom filológica deve adoptar-se por sufrágio universal, como umha medida legislativa num regime democrático. Mais umha assembleia de galegos nom é própria para tomar decisons relativas ao idioma sobre a base de um home um voto, com igualdade de valor o sufrágio do lingüísta e o do escritor, o do político e o do crego. Realmente nom é um hemiciclo parlamentário o local próprio para depurar o idioma. Mais bem será umha mesa, nom redonda, senom quadrada, onde

se enfrentem filólogos de um lado e estudantes da língua de outro.

Os estudiosos do galego tínhamos conseguido o respeito para o idioma. Ja nom havia em Galiza classe social algumha que se opuxesse activamente ao seu uso. Hoje, como consequência do abuso que a insolvência e o oportunismo fam da nossa fala, volve a haver gentes que caem na tentaçom de confundir o idioma de todos com a pedantesca e grosseira gíria que alguns nos brindam. Hai muitas possibilidades para orientar o galego culto: a reintegraçom ao núcleo originário do romance hispánico ocidental, que é umha soluçom, ao meu juízo, realista; a insulaçom do galego frente às línguas irmás, que é umha soluçom, ao meu juízo, utopista... Aqui é onde todo galego maior de idade mental tem direito a opinar, porque se trata dumha questom política. Mais, qualquer que seja a orientaçom adoptada, o contido fonológico, morfológico, sintáctico e léxico que se ha de manejar, nom pode ser senom matéria de competência científica e nom de soberania popular. Que ninguém creia que pode dar leiçons de galego por ciência infusa. O galego é um tesouro que nom se pode malversar. A nossa língua deve ser possuída, mais nom violada. O primeiro é amor; o segundo, barbárie. Aquilo, um uso legal; isto, um abuso desonesto.

[*Grial, Revista Galega de Cultura,* n.º 56, Vigo, 1977, pp. 213-215.]



7.
NOM ESTAMOS SÓS

Um dos perigos que espreitam o galego quando se trata da sua normalizaçom, é o perigo do seu isolamento como conseqüência da aceitaçom inconsciente por parte dos normalizadores dumha situaçom histórica anormal: a sua separaçom política das demais pólas do mesmo tronco. Que o galego se desenvolvesse de costas aos demais falares da franja peninsular ocidental, deveu-se à integraçom de Galiza no reino de Castela. As distintas opçons morfológicas, sintácticas ou léxicas que se davam no romance antigo, forom objecto de selecçom distinta ao norte e ao sul da fronteira como conseqüência da falta de contacto entre os falantes. O português escolheu umhas formas e o galego outras porque estavam adscritos a administraçons diferentes. Ainda bem, o galego e o português nom estam entre si na mesma relaçom que o vasco e o castelam, por exemplo. O vasco está totalmente isolado actualmente no mundo lingüístico. Umha normalizaçom do vasco pode fazer-se sem nengumha atençom ao seu contorno idiomático. É um problema puramente interno, o de concertar os distintos dialectos para formar umha língua comum. Mais os dialectos do galego estam fora de Galiza, e hai que tê-los em conta se nom queremos ser o Robinson lingüístico dos tempos modernos. O vasco vê-se forçado a esta situaçom, porque o francês, o gascom, o aragonês, o castelam, que som os seus vizinhos, nom som os seus parentes. De aqui a autonomia do vasco para resolver os problemas da sua língua literária. Nengum dos seus vizinhos entende o euskera por parentesco coa língua própria.

Por essa razom, o euskera pode seguir umha linha totalmente independente na soluçom dos seus problemas. Mais os problemas do galego som, ou forom, em grandíssima medida,

os problemas do português. Mais alá do específico do vasco nom hai nada genérico. No entanto, mais alá do específico do galego está o genérico do galego-português. O português é galego-português, o mesmo que o galego. Seríamos um Robinson voluntário que renuncia às vantages da comunicaçom social, se nos isolássemos rejeitando o trato dos nossos congéneres.

Cada dia trai o seu afam. O do presente nom é o da nossa definiçom substancial dentro do complexo lingüístico hispano-ocidental. É simplesmente o da nossa supervivência, e esta está condicionada à nossa permanência naquele. A orientaçom, pois, da normalizaçom da nossa língua nom se pode marcar como se nom existissem outras formas do romance extremo-ocidental. Os Valencianos comportariam-se estranhamente se quixessem consagrar a sua língua ignorando a existência do catalam. Ausias March, ¿era catalam ou valenciano? As possibilidades de intercámbio cultural entre as línguas e as literaturas com um passado comum som indispensáveis para evitar um cantonalismo lingüístico que converta a Románia numha escarlatina de liliputianos. É evidente que hoje o galego é distinto do português; mais as vantages dumha inteligência entre os dous co-dialectos que facilite a difusom das nossas letras e permita aproveitar a experiência da língua literária mais desenvolvida, parece ser a conduta natural e razoável.

Muitas persoas que com excelente intençom se ocupam em política lingüística e muitas outras que com admirável valentia se consagram à funçom docente, tropeçam em montanhas há tempo perfuradas, mergulham-se em rios há tempo cruzados, porque nom se lhes ocorre pensar que os túneis e as pontes forom ja construídos por engenheiros que levam muitos anos de exercício profissional. Som tristes e inconscientes vítimas da alienaçom que pretendem combater. Aceitam sem sabê-lo os límites que lhes impuxerom aqueles que deostam. Devem ceibar-se dessa cadeia.

O galego nom é um fenómeno isolado no mundo idiomático. Como o flamenco está coordinado co holandês,

como o valom está coordinado co francês — de jeito que nas antologias andam a par os poetas belgas cos seus vizinhos do norte e do sul, apesar das modalidades peculiares das falas distintas —, devemos aspirar a que os poetas galegos vistam um indumento ortográfico, e, em certa medida, léxico, que facilite a sua comparecência no ámbito do que foi — e é — domínio lingüístico comum. Escrever nada mais para um grupo de escritores amigos ou escrever sobre a casca dos cortiços, quase que vem a ser o mesmo. Nom estamos sós, e temos que partir dessa base, que é o real, vencendo o prejuízo político que nos obscurece a verdade lingüística.

Dentro duns meses haverá licenciados em Filologia Galego-Portuguesa. Pola sua preparaçom específica poderám continuar em condiçons favoráveis o labor realizado com tanta dedicaçom, e às vezes com tanta competência, polas anteriores promoçons. Confiemos em que tomem com mam enérgica e prudente as rédeas da pesada diligência que entre tumbos e freaços conduz o nosso idioma cara um incerto porvir.

[*La Voz de Galicia,* A Corunha, 6 de Janeiro de 1978.]

8.
NORMA E SISTEMA LINGÜÍSTICO

Presenciamos actualmente um florecimento inegável da língua galega. Contra os pronósticos segundo os quais a sua recessom e progressiva desapariçom era inevitável, a nossa fala celebra agora um dobre triunfo: no ámbito social e no ámbito científico. Dumha banda, extensas secçons da sociedade galega que por prejuízos aristocráticos ou por prejuízos democráticos, por prejuízos nacionalistas ou por prejuízos internacionalistas, refugavam o nosso meio autóctono de expressom, converterom-se em usuários e propagandistas do nosso idioma. Doutra banda, da Faculdade de Filologia da Universidade de Santiago e de outros centros científicos do país e do estrangeiro estam a sair estudos sobre o galego com um rigor técnico de alto nível. Mais este dúplice florecimento nom significa que todas as dificuldades estejam superadas. O uso prático do galego, estendido hoje fora do ámbito familiar, paga o pesado tributo da sua ocasionalidade, que para alguns pode ser transitória, e que, polo seu mesmo carácter, está ameaçada de sacrificar à eficácia pragmática a coerência interna e a estrutura imanente. O estudo científico pode partir dumha imagem do galego que o desorbite do seu sistema natural, transferindo-se de um centro a outro centro de gravitaçom, ou contemplando-o como um asteróide isolado da galáxia em que está integrado realmente.

Estes perigos som mui reais. Podemos registar um bolir do idioma, acompanhado dum ameramento do mesmo, e a formaçom dumha doutrina sobre ele que aceite consciente ou inconscientemente, como base de formulaçom, o estado da língua enquanto fala rural, que é um estado de necessidade presidido pola mutilaçom e a corrupçom. Esta crise de cre-

cimento súpeto, determinada naturalmente polo longo trabalho de várias geraçons de cultivadores e estudiosos do idioma, mais que aos neófitos se lhes apresenta como umha explosom sem precedentes, pode e deve receber tratamento e ensino do contacto coas formas culturais do galego-português que nom padecerom as mesmas pressons históricas, e que, por suposto condicionadas tamém por diversos factores externos, puderom, ainda bem, desenvolver-se em termos de liberdade praticamente preservada. Para escrever e estudar o nosso idioma, seram, pois, de extraordinária utilidade todos os contactos que podamos manter coa literatura e a filologia portuguesa e brasileira.

Se aceitamos a doutrina clássica da escola lingüística espanhola, que tivo como mestre a grande figura de Menéndez Pidal, teremos que postular para a Península no momento presente a existência de três romances que D. Ramón denomina galego-português, castelam e catalam. Realmente, umha nomenclatura que procurasse a simetria, deveria falar de galego, castelam e catalam, ou, como alternativa, de algo semelhante a galego-português, castelam-andaluz e catalam-valenciano. Só o feito da divisom política do romance ocidental explica que seja denominado aglutinando dous termos, à diferença do que ocorre no caso dos outros dous romances hipánicos. Na realidade, dos vários romances que se formarom na Idade Média como conseqüência da descomposiçom da relativa unidade lingüística da época visigótica, subsistem hoje três sistemas, realizados em distintas normas; e os resíduos dos restantes sistemas, ou diassistemas, som convencionalmente adscritos, como dialectos ou bables, a algum dos três sistemas consagrados em línguas literárias. O galego pertence evidentemente ao sistema ocidental, e as numerosas contaminaçons de centralismo que experimentou como conseqüência da pressom da língua oficial do Estado, somente podem ser consideradas como definitivas por aqueles que desejem manter a situaçom actual de deriva da nossa fala cara o centro de

atracçom do castelam. Sem umha política defensiva da natureza ocidental do galego, este converteria-se num dialecto do castelam. O dialectólogo regista a realidade idiomática com absoluta assépsia política. Se na fala vernácula se di hoje *ghuevos,* o dialectólogo nom pode anotar *ovos.* Mais, ¿cairemos na ridícula demagógia de afirmar que em galego devemos escrever *ghuevos* e nom *ovos?* ¿Nom estaremos entom incursos num liberalismo indiferentista que nos levará à destruiçom do idioma?

Os que somos liberais — ainda que nom indiferentistas — temos que admitir mesmo o liberalismo indiferentista. Assim que eu respeito a opiniom dos que crem que hai que deixar obrar às forças espontáneas — ou ao jogo de forças históricas —, sem nos importarmos aonde nos conduzam. Cabe, pois, propugnar co galego umha actitude «nom intervencionista». Mais deve-se reconhecer que essa política leva à castelanizaçom do galego. Os que estejam dispostos a aceitar esse futuro, podem escrever *ghuevos* no lugar de *ovos.* Mais se queremos manter o galego dentro do sistema ocidental, devemos reparar em que no galego nom corrompido se dixo sempre *ovos,* e essa mesma forma podemos achar nos escritos em português.

Parece, pois, lógico que as razons históricas e de coerência sistemática nos aconselhem propugnar como normal a forma *ovos,* ainda no caso de que morresse na boca do vulgo, caso em que procederia restaurá-la.

Nom cabe ao galego outro porvir que a fidelidade aos seus princípios e o contacto cos seus co-dialectos. Desde o século XV o galego falado nom fixo mais que degenerar, como língua aliterária, que ameaçava converter-se num dialecto a bravo do castelam, como o baturro ou o panocho. Assim, ainda que gradualmente, conforme os índices de receptividade social de cada momento, terá-se de restaurar muito do galego esquecido, presente ainda no português, se o que se deseja é manter o galego dentro da sua família originária.

Preferir nestes casos os elementos lingüísticos introduzidos pola castelanizaçom, por mui populares que sejam, é enfocar a política lingüística — se nom se pretende a assimilaçom ao castelam — com critério de dialectólogo. Mais a dialectologia é umha ciência, e nom umha política.

[*La Voz de Galicia,* A Corunha, 4 de Fevereiro de 1978.]

9.
NORMAS ORTOGRÁFICAS E MORFOLÓGICAS

Seria de verdadeiro interesse um estudo científico sobre os intentos realizados no país galego a fim de ordenar a ortografia da língua. Haveria que estudar a forma gráfica como se apresenta o galego moderno nas obras publicadas ou nos textos manuscritos, de umha banda; e de outra, as formulaçons sistemáticas que se tenhem produzido até hoje, tenham carácter pretendidamente total ou decididamente parcial. O mesmo podemos dizer a respeito da regulaçom da morfologia.

A Académia Galega surgiu na mente dos seus imediatos promotores precisamente coa missom preferente de codificar o idioma. Começou coa publicaçom dum *Diccionario,* que ficou pronto interrompida. Fora um começo brilhante. Tratava-se dum dicionário histórico, dum dicionário de autoridades, nom dum dicionário normativo. Para o seu tempo, o método e o plano eram excelentes. Muitos se tenhem perguntado por que nom se continua esse labor. A resposta é que os progressos da lexicografia determinarom que os procedimentos e realizaçons válidos em 1913-1928 ficaram superados. Nom se pode, pois, prosseguir a obra hoje cos supostos daquela. Entom — cuidaram alguns — ¿por que nom se fai um Dicionário de nova planta à altura da técnica moderna? Tal Dicionário está em marcha; mais é a Universidade, e nom a Académia, a que o configura. Os tempos, ao mudar-se, cambiam a disposiçom da escena científica. Hai saídas e entradas de personages, e as funçons correspondem ora a este, ora a aquele, segundo as exigências da acçom. Para essa obra, umha Académia como a galega nom pode actualmente dispor da equipa necessária, que naturalmente se concentra na Faculdade de Filologia.

Mais umha cousa é a lexicografia e outra a normativa lingüística. Esta é umha funçom de política cultural que, co devido assessoramento técnico, pode e deve corresponder à Académia Galega. A Académia, como todos os organismos similares, sofre actualmente umha crise de identidade. É evidente que nom pode competir com outros organismos melhor dotados para a investigaçom colectiva. Que caminhos lhe cumpra seguir para ser algo vivo dentro da cultura galega, é problema que terá de ser objecto de profunda meditaçom polos que tenhem a responsabilidade de regê-la.

Quando a Académia Galega designou umha comissom, e esta umha ponência, que elaborou o texto logo aprovado de normas ortográficas, a situaçom nom era a de hoje. Todo o mundo exigia da Académia umha resoluçom em tal sentido, e a Académia nom tinha émulos na preocupaçom polo idioma. As normas ortográficas, aprovadas por unanimidade, mais nom sem discussom, partirom da situaçom real dumha língua que vivia em estado ventureiro, e que oficialmente só se estudava — e precariamente — na Universidade. Os académicos forom modestos. Limitarom-se a codificar a prática consuetudinária, que, de umha banda, apresentava certas vacilaçons e, de outra, se fundava na ortografia castelá. As *Normas* propuxerom-se eliminar as dúvidas, e, livres de extemporáneo pruído enxebrista, nom tencionarom proscrever, por serem as da língua oficial, as bases da escrita, adquiridas polos galegos na escola.

No entanto, as *Normas* tiverom que adoptar opçons ineludíveis nalguns casos. De momento, essas opçons forom o único que suscitou controvérsia. A ninguém se lhe ocorreu protestar porque, por exemplo, o sistema de acentuaçom gráfica mantivera os princípios da ortografia castelá. Mais alguns manifestarom-se sensíveis ante o feito de que nom se reflexassem na escrita vulgarismos fonéticos de contracçom ou assimilaçom que a Académia, cum critério histórico e comparativo, nom se considerou obrigada a consagrar.

As *Normas Ortográficas* forom aprovadas em juntança celebrada o 15 de Fevereiro de 1970. Dado esse primeiro passo

na ordenaçom do idioma, pareceu chegado o momento de abordar os mais rechamantes problemas de morfologia, o que desembocou na aprovaçom, com data 4 de Julho de 1971, de *Algunhas Normas para a Unificación Morfológica da Lingua Galega*. A umha primeira ediçom das *Normas Ortográficas do Idioma Galego* seguiu outra conjunta das ortográficas e morfológicas. Esgotadas essas ediçons, agora aparece a segunda das normas conjuntas[1].

Nesta segunda ediçom nom hai inovaçom algumha, que requeriria acordo da Académia em junta geral. Mais tendo-se em conta que as normas morfológicas entrarom em vigor depois das ortográficas, encarregou-se ao preparador da ediçom a coordenaçom dos textos quando se realizou a primeira ediçom conjunta, de jeito que a linguage dos mesmos estivesse de acordo, tanto na parte expositiva como na dispositiva, coas soluçons adoptadas. Assim, os textos forom revisados e corregidos em cada nova ediçom nestes aspectos formais, para ajustá-los na medida precisa às próprias *Normas,* e o estilo destas tem sido, quando procedia, objecto de retoque, espraiando algum conceito implicado, para lograr a necessária precisom.

Muitos acontecimentos culturais ocorrerom desde que tais *Normas* forom redactadas, e parece lógico, de acordo co espírito e a letra das exposiçons que precedem à parte dispositiva, perguntarmo-nos em que medida podem modificar-se, que dúvidas se nos plantejam ainda e que emendas procederia seguramente introduzir.

Comecemos pola ortografia.

E a primeira dúvida é esta: ¿resulta tam inquestionável como em 1970 basear-se na ortografia castelá? Tendo-se estendido, ainda que insuficientemente, o ensino do galego, ¿nom estaremos ja em condiçons de encetar a introduçom dumha ortografia autónoma? Mais, ¿teria de sê-lo dobre-

1 Real Academia Galega, *Normas Ortográficas e Morfolóxicas do Idioma Galego,* segunda ediçom, A Corunha, 1977. Polo que se refere às normas ortográficas, esta é, realmente, a terceira ediçom.

mente, quer dizer, com relaçom ao castelam e ao português, ou cumpriria aproximá-la à escrita deste último idioma, entendendo a autonomia ortográfica como reintegraçom no complexo galego-português? Semelha lógico que algumha forma de coordenaçom no indumento gráfico dos idiomas gémeos se promova ao seu tempo, pois isso facilitaria à nossa literatura o ascenso de um estatuto de expressom dialectal a umha situaçom de homologaçom — sempre falando em termos de grafia — com respeito às novas variantes do romance ocidental. Mais em que medida e com que gradaçom temporal cumpriria avançar neste sentido, som problemas cuja soluçom depende das circunstáncias, e estas som em boa parte imprevisíveis.

O ABECEDÁRIO GALEGO

I. 1. À letra *g* nom se lhe reconhece mais som que o de velar. Efectivamente, o valor de palatal sonoro que ostentava antigamente ante *e, i,* e que conserva em português, foi substituído polo correspondente xordo, que representamos com *x*. Pola mesma razom, o *j* desapareceu do alfabeto galego, como nom seja para a escritura de palavras alheias. Representar simplesmente por *x* esse som, é prático. Mais fai-nos a ovelha negra dentro da Romániа. Se fôssemos um idioma isolado, como o vasco, poderíamos achegar-nos à pronúncia na escrita quanto tivéssemos por conveniente; mais tendo parentes próximos, e alguns tam próximos, ater-nos no aspecto gráfico exclusivamente à nossa comodidade, semelha rústica incapacidade de adaptaçom aos usos indumentários familiares[2].

2 Se nom nos dominasse a preocupaçom de nom romper o contacto cos demais dialectos do galego-português, doadamente resolveríamos o problema do *x* reservando-o para a pronúncia latina dos cultismos, e adoptando para o fonema palatal umha grafia diferente. Como em bable, foi ensaiada umha grafia *x̌*. Poderíamos aceitá-la se o português tamém o fixesse. Fica aberta, a longo prazo, essa possibilidade. Mais seria umha concessom demasiado generosa do português, para quem o problema

Seguindo o princípio de nom afastar-se inecessariamente das restantes formas gráficas actuais galego-portuguesas, deveria retirar-se a autorizaçom para arcaísmos como *Alday, Albixoy,* que teriam de escrever-se com *i*. Esta autorizaçom de tipo conservador introduziu-se como umha emenda no texto da ponência, e cremos que ja pode ser eliminada, para maior coerência da escrita.

I. 3. Sequer no caso em que concorram em posiçom acentuada duas vogais de grau médio da mesma classe e diferente abertura que comporte distinçom significativa, deveria assinalar-se com um acento o termo marcado, como ja Sarmiento praticava. Assim *tóla* seria «murrada» frente a *tola* «louca».

I. 5. A representaçom com *nh* do *n* velar intervocálico está chamada a revisar-se no caso de que aquele dígrafo passe a ter o valor provençal de [*ɲ*], como propugnam muitos partidários da coordenaçom ortográfica co português.

I. 6. Reservar *x* para o fonema fricativo palatal xordo e excluí-lo nos cultismos, em que se substituiria por *s,* era a tendência das *Normas*. Mais ja nelas se admite «nun certo número de cultismos, que o uso determina, como *sexo, texto,* onde soaria *ks*». Dado o grande rendimento do fonema |*š*| em galego, a ponência procurava a eliminaçom de *x* como *ks* para evitar incongruências do tipo *exixência,* onde o primeiro *x* é *ks* e o segundo /*š*/. De feito, a conduta mui conservadora dos escritores galegos significa umha resistência a transformar em *s* o *x* latino: *esixência*. Ja que nom estamos sós, e o português mantém o *x* = *ks,* teríamos que ser conseqüentes, e reduzir os casos de confusom ou incongruência adoptando umhas grafias mais etimológicas em que o *g* e o *j* nom fossem

nom está plantejado nos mesmos termos. O rendimento do fonema pré-palatal fricativo xordo é nessa língua muito menor que em galego, porque em galego nom se mantivo o fonema sonoro correspondente, que se confundiu co xordo, co que este tem um grande rendimento no léxico e no discurso. Assim, em galego, a ambiguidade do grafema *x* pesa muito mais que em português.

excluídos polo *x*. *Exigência* seria umha forma admissível sobre a base dumha educaçom escolar que preparasse o aluno[3].

I. 7. A tendência imobilista dos escritores galegos e a sua vassalage à ortografia em que se educarom na escola castelá, é a única explicaçom do escasso éxito da supressom do *h* interior que esta norma preconiza, pois resulta evidente a sua utilidade prática.

O ACENTO ORTOGRÁFICO

II. 6. Cremos conveniente reservar o acento agudo para as vogais tónicas, e utilizar o grave sobre as átonas. Assim, escreveríamos *à* e nom *a,* quando se tratasse da contracçom de preposiçom e artigo.

Polo que se refere a questons morfológicas, cremos que os tempos madurarom dabondo para introduzirmos algumhas modificaçons.

2. Um dos grandes éxitos destas *Normas* foi o desterro do *-l-* nos nomes — substantivos e adjectivos — ante o morfema de plural. Referimo-nos ao *-l* final do singular, que se converte em intervocálico ao formar-se o plural. Se hai algo característico do galego frente ao castelam, é a perda desse fonema em posiçom intervocálica. Fica ainda algum escritor que mantém o castelanismo, mais está isolado, e produz umha sensaçom estranha de supervivente reaccionária dumha era caducada. Razom de mais para que a Acadé-

3 A supressom do grafema *x* nos cultismos e a substituiçom do mesmo por *s* é conforme à pronúncia real, e é a soluçom do italiano. Objecçons do tipo da formulada como peremptória pola identificaçom de *testo* 'escrito' e *testo* 'tapadeira', desconhecem a realidade lingüística dos homógrafos, os recursos distintivos do discurso e o feito de que em italiano se dá essa mesma homonímia. Para nós é a distanciaçom do sistema das línguas afins o que se opom ao mantimento da soluçom «italiana». Nom cremos que o galego — um dialecto do romance extremo-ocidental — poda comportar-se como se nom existisse umha língua normal nesse domínio. Isso seria antieconómico.

mia revisse a sua posiçom polo que se refere aos monossílabos rematados em *-l*. Cremos que hai que distinguir aqueles que tinham em latim um só *l*, como SOLEM, e os que tinham dous, como VALLEM. Os primeiros som os verdadeiramente rematados em *-l* em galego, e devem seguir, conforme a tradiçom, a regra geral: *sol, sóis*. Os segundos nom som propriamente monossílabos, senom bissílabos rematados em *-le*, cujo *-e* final pode omitir-se por apócope; devem seguir a regra geral dos polissílabos, engadindo *-s: vale*, ou *val, vales*. Um só *-l-* etimológico cai; um *-ll-* geminado simplifica-se.

O diferente tratamento do *-l-* em galego e em castelam creia muitos embrulhos na mente dos que nom tenhem umha clara consciência dos limites entre estes dous romances. Outro exemplo no-lo proporciona a doutrina académica sobre a formaçom do plural dos adjectivos polissílabos do galego actual rematados em *-il* nom acentuado, sem tradiçom ou com tradiçom vacilante no galego histórico. Com todas as cautelas e reservas que a definiçom comporta, em fim de contas a Académia admite a soluçom do português e a soluçom do castelam. Opinamos que esta última é contrária às leis fonéticas que regem a história do galego e deve excluir-se, sem prejuízo, como sempre, da admissom de cultismos impostos polo uso.

10. O afam conciliador que presidiu os trabalhos da ponência determinou a triplicidade de soluçons no caso do sufixo -BILE. Parece-nos umha decisom, polo seu excessivo eclecticismo, pouco construtiva. Suprimiríamos o período final, que autoriza o castelanismo. O *l* continua a crear-nos problemas.

11. Haveria que considerar *Galiza* como forma mais autorizada, e igualmente restringir todo o possível aos cultismos modernos e evidentes as formas sufixais que se mencionam em que tivesse de manter-se o iode, o que é contrário ao desenvolvimento normal da língua no seu período constituinte.

É a nossa opiniom que umha ediçom futura destas *Normas* deve considerar estes extremos. Talvez haveria que introdu-

zir outras novidades, mais o carácter parcial das morfológicas deve-se manter.

A Académia nom deve pronunciar-se senom sobre pontos fundamentais, dado o estado da língua, e deve deixar que madurem os problemas antes de formular a soluçom unívoca.

[*Grial*, n.º 59, Vigo, 1978, pp. 98-102.]

10.

NOVAS BASES PARA UMHA NORMALIZAÇOM LINGÜÍSTICA

Segundo informa ao leitor deste opúsculo[1] o editor do mesmo, que nom é outro que Ediciones Anaya, as páginas presentes contenhem os resultados dumha série de seminários promovidos polo Instituto da Língua Galega da Universidade de Santiago, e dedicados ao estudo dos problemas que planteja a normalizaçom da nossa expressom idiomática.

Dizemos normalizaçom empregando esta voz no seu sentido primitivo, que desde logo comprende a regulaçom do idioma enquanto à constituiçom dumha forma canónica que relegue à condiçom de dialectais ou vulgares as formas distintas. Porque a diferenciaçom dos conceitos de normalizaçom e normativizaçom, agora em uso dentro de certos meios galegos, nom é, nem muito menos, umha diferenciaçom admitida por consenso universal, ainda que em determinadas circunstáncias sócio-culturais pode ter rendimento prático. Como as deliberaçons, cujos resultados se reflectem neste opúsculo, se referem, nom à política de implantaçom do idioma galego como idioma normal na sociedade galega, senom à eleiçom de formas para umha língua escrita comum, está claro que se trata de normativizaçom, segundo a escola que distingue normativizaçom de normalizaçom.

Um limiar que firma o Presidente da Real Académia Galega expressa confiança em que nom tardará em chegar a unificaçom definitiva da língua, que haverá de se basear na consagraçom polo uso e na oficializaçom pola Junta de Galiza. Com esses pressupostos, hai que prever um processo dabondo longo; e, na verdade, nom é desejável, salvo para os que

1 *Bases prá Unificación das Normas Lingüísticas do Galego,* Madrid, 1977.

todo o fiam de decisons autoritárias, um decreto de unificaçom, que, como o ditado no seu dia para a constituiçom dumha entidade política com dedicaçom exclusiva no Estado, nom faria senom emascarar a pluralidade real coa carantonha rígida dumha uniformaçom oficial.

A formaçom dumha língua comum requer um processo de maduraçom que nom pode forçar-se, ainda que si estimular-se. Um consenso espontáneo ao qual se chegue progressivamente, é o único jeito seguro de afincar um padrom lingüístico. No momento actual temos conseguido amplas zonas de concordáncia. Nom podemos considerar discrepantes aos extravagantes e aos ignorantes, que nom representam normas diferentes, senom formas anormais de conduta. É absurdo situar no mesmo plano as opçons *claro-craro* dumha banda, e *científico-científico* doutra. No primeiro caso opom-se umha norma cultista a umha norma vulgarista; no segundo, opom-se a norma à aberraçom.

Se prescindimos das aberraçons, podemos afirmar que nom existe a anarquia de que alguns falam. Isso pudo ser noutrora. Hoje, entre as persoas responsáveis, as diferenças som pequenas. Porque variantes léxicas ou sintácticas do tipo de *em troque de | no canto de, abeirou-se a | abeirou-se de* nom podem interpretar-se como manifestaçom de anarquia. No plano ortográfico e morfológico, pouco afasta actualmente os cultivadores do galego. Somente estam fora de concerto os que nom se tomam a moléstia de informar-se a respeito do instrumento que pretendem manejar.

Mais hai um aspecto lingüístico em que a liberdade tem que ser limitada, a variedade tem que ser restringida. É o aspecto docente nos graus de iniciaçom. O estudante de Filologia deve ser informado de todos os aspectos dialectológicos que seja possível. Mais ao meninho que recebe o ensino geral básico hai que dar-lhe normas codificadas. Ainda neste caso, o estado sócio-cultural da nossa língua rejeita um dogmatismo rígido. O meninho nom deve adquirir a crença de que as formas dialectais que familiarmente usa, constituem pecados contra a lei religiosa da língua. Contodo, é evidente

que o pedagogo tem que ensinar umha língua padrom, por muita tolerância táctica que deva despregar perante as formas diferentes.

Os professores de ensino geral básico — que chamávamos mestres, com expressom mais breve e mais afectuosa — som, pois, por razons profissionais, os mais interessados na normalizaçom da língua.

No limiar destas *Bases* di-se que na elaboraçom das mesmas se tiverom presentes as normas publicadas pola Real Académia Galega e polo Instituto da Língua Galega. As primeiras som bem conhecidas, e neste mesmo número de *Grial* comentamos a segunda ediçom. Polo que se refere ao Instituto da Língua Galega, nom sabemos que publicasse normas até a data, se entendemos algo paralelo ao feito pola Académia. A primeira publicaçom que leva o nome do Instituto é o método de galego intitulado *Gallego 1,* e no prólogo desta obra, os seus autores[2] declaram que adoptam as daquela publicadas pola Real Académia Galega, afastando-se das mesmas unicamente em dous pontos: o que se refere à segunda forma do artigo e o resultado das contracçons das preposiçons *a* e *pra* cos artigos masculinos[3]. Que nós saibamos, nom hai nengumha codificaçom posterior que se oponha à da Académia. Porém, podem registar-se no *Método* do Instituto *práticas* ortográficas, diferentes das indicadas, que nom se fundam nas normas da Académia.

Se temos em conta o aspecto morfológico, cumpre observar que a Académia, seguindo umha táctica realista, nom se pronunciou mais que sobre quinze pontos que considerou de especial importância. Os autores do *Método* tiverom necessidade, pola natureza da sua obra, de definir-se em todos e cada

2 A revelaçom oficial de quem sejam estes nom se fixo até que a obra rematou. Na página 219 de *Galego 3,* as derradeiras linhas da mesma — e do *Método* — dam a conhecer os nomes do director e mais membros da equipa redactora.

3 Estas som as expressons dos autores (p. 6); mais no que toca a *pra* as diferenças estendem-se ao artigo feminino, pois a Académia nom regista contracçom no caso da preposiçom *para.*

um dos pontos conflitivos. Segundo eles declaram, frente ao português adoptarom umha posiçom «separatista»[4]. A Académia parece, polo contrário, mais inclinada a umha concórdia co português. Neste sentido qualificaríamos a sua actitude de «reintegracionista», enquanto nom parece professar separatismo algum, e prefere nom diferir do português em certos casos nos que cabem várias opçons para o galego.

É evidente que a equipa que redactou o *Método* nom mantém as suas posturas nas *Bases*. Ou bem evolucionou cara umha posiçom reintegracionista, ou ficou desbordada por umha forte corrente reintegracionista que resultou maioritária nos seminários e impuxo em muitos pontos outros critérios. Mais nom certamente em todos. A equipa mantém o critério primitivo nos dous extremos nos quais segundo o prólogo do *Método* se afastava da ortografia académica. No entanto, mesmo nisto houvo concessons, pois acarom da forma *pró* e as suas transformaçons, admite-se agora *para o* e as suas. Enfim, os que cremos que existe um sistema lingüístico galego-português que se realiza em várias normas, umha das quais é a galega, vemos como mui natural e satisfactório que nom se rejeitem por diferencialismo antilusista formas que, sendo galegas e portuguesas à vez, podem contribuir a mitigar os aspectos vulgares da língua literária galega vista desde a postura da língua padrom do sistema.

Nom se pode ocultar o feito de que os critérios reintegracionista e isolacionista nom aparecem nas *Bases* fundidos numha síntese harmónica lograda. Isto nom pode ser interpretado como fracasso das persoas que de diversos jeitos colaborarom na formulaçom das *Bases*. É simplesmente reflexo da realidade de opinions divergentes nalguns pontos, que nom sempre foi possível conciliar. Muitas vezes prevaleceu um critério que nom era o do *Método,* senom o das *Normas* académicas. Noutras ocasions, autorizarom-se duas soluçons, o que possibilitou opçons distintas. No terreno ortográfico

4 *Galego 3,* p. 82.

hai agora nas *Bases* umha concordáncia co português desconhecida polas *Normas*. Polo que se refere ao acento gráfico, estas aceitavam o sistema castelam, enquanto as *Bases* se inclinam decididamente polo português. As *Bases* som, em conjunto, um documento conciliador, no que o isolacionismo se bate em retirada, o que nos parece mui positivo. Que em determinados pontos subsistam formulaçons que estimamos em desacordo coa marcha geral, nom pode obscurecer o feito de que a direcçom está traçada com acerto.

Examinemos agora mais de perto alguns aspectos das *Bases*.

1. O ALFABETO

Nos nomes das letras é de notar a presença do nome de *agá,* acarom do de *ache,* para designar o grafema *h*. Igualmente o de *xis,* ao lado do de *équis,* para designar o grafema *x*. Isto significa a equiparaçom do português co castelam para tal funçom, importante avanço do critério reintegracionista, inimaginável hai poucos anos no ambiente em que as *Bases* se forjarom. É que ultimamente a consideraçom da precariedade da implantaçom do galego em Galiza, a reflexom sobre as possibilidades de expansom literária das formas lingüísticas dialectais e das dificuldades de normativizaçom dumha fala de tradiçom literária interrompida frente à firmeza dumha língua literária consolidada, convencerom a muitos da conveniência de manter no possível o contacto co português. A qualificaçom de lusistas, que, com sentido pejorativo ou neutro, dam alguns aos que professam as ideias expostas, nom nos parece feliz, pois do que se trata é de restaurar o carácter puramente ocidental do nosso romance, libertando-o, na medida em que caiba, de contaminaçons centralistas; mais nom de identificá-lo co português, que é o que parece sugerir aquela denominaçom.

2. O ACENTO

O avanço das ideias reintegracionistas manifesta-se tamém na adopçom dum sistema de acentuaçom gráfica que se afasta do castelam e se aproxima ao português de tal jeito, que fica francamente relegado, por comparança, ao plano de dialectalizante a respeito do castelam, o sistema das *Normas* académicas, que é umha adaptaçom do sistema castelam às peculiaridades do galego, quando nom umha adopçom pura e simples daquele. Para o indivíduo alfabetizado em castelam, o sistema académico é dumha singeleza pedagógica insuperável. O que escreve em galego deve ater-se às normas que conhece para o castelam. As formas rematadas em ditongo decrecente, que fonologicamente som estranhas ao castelam, devem ter-se como graficamente rematadas em vogal, e levar o signo de tonicidade sobre o ápice silábico. Os plurais de palavras agudas rematadas em *n* seguiram a norma dos singulares. Essas palavras tampouco se dam em castelam. O sistema, pois, resulta mui claro e económico, ainda que é completamente distinto do português.

Os redactores das *Bases* tenhem sacrificado boa parte dessa claridade e economia para achegar-se ao português. Assim, retiram o acento gráfico das palavras agudas acabadas em ditongo decrecente e colocam-no sobre as graves que tamém acabam assim: *cantei, cantou, animais, amáveis,* vocábulos que, assim escritos, seguem a norma portuguesa, apartando-se da que, por extensom da castelá, propugna a Académia. A seqüência *ui,* que a norma castelá considera praticamente ditongo, e portanto nunca marcada pola diérese, pode nas *Bases* levar acento no *i* quando razons etimológicas ou realidades fonéticas aconselhem separar o *u* do *i* no silabeio, resultando tónico o *i: Luísa,* frente ao castelam *Luisa,* sem acento a partir das novas regras de Casares, adoptadas oficialmente.

As *Bases* declaram que o achego à ortografia portuguesa é, sentimentalmente, umha aspiraçom de todos. *Gaudeamus, igitur;* mais como se escreve *lúa,* com acento; *sábese,* com acento, e nom obstante, *comodamente,* sem acento, observamos que na

prática se adoptou um sistema híbrido, que umhas vezes se ajeita ao português e outras ao castelam. Quer dizer, um terceiro sistema, pedagogicamente antieconómico. ¿Trata-se, em realidade, dum passo calculado para chegar oportunamente à adopçom do sistema português? Em todo caso, cremos que o equilíbrio que se pretendia propiciar é inteiramente inestável, e que umha vez introduzidas normas que se oponhem às castelás e coincidem coas portuguesas, pudo avançar-se nessa direcçom mais decididamente.

Assim, para as contracçons átonas, como *ás (a + as)* seria melhor reservar o acento grave, *às,* pois o acento agudo, para um espanhol, como para um português, sugere tonicidade irresistivelmente. *Có (ca + o), cá (ca + a),* sendo formas átonas, resultam-nos contraditórias co seu acento agudo. Mais essa forma insólita de grafar a contracçom da conjunçom comparativa co artigo para distingui-la da contracçom da preposiçom *com* co artigo *(co, ca),* nom seria necessária se escrevêssemos como em português *que o, que a,* ainda que fixéssemos a contracçom na pronúncia. Nom cremos que essa *ca* comparativa seja em galego distinta da forma portuguesa. Se é o latim *quam,* é-o para todo o complexo galego-português. Nom vemos a utilidade de singularizar-nos neste caso dentro do grupo.

4. O GUIOM

Essa mesma razom impede-nos recomendar o uso do guiom (hífen) para indicar a assimilaçom ao *l-,* que antigamente iniciava o artigo, do *-r* ou o *-s* com que acabam verbos ou pronomes que o precedem. Temos que renunciar a registar na escrita muitas formas de pronúncia, se nom queremos empregar um alfabeto fonético. Neste ponto parece-nos preferível ater-nos à ortografia usual na língua literária de mais tradiçom dentro do grupo galego-português. Doutra banda, semelha-nos que, a nom ser assim, haveria que registar a assimilaçom do mesmo modo em casos em que nom aparece

no sintagma verbo nem pronome. ¿Por que nom escrever, ja que logo, *cansado-los deixarom,* ou *todo-los ouvirom,* ou *poi-la mai nom ven?* A escrita vulgar, quer dizer, a ortografia, tem que procurar a maior inteligibilidade do home corrente, sobre a base de preservar a imagem visual, isto é, morfológica ou léxica, que reflecte as unidades semánticas, com predomínio com respeito à imagem acústica, ou seja fonética, que se funda em realizaçons sintagmáticas de extraordinária mobilidade. Toda ortografia é, em certo modo, umha taquigrafia, e tem que prescindir do pruído de registar mesmo a fonética sintáctica. O francês escrebe *un grand homme, un long amour,* ainda que ese *-d* e ese *-g* se realizem como *t* e *k* respectivamente na ligaçom. O português tampouco recolhe na escrita aquela assimilaçom, que no Norte do país tem, porém, vitalidade na fala.

5. ACOMODAÇOM DE PALAVRAS E SUFIXOS CULTOS

As *Normas* sinalavam com justeza o feito de que se podem distinguir vários estratos no idioma, e que a fonética histórica está sujeita a distintas leis segundo o estrato que consideremos. Mais claro: as leis fonéticas caducam ou modificam-se com o decorrer do tempo. Cada palavra, de por parte, tem a sua história. As *Bases* recolhem tamém, como é correcto, esta doutrina. Mais, ¿como sabemos se umha palavra é patrimonial, semiculta ou culta para aplicar-lhe umha ou outra lei de evoluçom do étimo? Numha língua normalizada, todo isto se confia à tradiçom; de jeito que as palavras se vam incorporando ao idioma co aspecto próprio da época em que se incorporam. Se individualmente hai algumha dúvida, como o idioma está fixado nos dicionários, abunda com recorrer a eles. Mais no galego nom existe essa fixaçom. Como do século XV ao XIX se perdeu a tradiçom literária e a língua viveu em estado dialectal, muitas vezes nom sabemos se umha determinada palavra foi patrimonial ou nom. Devemos refugar o isolacionismo, que nos deixa indefensos perante a

língua do Estado ou nos pode embarcar num destino arbitrário e extravagante. Se nos consideramos como parte do mundo lingüístico hispano-ocidental, podemos homologar a ordenaçom do nosso léxico ao da língua normalizada, o que nos dá resolvido o problema da estratificaçom, e conseguinte modelaçom, de cada vocábulo.

Assim, nom cremos que devam persistir os vulgarismos *pauto, defeuto, aspeuto,* e *preceuto* na língua escrita, como nom se persiga um determinado efeito estilístico. Umha peça cómica que se desenvolve entre rústicos paizocos pode intitular-se *Pauto do demo,* mais parece-nos chocalheiro falar do *pauto da Moncloa,* a nom ser que queiramos ridicularizá-lo desde os supostos da oposiçom extraparlamentária.

O problema do *équis* e o *xis* é verdadeiramente sério. As *Normas* resolverom-no com preferência do fonetismo sobre a etimologia. Afora dos termos mais cultos, propugnavam a reduçom do *x (ks)* a *s*. Isto resultaria sumamente cómodo. Mais teremos de revisar tal soluçom. Se o galego fosse um idioma isolado dentro do mundo moderno, a sua ortografia poderia ser inteiramente autónoma. Mais se desejamos permanecer integrados no complexo hispánico-ocidental, com projecçom exterior tam importante, nom poderemos evitar um sentimento de insolidariedade coas formas lingüísticas irmás ao prescindir do signo *x* como *ks,* que essas formas conservam herdado do latim, seja ou nom a latina a pronúncia que agora lhe corresponda. O galego, como o português, representa com *x* o fonema /š/. No entanto, mentres que o português tem poucos *x* como grafema de /š/, o galego tem muitos. Assim, nom hai em português graves dificuldades para que *x* represente à vez /ks/ e /š/. Mais em galego, dado o grande rendimento no léxico e no discurso do fonema /š/, essa unicidade de signo resulta embaraçosa. ¿Que fazer perante possibilidades como *o sexo do anxo* ou *exixência* ou *oxíxeno,* em que jogam os dous sons do *x?* As *Bases* sugerem a soluçom das *Normas* para os casos em que na mesma voz pudesse aparecer o xis com dous valores diferentes. Assim, escreveríamos *esixir, esaxerar*. Nom nos parece mal como

soluçom transitória, ainda que nom se pode ocultar que nas *Bases* nom é umha soluçom coerente. Cremos que nom hai mais soluçons orgánicas que a das *Normas* e a que supom admitir *x*, *g* e *j* para representar *ʃ*, segundo a etimologia ou a fonética histórica. Desta maneira poderíamos manter o *x* com pronúncia latina, nos cultismos, sem nengum inconveniente, porque teríamos reduzido o rendimento de *x* = /ʃ/ aos casos do português. Mais esta norma exigiria umha aprendizage. Apesar disto, parece ser a soluçom do futuro.

5.2. *Sufixos* -áncia, -ência, -cio, -cia

Admitimos a doutrina geral, que é potenciar o emprego das vozes comuns à tradiçom galego-portuguesa. Por isso nom cremos lógico nem necessário aceitar as numerosas excepçons que se sinalam. Certo que estas excepçons se apresentam como vozes que nom som parte da tradiçom galego-portuguesa; mais, fora de que nom cremos que esta circunstáncia se dê em todos os casos, parece lógico supor que entre a soluçom hispano-central, representada polo castelam, e a soluçom hispano-ocidental, representada polo português, para citar as duas línguas literárias actuais de repercussom internacional, o reintegracionismo há de inclinar-se pola segunda, por ser a soluçom que se produziu naturalmente numha parte do seu domínio lingüístico, aquela parte na qual a espontaneidade nom ficou coutada pola intercessom da língua espanhola oficial. Cremos, pois, que a soluçom mais prática e legítima seria manter o iode tam só nos casos em que tamém o fai a língua ocidental padrom, ou seja o português normativo.

5.3. *Sufixo* -iência

A permissividade que autoriza *comenência* parece-nos tam inajeitada como a que legitima *preceuto, defeuto* ou *aspeuto*. Trata-se de crus vulgarismos que nom se podem canonizar.

5.4. *Sufixo* -ciom, -siom

Gradualmente deve-se ir à restauraçom das formas tradicionais, com iode absorvido.

5.7. *Sufixo* -vel, -ble

Deve apoiar-se sem reservas a primeira forma, considerando a segunda castelanismo morfológico.

6. OUTROS GRUPOS E SUFIXOS DE SOLUÇOM DUVIDOSA

Coresma, corenta e *corentena* devem ser relegados à categoria de realizaçons vulgares das formas cultas, comuns ao português e ao castelam.

A soluçom *marinhao* nom pode ser a única forma aceitável do gentilício, quando som muitos os galegos que se chamam a si mesmos *marinhans*.

7. MORFOLOGIA NOMINAL

Cremos que nom se deve perpetuar indefinidamente a indiscriminaçom para a formaçom do plural dos monossílabos rematados em *-l*. Aqueles que provenhem de étimo que tinha um *-l-* intervocálico que ficou final em galego, ao engadir, como acabados em consoante, o morfema *-es,* reintervocalizam o *-l,* que deve cair, estreitando-se em *i* o *e* do morfema ao pronunciar-se na mesma sílaba da vogal que precedia ao *-l*. Assim de *tal, tais*. A usar-se o plural de *sol* ou *sal,* terá que ser *sóis* e *sais*. Nestes plurais, o que «resulta chocante» nom é o morfema *-is,* senom a própria categoria de plural. Os vocábulos que em latim tinham *-ll-* devem considerar-se rematados em *-e,* e na sua forma em *-l,* monossílabos apocopados. De modo que para a formaçom do plural devemos partir das formas plenas, e dizer *moles, vales, foles, meles, feles*.

9. PRONOMES

As formas de respeito *mi madre, mi padre,* som demasiado respeitosas co castelam. Nom se vê razom para mantê-las num galego normalizado, como nom seja em qualidade de resíduos dos tempos em que o galego nom era umha língua respeitável. Bem sabemos que *madre* e *padre* forom galego noutro tempo, mais *mi* é inconfundivelmente castelam. No estado actual da consciência idiomática, o sintagma parece insofrível.

O uso de *qualquer* como adjectivo — e como substantivo! — está documentado no galego antigo.

Entre os numerais teria de admitir-se *quinhentos,* que em certos casos resulta mais satisfactório que *cincocentos.* Pense-se, por exemplo, em «quinhentas mil pesetas». Num ambiente urbano ¿nom resulta menos «chocante» — para empregar um termo freqüente nas *Bases* — que «cincocentas mil pesetas»?

11. O VERBO

As formas graves das persoas 4 e 5 do imperfeito, do mais-que-perfeito, do futuro hipotético do indicativo e do imperfeito do conjuntivo som demasiado locais — ainda que em diferente medida. Votamos polas formas esdrúxulas, maioritárias dentro do ámbito luso-galaico-brasileiro.

A vogal temática *i* de *colhiche* nom nos parece preferível a *e.* Cremos que se explica por castelanismo ou propagaçom analógica desde a persoa 1. Dizemos *pudeche, quixeche, puxeche, fixeche,* todos verbos em *-er,* como *colher.* Convém manter a harmonia do sistema verbal: de *amar, amache;* de *colher, colheche;* de *partir, partiche.*

Os verbos *escribir, recibir, decir, sufrir,* devem passar decididamente a conjugar-se como verbos em *-er,* segundo a autêntica tradiçom galego-portuguesa: *escrever, receber, dizer, sofrer.* E mesmo outros que conservam a desinência *-er* no português actual.

13. A PREPOSIÇOM

Pra, como *pa,* som realizaçons sincopadas ou desleixadas da forma escrita tradicional, e mui freqüente na Galiza atlántica, *para.* Como nom se admite *pa,* nom deve admitir-se *pra* como forma culta. É o mesmo que *pro* por *pero* ou *esprito* por *espírito,* ou *vram* por *veram.* As formas sincopadas tamém se dam em português, mais tenhem um feitio inconfundivelmente vulgar.

15. CONTRACÇONS

Pró e as suas transformaçons parecem-nos excessivamente rurais. Literariamente, *para o,* etc., semelha o ajeitado, como em português e em castelam[5]. Por razons de tradiçom e convergência co português, preferimos *ao* a *ò.* Esta forma, por mui estendida que esteja, nom é senom umha realizaçom oral do mesmo tipo que *pra,* e nom tem por que ser erigida em forma culta escrita exclusiva. Ja indicámos os inconvenientes da contracçom *cá.* Para pôr um pouco de ordem na escrita, retiraríamos o acento agudo de toda vogal átona. A conjunçom comparativa *ca* — que nom exclui *que* — deveria ficar reduzida aos casos em que vai seguida de forma oblíqua do pronome persoal.

Pomos aqui fim a estas consideraçons sobre as *Bases.* Muito mais poderíamos dizer. No entanto, em matéria tam delicada, hai sempre o perigo de esbarar cara um subjectivismo tam respeitável como contestável. O consenso geral está ja atin-

5 Na novela *Aparição,* de Vergílio Ferreira, dialogam um *moço de fretes* alentejano e um professor de liceu. Velaqui um anaco desse diálogo:

> «— O senhor engenheiro vai prò Machado?
> Falou com uma voz presa de sarro e de cuspo.
> — Vou, vou para o Machado.»

(Vergílio Ferreira, *Aparição,* 10.ª edição, Arcádia, 1976, p. 144.)

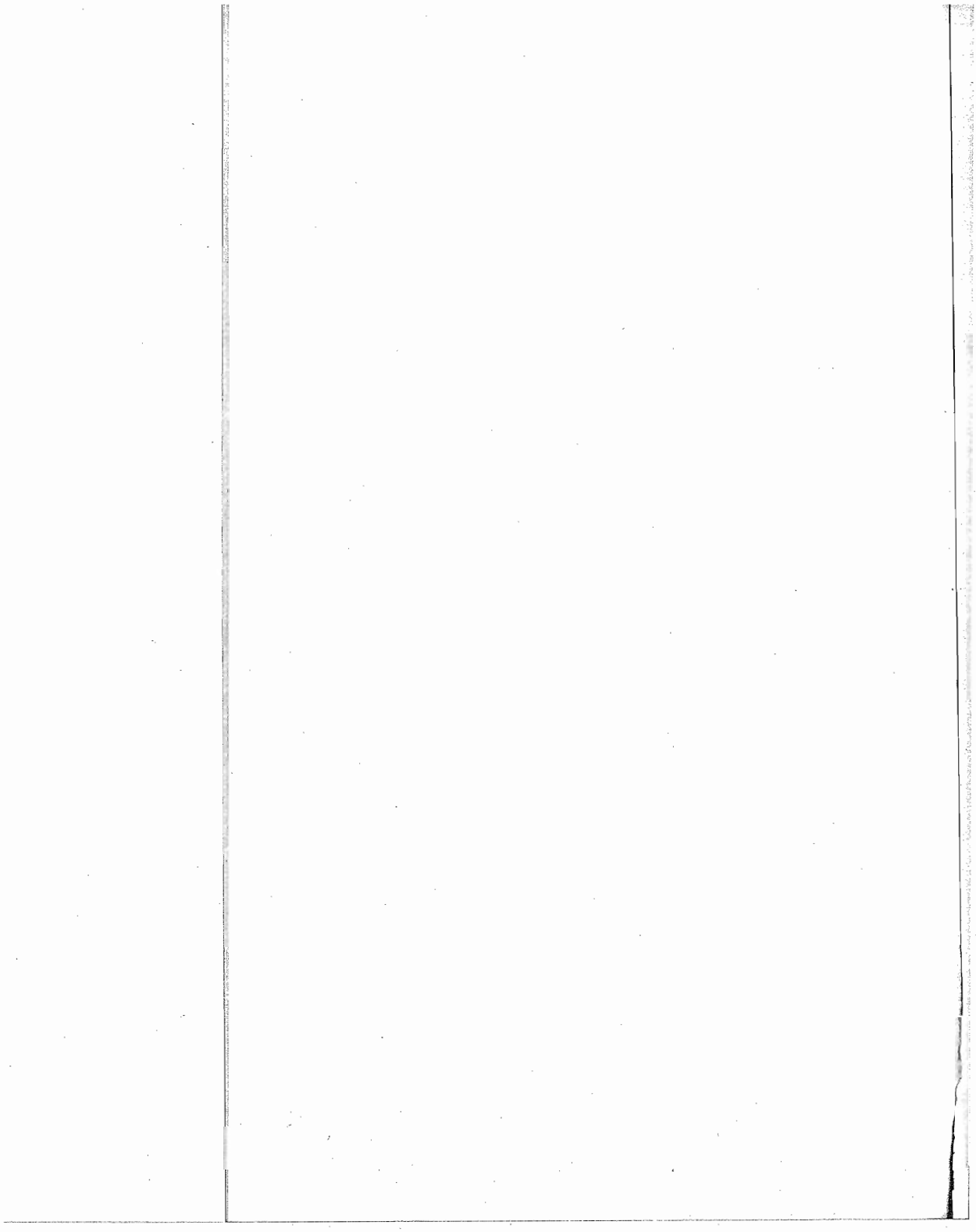
O moço di *prò,* mais o professor e o autor dim e escrevem *para o.*

gido em muitos pontos, e em todos os demais, ou quase todos, vam-se reduzindo cada dia as diferenças. É dabondo. A normalizaçom do galego tem que realizar-se dum jeito gradual. A ideia, até hai pouco professada por tam poucos, de que nom estamos sós, e que hai que contar cos demais integrantes da comunidade lingüística galego-portuguesa, abre-se hoje passo, mesmo entre os que onte adoptavam umha actitude ultradiferencialista. Hai que ser conseqüentes, e estabelecer contacto cos demais membros da família para lograr umha concórdia que homologue o indumento gráfico das nossas falas e nos reintegre de modo expresso na originária estirpe, sem prejuízo das peculiaridades que umha concórdia deve preservar.

[*Grial*, n.º 59, Vigo, 1978, pp. 103-110.]

II.

ALGUMHAS NOTAS FILOLÓGICAS



I.

O IDIOMA NO SEMINÁRIO DE ESTUDOS GALEGOS

Por suposto, o idioma estava no centro das preocupaçons do Seminário. Constitucionalmente, a nossa Instituiçom era bilíngüe, e os trabalhos que a ela se apresentavam, ou que nela se redactavam, podiam escrever-se em galego ou em castelam. Mais o espírito dos fundadores favorecia, e afervoradamente fomentava, o cultivo da língua do país. Quando nos reuníamos em Santiago nos locais de San Clemente ou Fonseca os elementos directivos, ja nas juntanças formais de tipo administrativo, ou nas sessons de trabalho, ou nas simples tertúlias ou conversas amistosas que soíam findar a jornada, era o galego a língua unánime e constantemente empregada por todos os presentes. Como estes, ja se tratasse dos presidentes — durante os meus anos de estudante compostelano desempenhava o cargo dom Salvador Cabeza de Leom — ou dos fundadores — como Bouça Brei, Filgueira Valverde ou Tobio Fernández —, os da promoçom seguinte — González Garcia-Paz, Fráguas Fráguas ou Vázquez Martínez — ou, enfim, os da promoçom a que eu mesmo pertencia, eram, éramos todos escritores em galego, mui distinguidos os mais deles, os problemas lingüísticos interessavam fundamente. O estudo do idioma era, naturalmente, um dos objectivos teóricos mais importantes do Seminário.

Mais se o uso do galego, oral e escrito, foi umha realidade característica do Seminário de Estudos Galegos, que neste aspecto continuava a orientaçom dos homes de *Nós,* a investigaçom lingüística nom chegou nunca a concretar-se em plasmaçons efectivas. Nunca dispuxo o Seminário de lingüístas profissionais de formaçom especializada e dedicaçom plena que imprimissem o impulso necessário aos estudos sobre o galego. A Universidade de Santiago, viveiro onde geralmente

se formavam os membros do Seminário, nom contava com umha Faculdade nem umha Secçom de Filologia. O atraso dos estudos lingüísticos na nossa terra continuava sendo umha realidade, e, como nos tempos de Mirás, Cuveiro e Valhadares, eram afeiçoados, e nom técnicos com preparaçom universitária, os bem-intencionados e às vezes meritórios lexicógrafos, ou gramáticos, que forneciam o material informativo aos interessados pola língua galega. Em 1909 dom Vicente Garcia de Diego, que fora catedrático no Instituto de segundo ensino de Pontevedra, fixera imprensar em Burgos um valioso manual de gramática histórica galega que por primeira vez aplicou ao estudo do nosso idioma os métodos próprios da nova escola romanística fundada em pleno Romantismo, mais tardiamente introduzida na Península Ibérica. No entanto, os *Elementos* de dom Vicente constituíam umha obra esgotada, nunca reeditada e só susceptível de consulta em bibliotecas públicas ou privadas onde o seu acesso poderia oferecer dificuldades ou incomodidades notórias. Nom existiam métodos mecánicos ajeitados e doados de reproduçom, como os que nos permitem hoje a todos possuir o Garcia de Diego fotocopiado. De por parte, para quem nom recebera na Universidade umha preparaçom adequada, os *Elementos de Gramática Histórica Gallega* nom eram, de todos os jeitos, umha obra apropriada para despertar vocaçons. Dom Armando Cotarelo Valhedor, catedrático de Língua e Literatura Espanhola, trasladou-se a Madrid poucos anos depois da fundaçom do Seminário. Contodo, ele foi quem, através das suas leiçons de fonética histórica comparada do castelam e do galego, proporcionou algumha base científico-filológica e lingüística às primeiras promoçons do Seminário, ja que tanto Filgueira como Martínez López e eu mesmo fomos os seus discípulos no Preparatório de Direito, que era ao mesmo tempo primeiro curso de Filosofia e Letras. Mais passado este curso, continuavam os estudos desta Faculdade emarcados dentro da secçom de História, de jeito que havia pouca ocasiom de consolidar umha iniciaçom na lingüística. A incorporaçom ao claustro de professores de dom Abelardo Moralejo

Laso, catedrático de Latim, realizada no ano académico 1926-1927, ja nom beneficiou aos primeiros seminaristas. O Doutor Moralejo conseguiu que os pertencentes às promoçons seguintes desfrutassem da possibilidade de aprender bem latim, e desde logo colaborou mesmo directamente nos trabalhos do Seminário. Porém, umha formaçom completa de lingüísta nom se podia adquirir em Santiago, e os que por razons económicas ou familiares nom estávamos em condiçons de trasladar a matrícula a Salamanca ou Madrid — para nom citar universidades mais arredadas — tivemos que resignar-nos a cursar os estudos de História se queríamos seguir os de Filosofia e Letras em Galiza.

Tanto dom Armando Cotarelo como dom Abelardo Moralejo ostentam nos anais do Seminário a direcçom da secçom de Filologia, o primeiro entre os anos 1923 e 1928, e o segundo entre os anos 1928 e 1930. Mais um funcionamento coordenado e contínuo desta secçom nom era possível. Dumha parte, aqueles dous catedráticos universitários nunca dispuxerom do suficiente tempo livre para formar discípulos no seio do Seminário, e doutra, a falta de ambiente apropriado, ao nom existir estudos específicos de Filologia na Faculdade de Filosofia e Letras, nom propiciava vocaçons de filólogos; de modo que como colectividade a secçom de Filologia nom resultava viável, e a sua existência sempre foi mais nominal do que real, quando menos desde que se desglosou da mesma o estudo da História da Literatura, que aparece formando secçom especial a partir de 1933. O derradeiro presidente ou director da secçom de Filologia foi dom Paulino Pedret Casado.

Fora do labor individual daqueles senhores, que por via de regra nom se apoiava numha cooperaçom assentada propriamente no Seminário, o trabalho nesta especialidade ficou mui por debaixo do doutras secçons, como as de Pré-História, História, Arqueologia, Geografia, Etnografia e Ciências Naturais, que, em diferente medida, constituíam equipas de trabalho ou coordenavam as suas actividades para produzir obras colectivas. Se examinamos o registo oficial das activi-

dades e as publicaçons da secçom de Filologia, obtemos a impressom de que esta levou umha vida mais bem precária.

Como trabalhos de secçom citam-se em primeiro termo os denominados «investigaçons lexicológicas». O Vocabulário galego-castelam de tipo popular, ordenado polos senhores Filgueira Valverde, Tobio Fernández, Magarinhos Negreira e Cordal Carus, começou a publicar-se polo jornal de Vigo *El Pueblo Gallego* e ficou incompleto. Nunca mais se soubo do vocabulário castelam-galego e do catálogo da língua galega nos quais se nos di que em 1934 trabalhavam vários membros do Seminário. Um estudo fonético sobre vogais galegas nom deveu de ser nunca outra cousa que um projecto nom articulado.

Mais enquadrado no labor da secçom como tal, está o esforço realizado em prol da normalizaçom da língua. Na juntança geral celebrada em Pontevedra em 1928 plantejou-se o problema da unificaçom ortográfica. Dom António Couceiro Freixomil apresentou umhas bases para a unificaçom da língua escrita, que logo fixo imprensar com um apêndice do Professor Moralejo. Em 1931 nomeou-se umha comissom que reconsiderasse o assunto. Afinal, umha ponência formada polos senhores Pedret Casado, Pereira Rial, González Garcia-Paz, Filgueira Valverde e Lorenzo Fernández, cos quais colaborarom outros membros do Seminário, redactou um texto intitulado *Algunhas Normas pra a Unificazón do Idioma Galego,* do qual se acordou a publicaçom polo Seminário em juntança geral celebrada o 15 de Outubro de 1933.

Estas *Normas* contenhem umha parte expositiva que nos interessa conhecer, pois define a grandes rasgos a filosofia que sobre a língua escrita veu a ser oficial para o Seminário. Resumamo-la a seguir.

Polo de pronto, as *Normas* som propostas para o uso particular do Seminário, e nom se apresentam como baseadas em rigorosos alicerces científicos.

O galego e o português som originariamente a mesma língua. Apesar da separaçom política, esta unidade mantivo-se até fins do século XIV. Logo, o português chegou a ser umha

das principais línguas do Mundo pola extensom do seu domínio geográfico e pola importância da sua literatura, mentres que o galego perdeu o carácter de língua de cultura. Mantivo-se, ainda assim, como fala da imensa maioria dos habitantes do país; e mesmo conservou formas que o português esqueceu, influído polo castelam, mui presente em Portugal durante os séculos XV e XVI e umha grande parte do XVII. Por outra parte, o português desenvolveu formas e giros que — ainda sendo alheios ao castelam — apresentam peculiaridades que impedem toda possibilidade de adaptar sem mais a nossa língua — que nom experimentou umha evoluçom paralela — às normas que regem actualmente o português.

Com esta filosofia, comprende-se o princípio prático que domina as *Normas* do Seminário. Nos vazios que houver que encher no nosso idioma — vazios que nom podem menos de se apresentar ao escrever de todo numha língua na qual secularmente nom se vinha escrevendo de nada —, cumpre o achegamento ao português. Esta prática vinha-se ja sostendo polo Seminário desde um princípio; por exemplo, na supressom dos apóstrofos. Mais o achegamento ao português nom deve extremar-se. Se umha construçom castelá se instalou nalgum dos baldeiros do galego, e essa construçom é «superior tecnicamente» à correspondente portuguesa, nom convém trocar aquela por esta.

As *Normas* propostas aspiram a ser completas polo que se refere ao problema ortográfico; mais no tocante à fonética e morfologia só abordam as questons implicadas naquele problema e as de mais importância para a conservaçom e o desenvolvimento do génio da nossa fala. As dúvidas resolvidas som as que atingirom umha soluçom aceitada unanimemente polos membros da secçom. Mais os pontos nom resolvidos nom devem ser causa de mágoa, pois o propósito dos redactores das *Normas* é proceder sem pressas e com siso. Dado o estado da língua, nom hai que coutar o seu desenvolvimento desbotando a riqueza de formas dialectais, ou estabelecendo regras inflexíveis de tipo fonético-histórico, ou fixando um

censo rígido de cultismos. Virá co tempo a oportunidade dumha codificaçom mais apurada.

Até aqui a exposiçom dos princípios que inspirarom aos redactores das *Normas*.

A parte dispositiva consta de três apartados: «Normas ortográficas», «Normas fonéticas» e «Normas morfolóxicas». O primeiro apartado divide-se à sua vez em três secçons: «I. Letras», «II. Siños ortográficos», «III. Ligazón de verbas sen siño». Os outros dous apartados nom apresentam análoga divisom.

Coa perspectiva dos nossos dias, vejamos os aspectos das *Normas* do Seminário que procede salientar.

Propugna-se o acento agudo para marcar as vogais longas dos monossílabos, produto de contracçons, ainda que se trate de palavras átonas e nom haja razons de diacrise que o aconselhem. Co que nom só se acentua *á* (preposiçom mais artigo), senom tamém *có* (preposiçom mais artigo) e *só* (adjectivo ou advérbio).

Com respeito ao uso da grafia *x*, as *Normas* estendem-no a todos os casos de representaçom do fonema /š/ tam só provisionalmente, por razons de conveniência actual, excluindo de momento as grafias etimológicas *g* e *j* nos casos em que procedessem. De jeito que se vê como a Secçom era partidária a longo prazo da utilizaçom desses grafemas para representar o antigo fonema /ž/, hoje enxordecido. Mais, como as *Normas* conservam o uso de *x* com som de /ks/ nos cultismos, como *nexo, exágono,* etc., apuradas polo desejo de reduzir ao mínimo os casos de confusom entre *x* /ks/ e *x* /š/, disponhem que nas palavras «enxebres», o *x* etimológico intervocálico seja convertido em *is* ou *ns,* segundo as variantes dialectais: *eisame, ensame,* e, se esse *x* ia entre consoantes, em *s,* co que teríamos *estrano* (**sic**). Isto derradeiro parece-nos ser texto corrupto, pois nom conhecemos um *x* «entre consoantes». Deveu de escrever-se no original «ante consoantes», ou «ante consoante», como indica o exemplo, no que, por suposto, o *n* por *ñ (nh)* constitui um hiperenxebrismo.

Regista-se obrigatoriamente *s* em troca de *z* final de vocábulo *(lus, vos)* e mais em inicial de palavra que em latim começasse por *s (soco, sugar)*. Estima-se que o fonema /θ/ é castelam, nom galego, e haverá que i-lo desbotando, e com ele o grafema *z*. Propugna-se, pois, o galego sisseante.

O guiom ou traço de uniom só se conserva em quatro casos. O primeiro é o caso do *i* eufónico que na pronúncia de certas comarcas galegas precede ao substantivo que começa por *a* tónico. Supomos que o Seminário nom cria que esses substantivos convertiam indefectivelmente o seu *á* em *i-á*. Os exemplos *a i-auga, a i-alma,* parecem sugerir que o fenómeno se reduz ao caso de encontro daquele *á* co *a* do artigo, ou se calhar com qualquer outro *a* em fonética sintáctica *(¿clara i-auga?)*. A institucionalizaçom na língua escrita dum feito puramente fonético e dialectal sem transcendência semántica indica um critério neste caso francamente vulgarizante e diferencialista perante o castelam e o português. Este último idioma conhece tamém esse fenómeno de epêntese, mais a língua padrom nom o regista.

O segundo caso de guiom ou traço é o caso das assimilaçons de *-s* final de substantivo, adjectivo ou pronome, e do *-r* ou *-s* de verbo, ao *l-* subseguinte da forma antiga — conservada nestes supostos — do artigo ou pronome átono de terceira persoa. As *Normas* falam de trocas daquele *s* ou *r* em *l*. Escrevem *todol-os, vol-os, cantol-o viron, querel-o neno,* e nom *vo-los,* conforme «a asisada opinión de Leite de Vasconcelos», por que «hoxe os galegos silabamos *vol-os*», afirmaçom na qual cremos advertir confusom entre o morfológico e o prosódico.

O terceiro caso de uso do traço é o do advérbio *nom* reduzido a *n* diante de palavras que comecem por vogal, e o quarto o da preposiçom *com* reduzida a *co* diante dos demostrativos ou pronomes de terceira persoa. Teríamos de escrever, pois, *n-a vin, co-eses, co-ela.* Outro triunfo do vulgarismo, ou dialectalismo, ou diferencialismo, ou fonetismo na escrita.

Em cámbio, com um critério oposto, mantém-se a ortografia tradicional no caso de *ao, aos.*

Quanto às «Normas fonéticas», consignaremos que a conjunçom *e* só se troca em *i* diante de outro *e;* que a terminaçom etimológica -INU, -INA fai *-inho, -inha* nos substantivos, mais nom nos adjectivos (assim, *vinho, rainha,* mais *fino, divina*), e que a terminaçom -IS em grego, dá *-e* em galego *(tese, necrópole)*.

Das «Normas morfolóxicas» a mais interessante é a que se refere à geraçom dos plurais das palavras rematadas em *-l*. Preceptua-se que quando sejam polissílabas agudas, formaram o plural «trocando o *l* em *s (casás, reás, caravés)*». Nos demais casos engadem *-es: ánxeles, fáciles, vales*. Dumha banda, escolheu-se a forma galega mais evolucionada; doutra, a mais fiel ao étimo. A mais vulgar e a mais «culta».

Como, por outra parte, ja indicavam cautelosamente os redactores das *Normas,* ficam fora da codificaçom pontos que nom se considerarom suficientemente madurados. Alguns som dos mais interessantes para umha normalizaçom da língua. Sobre a soluçom do sufixo ou desinência latina -TIONE, -SIONE, somente se nos proscreve a soluçom *-eón* (o galego de «escordeom», do que dim que falava Pondal): assim, jamais *naceón, ocaseón*. No entanto, ¿diremos *nación* ou *nazón, ocasión* ou *ocasón?* ¿Haverá que distinguir vulgarismos e cultismos? Sendo assim, ¿como os delimitaríamos? Nom se resolveu o Seminário a legislar sobre a matéria. Tampouco se di umha palavra sobre a soluçom do sufixo -BILE ou o plural das palavras rematadas em *-n (-m)*.

Mais à parte do estudo das *Normas* seria interessante estudar a língua galega nos trabalhos do Seminário, anteriores ou posteriores à publicaçom daquelas, nos quais achamos plantejados e resolvidos, dum modo ou doutro, problemas postos de lado polas *Normas,* que a literatura nom podia excusar. O mesmo preámbulo das *Normas* tivo de afrontar questons deste tipo.

A verdade é que polas causas indicadas, os homes representativos do Seminário empregavam um galego em que se acusa umha forte desorientaçom. É muitas vezes um galego mal aprendido, no qual o arbitrismo, o hiperenxebrismo e o

anarquismo campam como era inevitável mentres umha policia lingüística discretamente exercida nom se puxesse em marcha por autoridade competente.

Limitemo-nos a formular algumhas observaçons sobre o galego da parte expositiva das *Normas*, redactada polos membros do Seminário que deviam de possuir a mais satisfatória preparaçom. Incluímos alguns dados tomados dos enunciados da parte dispositiva. Naturalmente, excluímos as formas citadas como recomendáveis ou proscritas.

A questom da terminaçom latina -TIONE e a do sufixo -BILE resolvem-se nesse texto dumha forma absolutamente unívoca. Aquela é em galego *-zon*, e esta *-bre: unificazón, seizón, considerazón, orientazón, separazón, nazonalidade, nazonal, posizón, poboazón, innovazón, perfeizón, construzón, conservazón, soluzón, evoluzón, prescrizóns, combinazón, representazón, acentuazón, ligazón, conjunzón, preposizón, terminazón, publicazón, factibre, infrexibres.*

Igualmente sistemática é a soluçom *-za* das formas desinenciais etimológicas nas quais caberiam ou nom absorçons de iode: *forteza, persistenza, resistenza, Galiza, adolescenza.*

O plural das palavras rematadas em *-n* fai-se sempre engadindo um *-s*, tanto na parte expositiva como na dispositiva das *Normas*, ainda que esta nom legisle sobre o particular: *cuestións, prescrizóns, pretensións, razóns, exceizóns.*

O texto utiliza um arcaísmo ja proscrito no português e no castelam: *vegadas.*

Como formas falsamente enxebres ou vulgares anotaremos *científicas, concencia, comenenza* e *extranas*, esta grafiada com *x* na parte expositiva, em contradiçom coa parte dispositiva das *Normas.*

Um dos aspectos mais descuidados da língua era o aspecto sintáctico. Na colocaçom do pronome átono, muitos «seminaristas» de fala natal castelá utilizavam sistematicamente a enclise por diferencialismo contra a língua oficial. E, curiosamente, alguns que, pola sua extracçom rural, eram galego-falantes espontáneos, violentavam a sua gramática natural, por crê-la erosionada polo castelam neste ponto, e caíam

também na escrita na aberraçom indicada. Ou seja, que por oposiçom ao castelam, recorriam uns e outros à enclise em casos em que o galego claramente coincide co castelam em exigir a proclise. Este erro, do qual tanto tempo nos custou livrar-nos a alguns, e do qual outros nom nos livramos ainda, está presente no mesmo preámbulo das *Normas,* onde se lê: *os sulcos que el vaise marcando.*

Ainda que, segundo vimos, a única realizaçom inteiramente consumada da secçom de Filologia como equipa de trabalho fossem as *Normas,* na lista das publicaçons das secçons de Filologia e História da Literatura — que neste caso nom aparecem separadas —, junto ao *Vocabulario Popular Galego-Castelán* e outros estudos que nom som lingüísticos, senom histórico-literários, figura um trabalho intitulado «Unhas notas inéditas de Oviedo Arce. Verbas pra compretar o Diccionario de Valladares», que se di publicado em «Arq. IV», mais que realmente se insertou no tomo III dos *Arquivos do Seminário de Estudos Galegos.* O seu autor, Álvaro de las Casas, limitou-se a ordenar e publicar as referidas notas.

A pouca vida que, polas causas indicadas, tivo a secçom de Filologia no Seminário, deve ser posta em relaçom co galego literário da época, que aspirava a ser culto, e a miúdo era arbitrário.

Bibliografia:

SEMINÁRIO DE ESTUDOS GALEGOS. *Algunhas Normas pra a Unificazón do Idioma Galego,* Nós, Pubricazóns galegas e Imprenta, Santiago, s. d.

SEMINÁRIO DE ESTUDOS GALEGOS, *Dez Cursos de Traballo, 1923-1934,* Compostela, MCMXXXIV [Imprenta y Librería E. Paredes Valdés, Pontevedra].

[«Testemuñas e perspectivas en homenaxe ao Seminario de Estudos Galegos», *Cuadernos do Laboratorio de Formas de Galicia,* 5, Edicións do Castro, 1978, pp. 13-19.]

2.

SOBRE DIALECTOLOGIA DO GALEGO

SUBDIALECTOLOGIA

Por via de regra, os estudos feitos até agora sobre dialectologia do galego aceitam, sem plantejar-se sequer a questom da sua legitimidade científica — quer dizer, como um suposto que se impom automaticamente desde fora —, o ponto de partida proporcionado polo galego actual, no seu ámbito geográfico e social; isto é, o galego como unidade autónoma, língua oral e literária distinta de qualquer outra da Romániа; na Península Ibérica, distinta nomeadamente do castelam, do catalam e do português.

Partindo desta base, pode-se afirmar que as modalidades existentes na fala nom apresentam caracteres diferenciais suficientemente marcados para que se atribuam ao galego grupos dialectais. Nom existiriam dialectos, senom falares, dentro do galego. Esta vem a ser a opiniom de Vicente Garcia de Diego (1909), e é umha opiniom correcta se o nosso conceito de dialecto se baseia na existência de substantividades divergentes que entranhem a impossibilidade ou a dificuldade da intercomunicaçom. Nom hai dúvida que um galego-falante de Viveiro, na costa cantábrica, pode entender-se sem problemas com um galego-falante de Buéu, nas Rias Baixas. E que nom hai diferenças de estrutura que creiem interquinências ao diálogo entre um galego de Betanços e um galego de Fonsagrada. Hai diferenças de léxico e de realizaçons fonemáticas, de entoaçom e de morfologia que nom afectam à mútua comprensom. O galego nom é, pois, um conjunto de dialectos à maneira do retorrománico, por exemplo, que apresenta importantes somas de divergências entre os elementos constitutivos do grupo. Nom hai dialec-

tos dentro do galego moderno ao jeito que os hai dentro do actual complexo occitánico, co seu gascom e o seu provençal afastados por nítidas divergências. Mais esse conceito de dialecto nom é universalmente utilizado pola ciência lingüística. Realmente, o conceito de dialecto, como o mesmo conceito de língua, nom som conceitos lingüísticos, senom sociológicos, e, polo tanto, instrumentos de trabalho convencionais, que se legitimam pola sua utilidade pragmática, de acordo coa consciência social sobre a jerarquia e relaçons entre os modelos idiomáticos em presença.

Assim, outros estudiosos falam de dialectos dentro do galego, ou de subdialectos, ou de modalidades, ou de falas, e as suas conclusons nom estam em contradiçom real coas dos que afirmam enfaticamente a unidade do galego. Simplesmente, empregam outra terminologia.

Se convimos em escolher um termo de conotaçons neutras dentro do possível, como «modalidades», acharemo-nos num terreno onde cabe umha amplíssima medida de acordo, pois modalidades som tanto as variantes que podem independentizar duas fórmulas lingüísticas como aquelas que representam nada mais que inflexons normalizadas na realizaçom do sistema. Sobre esta base, empregando diversas denominaçons sinónimas para designar as partes detectadas no todo, tenhem-se proposto distintas classificaçons a distintos níveis, algumhas das quais, demasiado empíricas e demasiado vinculadas à geografia física ou política, esnaquizam nimiamente o material contemplado e carecem polo tanto de eficácia didáctica[1].

1 Lembremos, a título de curiosidade, algumhas destas classificaçons.

Saco e Arce (1867) falava dum galego setentrional e dum galego meridional. O primeiro propende mais ao uso das vogais abertas, apresenta mais tendência ao mantimento da consoante nasal *n*, desconhece o fonema /θ/, resiste-se às contraçons vocálicas; mentres que o segundo ostenta as características opostas.

Leopoldo Pedreira (1912) declara que o dialecto galego da província da Corunha é mui variado, apresentando quatro subdialectos: o *marinhao*, doce e singelo, que se fala nas rias, e de que é exemplo o *Cancio-*

A primeira divisom do galego feita com verdadeira base científica, quer dizer, como consequência da fixaçom de isoglosas e da sua agrupaçom em feixes, é a formulada por Alonso Zamora Vicente, que distingue um galego atlántico ou ocidental e um galego continental ou oriental, os quais responderiam a substratos distintos de implantaçom do latim, reflexados hoje em contados rasgos de tipo morfológico e fonético.

Esta divisom é hoje clássica, e as matizaçons que posteriores estudiosos aportarom nom a contradim. Parece ter umha base étnica e histórica, pois, ainda que alguns dos caracteres em que se funda representariam um nível mui arcaico, quiçá pré-indo-europeu, a distribuiçom actual daqueles reproduzi-

neiro de Pérez Ballesteros; o *bergantinham,* duro e áspero, que se fala na Costa da Morte e é a língua dos versos de Eduardo Pondal; o *montanhês,* que se fala nos confins da província de Lugo, e pode estudar-se nas poesias de Noriega Varela; e, finalmente, o *ulham* («subdialecto do Ulha»), terno, musical, carinhosíssimo, no qual escreverom na Idade Média Ruiz del Padrón — de quem, como é sabido, nom possuímos nengum texto galego — e Macias o Namorado, e na Idade Moderna — Contemporánea — Rosalia de Castro. Segundo Pedreira, na província de Lugo fala-se um galego mui pintoresco que pode estudar-se nos versos de Jesus Rodríguez López e Antônio Noriega Varela. O subdialecto ourensano é o mais ricaz, o mais viril e o mais próximo do português. Está representado literariamente por Curros Enríquez e Lamas Carvajal. Nas rias de Pontevedra fala-se um galego semelhante ao *marinhao.* Nom se cita nengum representante literário desta forma pontevedresa do galego; mais engade-se que nos arredores de Vigo se fala umha graciosa gíria que se chama *cadicenho,* mistura de americanismos, de dialecto regional e de vocábulos castelans. Esta modalidade foi esporadicamente cultivada por Manuel Martínez González. *Cadicenho,* porém, fai referência a Cádiz, aonde iam trabalhar muitos moços galegos que regressavam mui *majos.* Mais que americanismos, seriam andaluzismos o que esperaríamos. O *cadicenho* vem a ser o *castrapo* ou *galego-castelam chapurreado.* Rosalia deu-nos umha versom satírica desta gíria no seu artigo «El cadiceño». Até aqui — cos nossos comentários — Leopoldo Pedreira.

José de Santiago y Gómez (1918) manifesta que existem três variantes principais dialectais: a berciana, a lucense e a bracarense. Parece que esta classificaçom se inspira aprioristicamente na existência dos conventos jurídicos de Astúrica, Lucus e Brácara. Nom se sinalam características diferenciais. O autor, quando quer concretar, recorre à distinçom entre subdialecto setentrional e subdialecto meridional postulada por Saco.

Ainda que nestas propostas de determinaçom dialectológica nom faltem eventualmente intuiçons interessantes, nengumha, nem a do mesmo Saco, possui verdadeira validez. Som superficiais, ou incoerentes, ou arbitrárias, ou, simplesmente, infundadas.

ria aproximadamente a ocupaçom do país por invasores celtas ou tribos ástures. Se calhar, esta distribuiçom substratística foi depois reflectida de algum jeito, precisamente nos séculos decisivos para a formaçom do romance, nas zonas de domínio cultural das duas grandes dióceses lucense e iriense; a primeira, com sede na capital do antigo convento jurídico, prestigiada por umha velha tradiçom, e a segunda, projectada às relaçons internacionais e ao dinamismo transformador, o que nom seria incompatível coa persistência de formas de vida e formas de linguage menos erosionadas pola pressom da administraçom romana, nom apoiada num aparelho tam coerente como o vinculado à capitalidade lucense[2].

Assim teríamos um galego lucense e um galego iriense. O primeiro, frente ao segundo, caracterizaria-se foneticamente por umha maior desnasalizaçom, pola existência do fonema interdental fricativo xordo que escrevemos *z* e pola pronúncia nom aspirada da velar sonora *g;* no plano morfológico, pola soluçom *ao, -a,* do sufixo -ANU, -ANA, que unifica em *-am* o galego iriense, o que constitui na realidade umha repercussom no plano da morfologia do rasgo fonético de desnasalizaçom que assinalávamos para o galego lucense.

Estes caracteres coincidem mais ou menos cos que para Zamora Vicente distinguem o galego ocidental do galego oriental. Mais, como é natural, se a distinçom se baseia em substratos lingüísticos ou em circunscriçons administrativas, os feixes de isoglosas nom se apresentam rígidos, e hai enclaves e anomalias introduzidos polo decorrer da história. Assim, um forte elemento nasal, estendido mesmo às vogais, reaparece no extremo este do galego lucense, onde os perfeitos da primeira conjugaçom, na persoa 1, terminam em

2 A. Moralejo (1969) chama a atençom sobre o feito de que em Galiza hai diferenças fonéticas entre o galego oriental e o ocidental que parecem estar determinadas, de umha banda, polas dióceses de Lugo, Mondonhedo e Ourense, e da outra, polas de Santiago de Compostela — antes de Íria Flávia — e Tui. Retendo somente os nomes das capitais eclesiásticas de maior tradiçom e influência, aventuramo-nos a simplificar a nomenclatura, falando dum galego iriense e dum galego lucense.

nasal nom menos que os da segunda e da terceira conjugaçons, e ouvimos *faleim,* a par de *batim* e *partim.* Nessa mesma zona, o sufixo -INU resolve-se em *-im* e nom em *-inho,* e com monotongo os grupos -ULT- e -UCT- que no resto do país vocalizam em *i* a consoante implosiva. Doutra banda, dentro do galego iriense, o *s* realiza-se bem como ápico-alveolar bem como dorso-dental, o que determina, juntamente coa extensom da escala de entoaçom, importantes diferenças de consciência lingüística. Enfim, a aspiraçom do *g,* típica do galego ocidental, reaparece em comarcas extremo-orientais.

Melhor será, pois, nom vincular sistematicamente os distintos tipos fundamentais de galego a zonas geográficas estritas, ainda que a concorrência de rasgos que definem cada modalidade costume abranger um ámbito territorial suficientemente desenhado, mais nom até o extremo de que os límites sejam nítidos e nom se podam registar, como é natural, anomalias, contaminaçons e divergências locais. A atençom a nove rasgos escolhidos (1, soluçom do sufixo -ANU; 2, soluçom do sufixo -ANA; 3, plural dos nomes terminados em *-m;* 4, plural dos nomes acabados em *-l;* 5, soluçom do sufixo -INU; 6, realizaçom do fonema /*s*/; 7, sesseo ou nom; 8, distinçom ou neutralizaçom de /*s*/ e /θ/ implosivos; 9, realizaçom do fonema /*g*/) permite-nos umha classificaçom das distintas falas galegas em quatro modelos, que chamamos A, B, C e D, os dous primeiros inscritos dentro do galego iriense — sudocidental e norocidental —, e os outros dous dentro do galego lucense — central e oriental. Tomando como base as características mencionadas, podemos formar o seguinte quadro sinóptico:

SUBDIALECTOLOGIA

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
A	irmam	irmam	cans	animás	paxarinho	s	mosa	lus	gh
B	irmá	irmá	cas	animás	paxarinho	s′	moθa	lus	gh
C	irmao	irmá	cas	animás	paxarinho	s′	moθa	luz	g
D	irmao	irmá	cais	animais	paxarim	s′	moθa	luz	g

A maioria das falas locais reduzem-se a um dos quatro tipos estabelecidos. Hai outras que apresentam caracteres mistos. Dentro do galego sudocidental dam-se formas do galego que seguem o paradigma de A, pero com realizaçom apical de /s/. O quadro precedente permite formular com claridade os caracteres de qualquer fala, e situá-la dentro do paradigma. Assim o galego normativo (académico) pode indicar-se 1A, 2B, 3A, 4D, 5A, 6B, 7B, 8C, 9C; onde se emprega sempre a letra alfabeticamente anterior para registar um rasgo que está representado pluralmente no quadro, quer dizer, que se dá em mais dumha modalidade. Em consequência, no galego comum anotamos 2B, ainda que a forma *irmá* pertence tamém aos tipos C e D.

SUPRADIALECTOLOGIA

Mais, como dixemos, este estudo de subdialectologia parte do galego como língua autónoma. Cabe tamém um estudo de supradialectologia que parta do galego como dialecto, e trate de fixar a sua situaçom dentro dumha unidade lingüística superior. Se a história política nom nos impom a sua pseudomorfose na consideraçom do galego, podemos situar o problema a outro nível, e, fundados nas estruturas idiomáticas e nom nas estruturas jurídicas, entender o galego no seu conjunto como umha modalidade do romance hispánico ocidental[3], denominaçom que pode competir coa de galego-

3 O hispánico ocidental poderia ser considerado como o ramo atlántico dum complexo lingüístico que comprenderia o leonês e o castelam. A província romana de Gallaecia integrava extensos territórios ao leste da Galiza actual. Que umha massa territorial que desde o Atlántico atingia o Ebro fosse organizada baixo um só nome, nom é concebível se nom se admite que esse nome, e o gentilício correspondente, amparavam umha certa unidade étnica ou cultural. A terra dos galecos, desde o Atlántico avançava cara Numáncia. A cordilheira Ibérica constituía o seu limite coa Tarraconense. Sabemos que a meseta Norte estava tam celtizada como o maciço galaico-duriense. Os galecos, pois, os habitantes de Gallaecia, estariam dotados de algumha espécie de falar comum, na medida em que cabe expressar-se assim referindo-nos a línguas nom

-português, português ou galego — que todas forom propostas ou usadas — para designar o romance finistérrico ou extremo-ocidental. Pois galego-português designa equivocamente a língua literária dos séculos XIII e XIV, português implica o galego como um dialecto, e galego implica como um dialecto o português. E se bem numha consideraçom sócio-literária o galego pode ser visto como um dialecto — quer dizer, umha variante — do português e do ponto de vista histórico-lingüístico o português pode ser visto como um dialecto — quer dizer, umha derivaçom — do galego, a questom complica-se se nos atemos às realidades políticas. Em todo caso, a caracterizaçom do galego como póla do ibero-románico ocidental nom pode formular-se sem recorrer à comparança co português — o seu co-dialecto, se aceitamos a terminologia de Leite de Vasconcelos.

Neste aspecto, o galego representa umha situaçom arcaica que nos conservou lexemas e sintagmas desaparecidos do português actual. Como língua aliterária durante a Idade Moderna, ficou encorada, perpetuando formas que evolucionarom no co-dialecto literário. Mais a influência do castelam eliminou, de outra parte, famílias inteiras de palavras pertencentes ao campo semántico da cultura urbana, que o português conserva. No plano fonético resulta mais revolucionária que o português, pola perda das vogais nasais com valor fonológico, e o enxordecimento geral das consoantes sibilantes, pola desoclusom, e posterior enxordecimento e interdentalizaçom — onde esta se produziu — da

literárias. Podemos, pois, falar dos galecos como possuidores dum idioma indo-europeu pré-celta ou paracelta, logo celtizado, que constituiu o principal substrato do latim galaico. Este latim galaico dividiu-se em duas pólas: o galaico ocidental e o galaico oriental. O primeiro deu origem ao galego; o segundo, ao leonês. Andando o tempo, cada umha destas duas pólas atingiu umha variante marginal, variantes provocadas polo contacto com sendas formas idiomáticas estranhas ao galego: o moçárabe lusitano e o vasco. Assim, do galego desprendeu-se o português; do leonês, o castelam. Fora deste complexo teríamos o das falas pirenaicas e moçárabes. Esta interpretaçom das origens dos romances hispánicos centro-ocidentais coincide em certos aspectos coas propostas por diversos estudiosos, incluindo o galego C. P. Otero.

africada alveolar /ʃ/ > /θ/, o que afasta o seu sistema fonemático do português, que permanece mais fiel à forma primitiva. No entanto, o galego mantém a africada palatal xorda, escrita *ch*, que no português perdeu o elemento oclusivo.

Umha consideraçom completa da dialectologia do galego tem de prestar a devida atençom às falas fronteiriças ou marginais, que representam formas de transiçom, e algumhas das quais tenhem sido objecto de rigorosos estudos por Schneider, Leite de Vasconcelos, Cortés e Dámaso Alonso: formas galego-portuguesas ou galego-leonesas, como as de Melgaço ou do vale de Ancares.

[*Grial*, n.º 61, Vigo, 1978, pp. 348-353.]

Bibliografia:

Schneider pode ser considerado como o iniciador dos estudos científicos de dialectologia do galego co seu trabalho sobre o falar da bacia do Límia, publicado em 1938. O dialecto de Lubiam (Zamora) foi estudado por Luís Cortés numha monografia impressa em 1954. Dámaso Alonso e Valentín García Yebra estudarom o galego-leonês de Ancares (1961), e Manuel Fernández Rodríguez a fala de Goiam (1969).

Acarom destes trabalhos sobre unidades dialectais, estam os estudos de geografia lingüística que se ocupam da localizaçom ou distribuiçom de rasgos particulares, e aqueles que debatem problemas genéticos referentes aos mesmos. O sesseo (1951), a gheada (1952), a soluçom do sufixo -ANU (1953) e a distribuiçom de *-oit- e -uit-* (1963) forom objecto de estudo por Zamora Vicente. José L. Pensado tem abordado tamém o problema da gheada (1970). Outros trabalhos aparecem citados na nossa *Gramática Elemental del Gallego Común* (1974). Alguns mais modernos podem-se ver, especialmente, nas revistas *Verba* e *Grial*, aquela (com anexos) da Universidade de Santiago, e esta da editorial Galáxia de Vigo[4].

[4] Os textos utilizados nas notas 1 e 2 som de Saco, *Gramática Gallega* (Lugo); Pedreira, *Descripción de España* (A Corunha); Moralejo, traduçom de Walter Porzig, *El Mundo Maravilloso del Lenguaje* (Madrid), com anotaçons. Para a referência a C. P. Otero da nota 3 veja-se a obra deste autor, *Evolución y Revolución en Romance*, II, Barcelona (1976).

3.
UM EXEMPLO DE GERÚNDIO FLEXIONAL

Um infinitivo com desinências persoais é característico do galego-português, mais nom desconhecido noutras áreas românicas, ainda que nalgumhas delas, como o leonês e o napolitano — mais nom no sardo — se ache extinguido. Hai razons para crer que, no romance hispánico ocidental, o antigo imperfeito do conjuntivo latino, antes de ceder o seu posto ao mais-que-perfeito, conviveu com este, e, ao construir-se assindeticamente, foi confundido com um infinitivo, e passou a sê-lo: de jeito que umha modificaçom sintagmática repercutiu no paradigma verbal. No entanto, a transformaçom do infinitivo inflexível em infinitivo flexional, qualquer que seja a realidade histórica da sua apariçom em galego-português, pode produzir-se espontaneamente em qualquer língua, coa simples adjunçom das terminaçons persoais como expansom das formas dotadas desse exponente morfológico, à consequência dum processo de determinaçom semántica. O galego, como modalidade do galego-português, conhece desde sempre o infinitivo flexional, ainda que na sincronia actual nom o achamos universalmente estendido dentro do domínio. Faltam estudos específicos sobre este aspecto da nossa geografia lingüística.

Outra forma nom persoal em latim, o gerúndio, pode tomar tamém em galego-português desinências indicativas do sujeito do verbo. Mais esta particularidade morfológica, o gerúndio flexional, tenha-se originado independentemente do infinitivo — ainda que paralelamente, como efeito da mesma força de concreçom formal — ou por contaminaçom deste, é um fenómeno muito menos documentado, ja que na fala é desde logo mais raro, e a sua repercussom na escrita inteiramente insólita.

Alguns dados sobre a sua vigência em galego forom oferecidos por nós como contribuiçom à homenage recentemente tributada ao Doutor Hans-Karl Schneider com motivo da sua jubilaçom[1]. A filologia galega tem contraída umha dêveda de grande importáncia co autor dos «Studien zum Galizischen des Limiabeckens (Orense-Spanien)», publicados na revista *Volkstum und Kultur der Romanen,* de Hamburgo, em 1938. Esta monografia inaugura propriamente os nossos estudos de dialectologia científica. Era justo e digno que algum estudioso galego colaborasse na ocasiom indicada aportando qualquer notícia que se inscrevesse no campo tam brilhantemente cultivado polo professor Schneider nos seus anos juvenis.

Alguns rastos dum gerúndio com flexom persoal em português forom detectados por dous colaboradores da *Revista Lusitana.* J. J. Nunes, tomo VII, «Dialectos algarvios», e Celestino Monteiro Soares de Azevedo, tomo XXVII, «Linguagem popular de Ervedosa de Douro», recolherom formas como *em tu estandos* e *ganhândomos,* que nos apresentam versons flexionadas das persoas 2.ª e 4.ª Nalgumha outra monografia reaparece essa segunda persoa: *indos.*

Em Galiza acha-se um gerúndio persoal em Castelao: *voltándomos.* J. Alonso Montero (*Grial,* n.º 13), ao verificar a sua presença em *Un ollo de vidro,* perguntava-se se nom existiria na fala. Na nossa nótula de homenage a Schneider, «Gerúndio galego com desinências persoais», assinalamos a sua presença em Rianjo, pátria de Castelao e da nossa informante Maria do Carmo Garcia Rodríguez, do Seminário de Galego da nossa Universidade[2]. Ja na nossa *Gramática* (1974)

1 «Xerundio galego con desinencias persoáis», en *Filología y Didáctica Hispánica, Homenaje al Profesor Hans-Karl Schneider,* Helmut Bushe Verlag, Hamburg, 1975, pp. 29-31.

2 No nosso citado artigo lembrávamos o texto de Castelao, *Voltándomos ao cimetério,* que temos por um *hápax* dentro da literatura galega. E seguíamos:

«Em procura da realidade deste fenómeno lingüístico tam interessante, temos feito a correspondente pesquisa no concelho de Rianjo, ainda que nom se explorarom até o momento todas as entidades de

recolhíamos a vigência de formas como *víndomos* e *sêndomos*. Cuidamos que é esta toda a bibliografia existente sobre o fenómeno.

Em Santa Comba de Rianjo e em Santa Maria de Leiro som conhecidas as formas desinenciais do gerúndio correspondentes às persoas 4.ª e 5.ª Haveria que fazer inquéritos fora dessas duas freguesias contíguas para fixar a extensom do fenómeno na fala rianjeira e no galego em geral.

O gerúndio em Rianjo conjuga-se, pois, assim:

1 vindo	4 víndomos
2 vindo	5 víndodes
3 vindo	6 vindo

Nunca temos ouvido a forma 2 *vindos,* que corresponderia às portuguesas *estandos, indos,* suficientemente abonadas.

A flexom do gerúndio pode ter-se formado espontaneamente, mediante a adiçom das desinências persoais, como Adolfo Coelho, Leite de Vasconcelos, e outros, postularom que acontecera no caso do infinitivo. Daquela, se nom supomos as desinências transferidas desde umha prévia flexom do

povoaçom que constituem o município. A nossa ajudante Maria do Carmo Garcia Rodríguez, nativa da indicada comarca, tem-nos ja, porém, fornecido informaçom suficiente para sentar algumhas afirmaçons.

Castelao tomou efectivamente o morfema desinencial de quarta persoa, aplicado ao gerúndio, da fala viva da sua vila natal, na que ainda hoje está vigente nos lábios de persoas de certa idade. Assim, o senhor Justo, dito *Caramujo,* marinheiro jubilado, duns setenta e cinco anos de idade, construi frases como esta: 'víndomos (víndodes) da rapeta, pescou-nos a lanchita'. Outras muitas persoas da mesma capital do concelho (parróquia de Santa Comba), de condiçom e idade análogas às do citado sujeito, usam ou conhecem as formas do gerúndio desinencial correspondentes às persoas quarta e quinta, se bem hai outros muitos rianjeiros que somente usam actualmente a forma em *-mos*. A gente moça desta parróquia, ao menos na sua maior parte, tem esquecido o uso do gerúndio persoal.

Na vizinha parróquia de Santa Maria de Leiro, a forma em *-mos* tem mais vigência que em Santa Comba, mentres que — sempre segundo os dados provisionais e incompletos que até agora obtivemos — a forma em *-des* é mais insólita no uso, ainda que todos os interrogados a reconhecem como natural e legítima se se lhes comunica. É de advertir que nesta parróquia o uso do infinitivo conjugado é mais habitual do que na capital do concelho.»

infinitivo, senom que partimos da base e das desinências persoais latinas, estas seriam:

1 -M > -0	4 -MUS > -mos
2 -S > -s	5 -TIS > -des
3 T > -0	6 -NT > -m

O que teria gerado o seguinte paradigma:

1 vindo	4 víndomos
2 vindos	5 víndodes
3 vindo	6 vindom

Como de feito nom se dam as formas 2 e 6, para as quais nom vemos nengumha dificuldade na estrutura fonética e fonológica da língua, podemos pensar que, ao menos na fala rianjeira, o gerúndio persoal se formou sobre o infinitivo. Se tomamos nas mans umha gramática histórica do romance hispánico ocidental, por exemplo o manual de Williams, veremos que se dam como terminaçons do infinitivo os conjuntos de fonemas que arrancam da vogal temática. Mais o *e* final da forma clássica do infinitivo pode desaparecer, de acordo coas leis da fonética histórica, ou subsistir eventualmente como paragógico, salvo no caso das desinências das persoas 2 e 6, nas que o *e* tem que manter-se porque nom som possíveis em galego-português as seqüências finais *-rs, -rm*. Quer dizer, que como latim -s dá galego *-s,* e latim -NT dá galego *-m,* teríamos 2 **virs* e 6 **virm,* o que nom pode ser; e isto impede que nessas persoas desapareça o *e*. Assim, esse *e* pode ser considerado como formando parte hoje da desinência persoal do infinitivo, ja que a forma nom flexionada termina em *-r*. Entom, as desinências persoais do infinitivo seriam (e assim as regista Vidos, para citar um autor familiar aos nossos estudantes) as seguintes:

1 -0	4 -mos
2 -es	5 -des
3 -0	6 -em

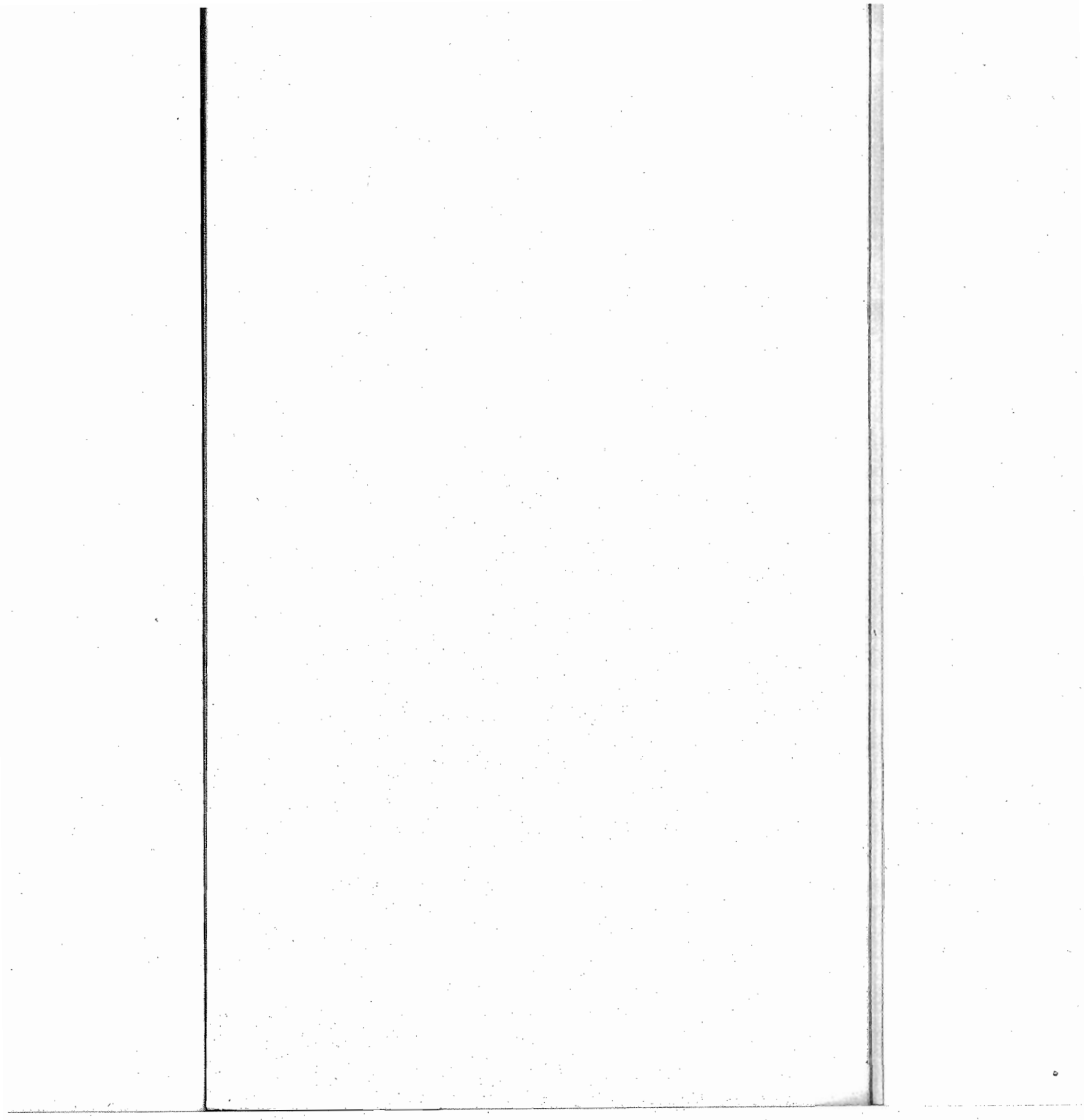
Daquela, ao partirmos destas terminaçons e extrapolarmo-las ao gerúndio, teríamos:

2 *víndoes 6 *víndoem

Estas formas, indubitavelmente, nom calharom por dificuldades fonéticas, aparentemente por ter sido bloqueada a sua evoluçom normal como conseqüência, se calhar, do tardio do processo. Esse *e* subsistente no infinitivo como vogal de encosta do *-r* implosivo da base, agora transformado em explosivo, e o *-s* e o *-m* desinenciais resultariam no gerúndio assimilados à vogal anterior, e produziria-se umha monotongaçom que, nom apresentando problemas fónicos, pois **vindos* e **vindom* nom som fonologicamente estranhos ao sistema, deveu nom obstante resultar desfigurada funcionalmente dentro do conjunto paradigmático. A força da nivelaçom fonética do idioma, ja debilitada, nom actuou, e as desinências forom rejeitadas. Ou seja: ao plantejar-se a possibilidade dum **víndoes* e um **víndoem* acarom dum *vires* e um *virem,* manifestou-se na estrutura da língua a repugnáncia polo hiato; e nom havendo ja energia para nivelar o desequilíbrio fonético, desistiu-se da regularidade morfológica. Nom temos notícia de que **vindom* tenha sido descoberto por nengures. Se *vindos,* em troca, é possível em português, o certo é que até agora nom o temos denunciado em galego.

Fora destas hipóteses interpretativas dos feitos, é positivo que o galego rianjeiro conhece um gerúndio persoal, com flexons próprias das persoas 4 e 5. A primeira é muito mais usada; porém, a influência da morfologia castelá tende a pospor como anómala, na fala da gente moça, esta notável e pouco conhecida particularidade idiomática.

[*Grial,* n.º 50, Vigo, 1975, pp. 497-499.]



4.

«PROVIÇO» E «PROVISO»

Se temos de crer a Serafim da Silva Neto, o vocábulo *proviço* é um *hápax* na literatura portuguesa. Aparece, com efeito, umha vez só, em André de Resende, *A Santa Vida e Religiosa Conversação de Frei Pedro*. Ao esconjurar este religioso aos demos que o atormentavam em forma de arrepiantes visons, chama-lhes *proviços*. O falecido filólogo brasileiro interpreta *proviço* como «perverso, maldito, destinado para o inferno». Quanto à etimologia, mostra-se indeciso. Comunica-nos que, no entanto, se inclina a considerar provável que o núcleo semántico é a palavra arcaica *provinco* — PROPINQUU. De feito, na Beira Alta dá-se o nome de *probinco* ao demo. A forma *proviço* seria umha deformaçom como resultado dum cruzamento com outra voz de significado análogo, se calhar *praviço*. Do valor primitivo de «parente» passaria a especializar-se como designativa de «parente de Satam», para terminar designando o demo em persoa[1].

O curioso é que em galego moderno, *proviso* ou *porviso,* que parece o próprio *proviço* conformado à fonética ou à ortografia actual, esse *hápax* do português, é voz viva e mui viva, polo menos em certas áreas da nossa terra. Dieste emprega-a na sua *Fiestra Valdeira* coa significaçom de «dianho»[2]. Seja o demo maior ou qualquer diabrete ou trasno

1 Serafim da Silva Neto, *Ensaios de Filologia Portuguesa,* São Paulo, 1956, pp. 173-176.

2 «¡Ti mesmo él-o porviso, rapaz!» (Rafael Dieste, *A Fiestra Valdeira,* Editorial Citania, Buenos Aires, 1958, p. 16.) O *porviso* rianjeiro tem, por suposto, escassa semelhança co dianho de tradiçom católica. O *porviso* é um ente da mitologia popular, de substrato pré-cristam, umha espécie de trasno, ou tardo, mais escachapedras ou atravessado que propriamente mau. Mais têmeros som em Rianjo o urco e o tabeirom. Do urco tamém se fala em *A Fiestra Valdeira* (pp. 20 e segs.). Nom topo

menos distinguido, o nome é comum na comarca arousana. Tamém o tenho registado na Amaía, e no Ulham. Em Riba-Sar ouve-se: «Dixo que traguia umha mulher mui feita, e aquelo era um porviso.» Aqui, pois, significa visom espantável, algo têmero ou laido. Em Rianjo, à beira do mar, na fala dos marinheiros, di-se *porviso;* mais ao afastar-nos da ribeira, ouvimos aos lavradores *proviso*. Nom me consta que a palavra viva noutras terras mui afastadas, como nalgumha comarca do Oriente da província de Lugo, onde informadores respeitáveis me dim ter notícias do seu uso. Outras persoas daquela zona a quem interroguei, desconhecem-na totalmente.

Parece claro que o significado primitivo da voz galega foi visom, visom do outro mundo, visom têmera, visom arrepiante, espírito maléfico, demancho, dianho, e chegou a usar-se metaforicamente para designar umha persoa feia. Nalguns pontos, a metáfora lexicalizou-se, e perdeu o sentido originário. *É umha visom,* ouve-se a cada momento, querendo dizer singelamente «é mui feio». Assim que semelha a sua etimologia ter por base o particípio de VIDEO.

O *hápax* português nom tem aparências de ser outra cousa que a viva voz galega[3]. A semántica une ambas as formas. A distinçom hoje é meramente ortográfica. Ao perderem as africadas o elemento oclusivo em galego-português, produ-

porviso nos dicionários, nem em Risco («Etnografía: cultural espiritual», em *Historia de Galiza,* tomo I); mais Crespo Pozo, *Contribución a un Vocabulario Cast.-Gall.,* p. 252, s. v. *diablo,* regista *previso* (Padrom).

3 Por outra parte, o galego histórico apresenta, paralelamente ao português, um *proviço:* «Et sabede que en esta terra de pionja ha moytos montes et sserras moỳ altas et poucos chãos, et achan ỳ estraỳas marauillas et moỳ desauariadas et homes de moỳtas maneỳras. Et bestias et *proviços* et aues outrossỳ de moỳtas naturas.» (*Crónica Troyana,* A Corunha, 1900, p. 183.) Kelvin M. Parker regista este *proviço* no seu *Vocabulario* entre os «materiales problemáticos», perguntando-se se significa *duende, trasgo, imp, sprite, elf.* O original francês (Benoît de Sainte-Maure, *Le Roman de Troie*) reza: «E de Peoine, une contree / Ou mainte merveille a trovee, / / Quar es forez e es montaignes / Dont mout i a plus que des plaignes / / Veit l'om folez e satereaus / Bestes sauvages e oiseaus / De mil manieres e de plus...» (Parker, *Vocabulario de la Crónica Troyana,* Salamanca, 1958, p. 289.) No vocabulário de Rodríguez que figura na ediçom da *Crónica,* tomo II, p. 344, *proviço* declara-se como «fruta», o que carece de qualquer fundamento.

zirom-se muitas confusons na grafia. Africadas e fricativas, sonoras e xordas, as sibilantes enguedelharom-se amiúde. Mais pode haver outra explicaçom, mesmo um cruzamento. Nom imos afundar agora na questom. Nom temos notícia de que os dialectólogos portugueses tenham detectado essa voz nalguns falares do seu país com posterioridade à publicaçom do trabalho de Silva Neto[4]. ¿Realmente, será vocábulo extinto na fala viva em Portugal, em todo Portugal, quando em Galiza goza de tam boa saúde?

Vale a pena um estudo completo de tipo lingüístico e etnográfico sobre a matéria[5].

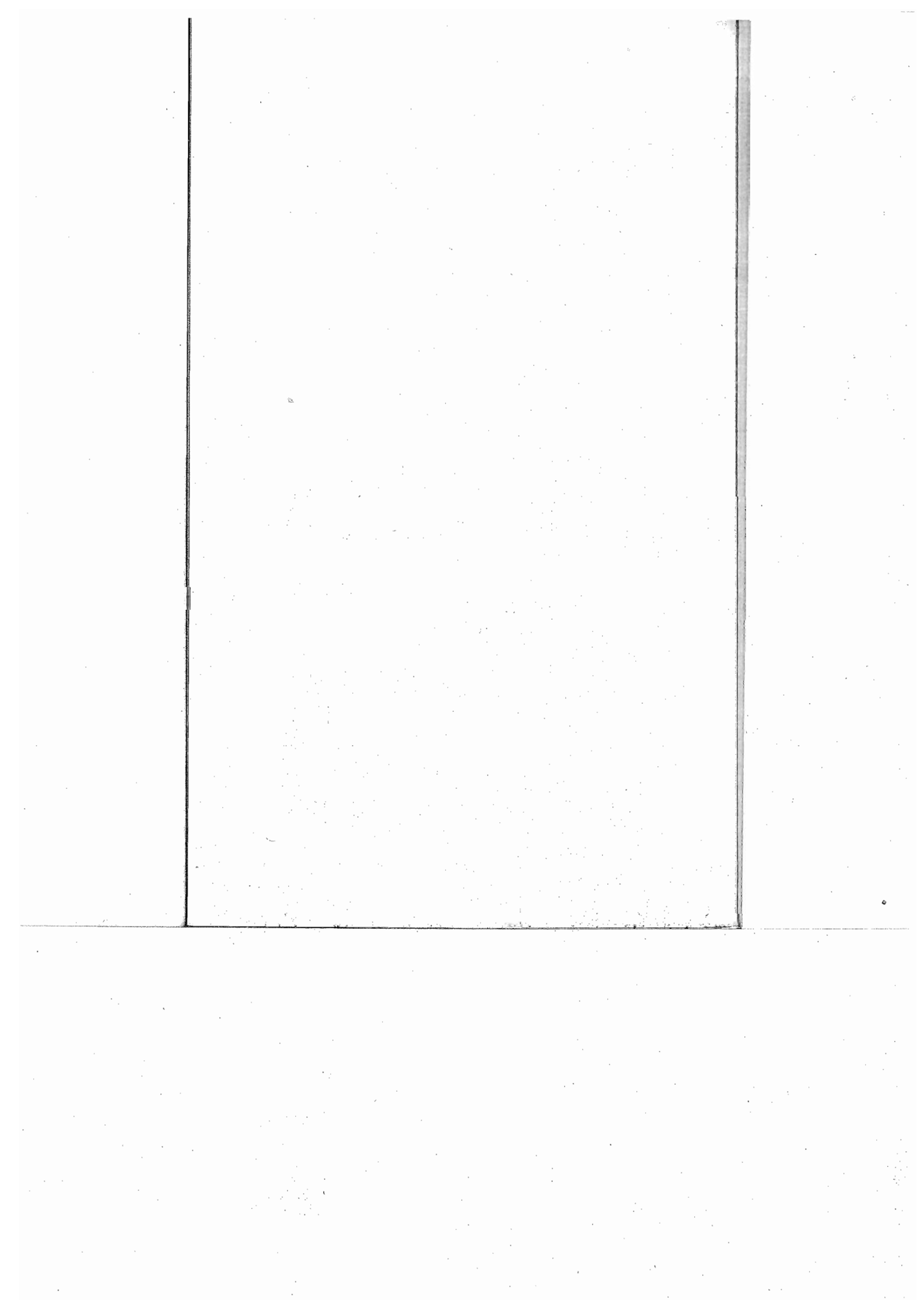
[*Sobre Lingua e Literatura Galega,* Vigo, 1971, pp. 233-235.]

4 No entanto, no *Elucidário* de Viterbo, edição crítica, Barcelos, 1966, II, 500, figura *proviso* «palavra de impropério». O mesmo que «mofino, perverso, maldito, destinado para o inferno». Som as próprias expressons de Neto antes copiadas.

5 Acho agora outra mençom de *proviço* em galego-português medieval. Está nas *Cantigas de Santa Maria,* n.º 59 (ediçom de Mettmann, vol. I, p. 170):

> Fazendo assi seu offiço,
> mui gran tenp'aquest'usou,
> atẽes que o *proviço*
> a fez que se namorou
> do cavaleiro e punnou
> de seu talante comprir.

Segundo me comunica o Professor Pensado Tomé, a palavra *previco,* sem dúvida erro por *previço,* figura na *Colección Histórico-Diplomática del Ayuntamiento de Oviedo* por Ciriaco Miguel Vigil, Oviedo, 1889. Acha-se no «Glosario de algunas voces anticuadas, tomado en su mayor parte de autores de reconocida competencia, como el P. Andrés Merino de Jesucristo, Fray Francisco Sota, D. Aureliano Fernández Guerra y Orbe, V. Vignau y otros...» A glosa di: «*previco,* hechicero, encantador, adivino» (p. 554). Seria indispensável o exame do contexto para poder assegurar que nom se trata mais bem de 'dianho'. [Recentemente deu-se-nos o artigo que eu solicitava nas palavras finais do texto deste meu. Veja-se Joseph M. Piel, «Um problema de demonologia linguística: gal. *proviso,* port. *proviço,* cast. *provizo* 'diabo' mais *proviceiro/provicero* 'feiticeiro'», em *Verba,* Anuario Galego de Filoloxía, vol. 5, 1978, pp. 5-11.]



5.

TESTEMUNHOS GRÁFICOS DO GALEGO *DECER*

O Professor Pensado, no seu estudo sobre o *Dicionário* de Francisco Javier Rodríguez[1] (que, em vista das investigações do catedrático de Salamanca, teríamos de denominar doravante *Dicionário de Rodríguez-La Iglésia*), faz algumas referências ao galego *decer* «dizer», distinto, por suposto, de *decer* «descer». Estas referências reduzem-se ao registo da palavra em Valhadares[2], Carré[3] e o *Vocabulario Popular Galego-Castelán*[4], e à afirmação de que não temos nenhuma prova gráfica da sua existência[5]. Entendemos, naturalmente, tal afirmação no sentido de que *decer* < DĪCĔRE não aparece documentado em texto algum, fora daqueles dicionaristas[6], que não citam autoridades. Carré inclui o termo como «arcaico».

A ausência de documentação de *decer* «dizer» que Pensado constata, parece induzi-lo ao cepticismo pelo que se refere à existência real dessa forma verbal galega.

1 José Luís Pensado, *Contribución a la Crítica de la Lexicografía Gallega,* I — *El Diccionario Gallego-Castellano de F. J. Rodríguez y Su Repercusión en la Lexicografía Gallega,* Universidad de Salamanca, 1976, pp. 173--175.

2 *Diccionario Gallego-Castellano,* Santiago, 1884.

3 *Diccionario Galego-Castelán e Vocabulario Castelán-Galego,* A Coruña, 1972.

4 *Vocabulario Popular Galego-Castelán,* «El Pueblo Gallego», Vigo, 1926.

5 Pensado, p. 175.

6 Vicente García de Diego regista *decer,* ao lado de *decir, dicir, dicer* como formas actuais, e os compostos *contradecer, desdecer* e *maldecer* (*Elementos de Gramática Histórica Gallega,* Burgos, 1909, pp. 112, 138, 182; e os correspondentes lugares do seu *Manual de Dialectologia Española,* Madrid, 1948 e 1959). Não *decer,* mas sim *bendecer* e *desdecer* acham-se registados em Eladio Rodríguez González, *Diccionario Enciclopédico Gallego-Castellano,* s. v. (I, pp. 11 e 544; II, p. 69). Cf. César Oro, «Fluctuaciones morfológicas en gallego. Verbos en *-er*», em *Verba,* 3, Universidad de Santiago, 1976, pp. 186, 188, 192, 195, 196, 198, 201.

É de supor que o estudo de Pensado foi elaborado com anterioridade à publicação de *Prosa Galega I*[7], tomo em que recolhi textos dos princípios do século XIX nos quais tal forma está presente. Mas fora desses textos achamos também *decer* «dizer». Ainda que *dizer* seja a forma normal do galego antigo, nas *Cantigas de Santa Maria* regista-se, excepcionalmente, *dezendo,* já com a sequência *e-e* em troca de *i-e*[8]. E a forma *decer*[9], ortografado assim ou *dezer, deser,* aparece testemunhada como a própria do galego médio, como vamos ver a seguir.

O testemunho mais antigo que conheço acha-se numa carta de Briatis da Serra dirigida em 1603 ao Conde de Gondomar, D. Diego Sarmiento de Acuña. Nela lemos: «siñificaba a v m o muyto gosto e contento que tiña y os desta cassa de v m por me *dezeren* que v m y a senora dona Costanssa y os senores fillos y o sor yrman don Garcia todos tinan saude[10].

Documentamos assim mesmo a forma que nos interessa nas cartas dirigidas em 1605 ao próprio Conde pelo seu parente D. Diego Sarmiento de Saavedra.

Na primeira, datada de 8 de Abril, temos: «E ysto podo eu *dezer* por v. m.[11]». E na segunda, de 20 de Setembro: «E así naom poso deixar de *dezer* isto[12]».

7 Cátedra de Linguística e Literatura Galega, Universidade de Santiago, *Prosa Galega,* I — *Desde os Primeiros Oitocentistas ao Grupo «Nós»*, Galaxia, Vigo, 1976.

8 «Mas aquele foi-llo negar, / *dezendo:* Gran torpidade / fezestes sol desto cuidar, / e allur o demandade.» «E tan muito o foi seguir / que ja non pude mais mentir, / e o frade fez o vĩir, / *dezendo:* Por Deus, uviade.» Cf. Walter Mettmann, *Afonso X, o Sábio. Cantigas de Santa Maria,* vol. II, pp. 349-350: cantiga 239, versos 15-18 e 55-58. O câmbio de vogal radical *i* para *e* dá-se também em falares fronteiriços de Trás-os-Montes, onde hoje se ouve *dezerei, dezeria, dezesse,* como indica Maria José de Moura Santos no seu trabalho da *Revista Portuguesa de Filologia,* Coimbra, 1967, pp. 234-235.

9 No futuro, sempre que neste artigo escreva *decer,* referir-me-ei a *decer* «dizer», se não indicar expressamente que se trata de *decer* «descer».

10 Lois Tobio, «Outras dúas cartas en galego a Gondomar», em *Grial,* n.º 57, Vigo, 1977, p. 366.

11 Lois Tobio, «Gondomar e o galego», em *Grial,* n.º 40, Vigo, 1973, p. 142.

12 *Ibid.,* p. 143.

Passemos agora aos textos de fins do século XVII que se nos conservaram no livro das *Fiestas Minervales* (1697).

Nele encontramos *dezer, decer* como única forma usada.

Juan del Río y Otero: «Esto todo do Arçobispo / *decer* moi ben se pudera[13]».

Juan Correa Mendoza y Sotomayor: «E esto de escrivir por contas / he *dezernos* que rezemos[14]». «Que se pode ben *dezer*[15]». «Oin *dezer* os mais vellos[16]».

Bernardo Vallo de Porras: «Que alumea entendementos / se pode *dezer* en parte[17]».

Juan Antonio Torrado: «Logo, ben podo *dezer,* / falando coa boca chea[18]».

Não será excessivo oferecermos um novo testemunho de *decer* de fins do século XVII, dum autor que participou nas *Fiestas Minervales* de 1697. Este autor, que assina Azagra, aparece com o nome de Frei Manuel de Losada ou Trasvilla no volume citado, com poesias escritas em castelhano exclusivamente. Mas o Doutor Pensado, precisamente, publicou um vilancico galego do mencionado poeta no qual se confirma mais uma vez que a forma em *-er,* com *e* no radical, era a vigente naquela época. A estrofe final do vilancete diz:

> As Pastores lle ten Ley,
> *deçendolle:* enamorado,
> quen vos trougo acá, *dezei,*
> entre Bestas, sendo Rey?
> Y el *dezía*: Mal Peccado[19].

O cura de Fruíme também conhece *decer:* «Moitas veces presumín / *decérvolo,* como agora[20]».

13 *Fiestas Minervales,* Santiago, 1697, p. 32.
14 *Ibid.,* p. 37.
15 *Ibid.,* p. 38.
16 *Ibid.,* p. 39.
17 *Ibid.,* p. 45.
18 *Ibid.,* p. 50.
19 X. L. P., «Un vilancico galego inédito», em *Grial,* n.º 42, Vigo, 1973, p. 487.
20 *Escolma de Poesía Galega,* II — *A Poesía dos Séculos XIV a XIX (1354-1830),* Galaxia, Vigo, 1959, p. 294.

No *Papel de Toribio,* um texto inédito do século XVII ou do XVIII[21], que se encontra em poder do Departamento de Filologia Românica desta Faculdade, achamos: «E que lle bas a *decer*».

Observamos que o *c* do étimo, palatalizado pela vogal seguinte, perdeu na ortografia galega, entre as *Cartas* e as *Minervales,* todo o resíduo de sonoridade e africação. Na época das *Minervales,* sem dúvida a pronúncia desse *c* nesse contexto era a mesma de hoje: /θ/ ou /*s*/, /*š*/, segundo as zonas dialectais.

Reencontramos *decer* em 1810, nas *Proezas de Galicia.*

Na parte incorporada na minha antologia aparece o gerúndio: «*decendo* que viña Sul de Portugal con doce mil homes[22]». O que não exclui a forma com *i:* «*dicíndose* trescentas mil pestes[23]».

Em 1812 registo o infinitivo *decer* como forma exclusiva na *Carta* que firma Ramón González Senra: «e *decerlle* catro cousas[24]»; «agora xa un home pode *decer* cunha honrada fachenda que non leva dous ás costas[25]»; «oín eu *decer* en Cais[26]»; «Non lle podo *decer* máis[27]».

Noutro texto da mesma data alternam *decer* e *dicir:* «Oín *decer* que moitos levan correspondenza con vustede sin verse[28]». «Moito tiña que *decerlle* sobre desto e outras cousas[29]»; «podemos *dicir* agora[30]».

21 Trata-se do papel da personagem Toríbio dum entremez ou sainete do qual não se conservam ou se conhecem mais partes. A letra e outros aspectos exteriores obrigam-nos a datar o manuscrito como se indica no texto. A linguagem confirma essa data cronológica. É, pois, um dos mais antigos nacos dramáticos galegos conservados e conhecidos até agora. Teve que ser redigido nalgum ponto do Sudoeste da Galiza, como indica o «sesseo» que se reflecte na escrita. Darei a conhecer proximamente este curioso escrito, de que vale a pena estudar a língua detidamente.

22 *Prosa Galega,* p. 15.

23 *Ibid.,* p. 14. O infinitivo, no naco seleccionado, aparece na forma *decir:* «¿Ti non creerás o que che vou a *decir?*» (P. 14.)

24 *Prosa Galega,* p. 17.

25 *Ibid.,* p. 18.

26 *Ibid.,* p. 20.

27 *Ibid.,* p. 20.

28 *Ibid.,* p. 21.

29 *Ibid.,* p. 21.

30 *Ibid.,* p. 21.

Em 1813 anotamos formas novas que remontam a *decer,* mas conjugado sempre o verbo com «sesseo»: «E *desédeme:* hai moito que fóchedes á vila?[31]»; «E *desédeme,* Minguiño[32]»; «Qué *desedes!*[33]»; «a rexencia, que *desedes* que botaron[34]»; «todo o que *desedes* está pasando[35]»; «*Desería, deseria,* porque voso tío é... como Dios o sabe[36]»; «Se vos hei *deser* a verdá[37]»; «que quere *deser* sin carantoña[38]»; «Tamén discurriron os inquisidores *desernos*[39]»; «*Desénos* algo del[40]»; «E *deséme,* ho[41]».

Neste texto acho uma vez *desir:* «*desir* que manteñamos a religuión pura[42]».

Noutro texto do mesmo ano encontramos a mesma alternância, desta vez sem «sesseo»: «Eu queríache *decir* algo[43]»; «che volvo a *decer*[44]».

Nos textos de 1820 que figuram em *Prosa Galega* não há nenhuma forma do verbo que permita reconstruir o infinitivo. As formas presentes são *dis*[45], *dixeron*[46], *dixen*[47].

Em 1836 o infinitivo é já exclusivamente *dĕcir*[48] ou *desir*[49]; o gerúndio *desindo*[50]; o imperativo *decí*[51] ou *desí* [52]; o futuro *diréi*[53], *dirás*[54], *dirán*[55]; o condicional *diría*[56]. O verbo *decer* desaparecera[57].

Porém, se passamos dos primeiros oitocentistas aos autores

31 *Ibid.,* p. 23.
32 *Ibid.,* p. 24.
33 *Ibid.,* p. 23.
34 *Ibid.,* p. 24.
35 *Ibid.,* p. 24.
36 *Ibid.,* p. 23.
37 *Ibid.,* p. 25.
38 *Ibid.,* p. 25.
39 *Ibid.,* p. 27.
40 *Ibid.,* p. 25.
41 *Ibid.,* p. 26.
42 *Ibid.,* p. 28.
43 *Ibid.,* p. 29.
44 *Ibid.,* p. 30.
45 *Ibid.,* p. 31.
46 *Ibid.,* p. 31.
47 *Ibid.,* p. 33.
48 *Ibid.,* pp. 34-42, 44, 49, 50 e 57.
49 *Ibid.,* pp. 36, 37 e 52.
50 *Ibid.,* p. 54.
51 *Ibid.,* pp. 44 e 63.
52 *Ibid.,* p. 34.
53 *Ibid.,* pp. 38 e 54.
54 *Ibid.,* p. 45.
55 *Ibid.,* p. 49.
56 *Ibid.,* p. 47.

57 As abonações de *decer* e as formas derivadas, como opostas às de *decir* e as correspondentes a esta, apresentadas neste artigo, referem-se sempre, como anotámos, aos textos antologizados em *Prosa Galega.* Não temos pesquisado as partes dos textos que não se incluem na antologia, no caso de que esta não reproduza a totalidade daqueles. Mas os exemplos verificados chegam para o nosso fim.

do Ressurgimento, tornamos a achar alguns testemunhos gráficos de *decer*. Apresentamos os que seguem.

Um texto de 1863:

> Vamos, meu pai, á *decer*
> que na vila estoutro dia
> cando de misa salia,
> como tiña algún leser
> fun à praza para ver
> se habia moitas sereixas
> (este non é darvos queixas)
> e alí encontrei a Catuxa
> berrando coma unha bruxa:
> ¿Quén quer mercar as carqueixas[58]?

Outro de 1881: «Vai saíndo longa de máis esta carta; por esto vou acabala, *dicéndoche* que, cando rapaces, con pouco diñeiro se mantía unha casa[59]».

Agora um de 1886: «Como iste traballo non se pubricóu, a lo menos que nosoutros sepamos, non podemos *decer* nada respeuto a il[60]».

Também encontramos *decer* num texto de 1891, de Francisco Romero Blanco, onde se lê: «e oírlle *decer* que o queria»; «tiña vergonza de *decer* o seu pecado[61]».

O mesmo Curros Enríquez, no seu prólogo ao libro *Aturuxos,* de Ramón Armada Teixeiro (1897), utiliza *dicer:*

58 Vicente Fociños, «Gritos en Santiago», em *Galicia. Revista Universal de Este Reino,* A Corunha, 1 de Julho de 1863.

59 Justo Pico de Coaña, «Literatura gallega. Carta a Bastián da Pallarega, en Boston (Estados Unidos), subdialecto de la costa de la provincia de Lugo, entre Vicedo e Burela, Vivero, 30 de Mayo de 1881», em *La Ilustración Gallega y Asturiana,* tomo III, n.º 21, Madrid, 28 de Julho de 1881, p. 249.

60 Juan Manuel Rodríguez de Cea, «Fillos de Galicia que na autualidade cultivan no libro ou na prensa o dialeuto gallego. Lixeira idea das suas obras». Memória premiada no Certame Literário de *O Galiciano,* celebrado en Pontevedra o 9 de Agosto de 1886, e publicada no livro *Produciós premeadas...,* Pontevedra, Imp. de José Alfredo Antúnez, 1886, p. 93.

61 Francisco Romero Blanco, «Un amor que mata e outro que da vida», em *El Fin del Siglo,* número extraordinário, Santiago de Compostela, 24 de Julho de 1891.

«Pola época i o medio en que se concibéu e sai á luz, pode *dicerse* que este libriño é un estranxeiro[62]».

Num Vocabulário de princípios do século XX achamos as seguintes entradas: «*Asegurar:* Decer.» «*Bendecir:* Bendecer, bendicir[63].»

Desdecer é recolhido por Ibáñez no seu dicionário[64].

Ainda que de momento não possamos encher as lacunas que oferecem os testemunhos do galego escrito para a forma *decer,* um estudo da literatura galega do Ressurgimento, que não temos realizado, orientado no sentido correspondente, dar-nos-ia, com seguridade, novos exemplos daquele vocábulo. Nalgum caso, como o de Romero Blanco, poder-se-ia pensar que tomou a palavra de Valhadares, e por isso não teria autoridade para certificar a continuação da tradição. Mas que *decer,* ainda que muito abafado por *decir,* respirava ainda, e podia aparecer, portanto, na escrita, prova-o o feito de que *decer* é usado mesmo hoje nas falas populares, é forma viva do galego actual.

Não é, pois, *decer* uma forma arbitrária ou indocumentada, senão uma forma autêntica do galego médio, que ou se formou então por assimilação vocálica do *i* do radical ao *e* da desinência, assimilação favorecida pelo enfraquecimento da pronúncia, produtora de obscuridade do timbre, ou aflora à escrita desde uma vida oral que pode ser muito antiga. Também poderia explicar-se por outras razões de carácter fonético ou por cruzamentos semânticos, e mesmo por influência do castelhano, que também abriu em *e* o *ĭ* do étimo. O cruza-

62 *Obras Completas de Curros Enríquez,* V — *La lira lusitana, La señorita de aldea, De mi álbum, Artículos y poesías en gallego y castellano, precedidas de un admirable estudio crítico por el Excmo. Sr. D. Segismundo Moret, seguidas de importantes juicios acerca de la labor literaria de Curros Enríquez, por eminentes literatos, y con el aditamento de diversas notas escritas por el recopilador de estas obras,* Madrid, Librería de los suc. de Hernando, Calle del Arenal, n.º 11, 1912, p. 219.

63 Jacinto del Prado, *Vocabulario Castellano-Gallego,* Lalim, Imp. de *La Defensa,* 1907.

64 José Ibáñez Fernández, *Diccionario Galego da Rima e Galego-Castelán,* 2.ª ediçom, Madrid, 1956, p. 66.

mento com *decer* «descer» parece que deve ser rejeitado, pelo afastamento dos respectivos significados.

Resta-me agora apoiar a afirmação de que *decer* «dizer» existe no galego actual, quero dizer no galego coloquial de hoje, com o qual a existência de testemunhos gráficos dessa forma ainda não detectados fica reforçada como hipótese fortemente verosímil.

Com respeito a isto direi que *decer* figura, como forma normal de «dizer» recolhida em diversos pontos, no ficheiro de materiais para a confecção do Atlas Linguístico da Galiza.

Nele pode ver-se a distribuição até agora comprovada dos resultados do latim DĪCĔRE no galego falado actual. Ainda que o meu objectivo neste artigo se centre sobre o infinitivo em *-er,* que representa a forma mais genuína, será útil localizá-lo no seu contorno com relação às formas em *-ir.*

Segundo estes dados, a forma *deser* aparece documentada dentro da província da Corunha, em São Mamede de Carnota, Santa Maria de Roo e Louro-Muros, lugares próximos entre si, imediatos ou próximos da ria de Muros e Nóia.

Na província de Lugo não aparecem formas em *-er.*

Ourense regista *decer* em Bande, se bem que já só na boca dos velhos. Com z̩ interdental sonoro em troca do surdo temos as realizações do galego *limiam:* Monterredondo (Padrenda), Entrimo e Bubaces (Riocaldo-Lóbios). Já em Zamora, recolheu-se *deθ̩er* em Porto.

Pontevedra apresenta esta forma na Graña e Guillade (Pontareas).

São, pois, três lugares na Corunha; quatro em Ourense; dous em Pontevedra; um em Zamora. Total, dez. É de crer que a desinência *-er* se mantenha também noutros lugares não explorados.

Sem dúvida, o infinitivo em *-er* é hoje muito minoritário com respeito ao infinitivo em *-ir,* mas também os pontos explorados até agora são em número reduzido. Porém, não é meu propósito fixar a distribuição completa das formas, mas sim apoiar com a informação com que de momento se

conta, a autoridade dos textos escritos em que assoma o infinitivo em *-er*. Para tal fim, esta corroboração é sobejamente operante.

Como se vê, as formas em *-er* estendem-se por lugares muito afastados entre si. Trata-se de lugares muito isolados itinerariamente ou muito relacionados com Portugal, o que favoreceu o mantimento da forma primitiva.

Assim, pois, ainda que a forma *dizir* seja a única que emprega Sarmiento, a afirmação do Doutor Pensado segundo a qual esta seria a já empregada na linguagem conversacional do seu tempo[65] deve rectificar-se no sentido de que decerto não era aquela forma exclusiva, pois até hoje tem chegado, se bem que limitada a certos lugares, a forma *decer*.

Finalmente quero indicar que a forma de infinitivo *dir*, que recolho na minha *Gramática*, não parece espúria, como parece crer Pensado.

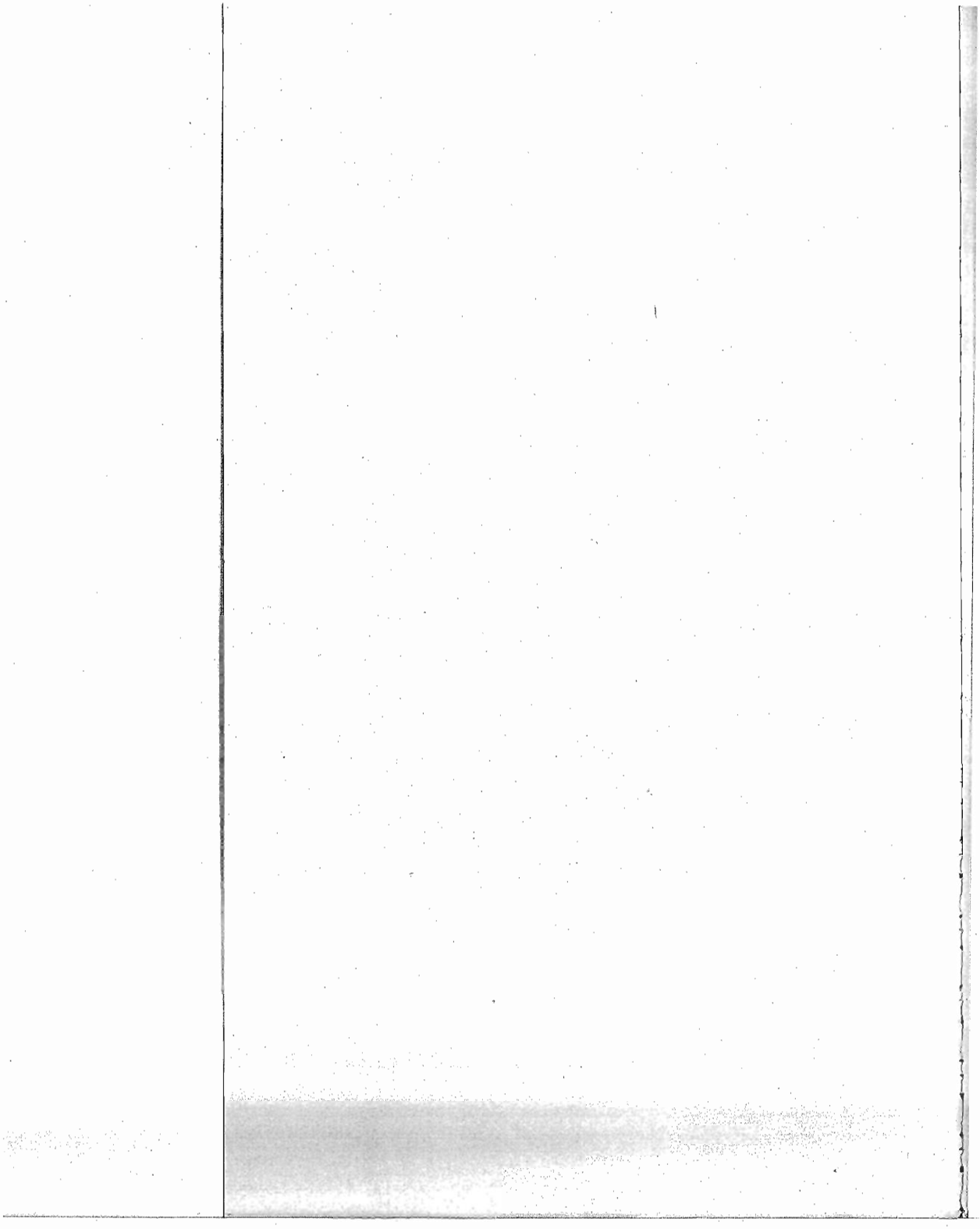
À parte do testemunho de Cuveiro, temos hoje essa forma viva ainda em Feás (Corunha). Notícias dignas de crédito, mas ainda não comprovadas por inquérito científico, situam também *dir* nalgum ponto da província de Ourense, e possivelmente subsiste na província de Lugo, ao menos entre Vicedo e Burela, onde se documenta segundo um escrito de 1881 que sem dúvida reflecte a realidade dialectal de então: «houbo un convento de frades temprarios que en barcas de coiro viñan a *dir* misa na capela[66]».

Por sua banda, Rosalia usara esta forma nos *Cantares:* «Mais anque *dir* eu diga[67]».

Poderíamos traçar um mapa que nos desse as formas abonatórias de *dir*, mas com as reservas indicadas, mapa que pela dispersão que reflectiria, testemunharia um uso antigo muito estendido da forma.

[*Verba*, vol. 5, Universidade de Santiago, 1978, pp. 101-112.]

65 Pensado, p. 173.
66 *Prosa Galega*, p. 130.
67 Rosalia de Castro, *Cantares Gallegos*, Salamanca, 1963, p. 65, v. 65. Registado en *Particularidades Morfológicas del Lenguaje de Rosalía de Castro*, Universidad de Santiago, 1972, p. 54.



Composto e impresso na *Tipografia Guerra,* Viseu

3000 exemplares

